

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 064/2026
Data: 15/04/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PEDÁGIO FREE FLOW NAS RODOVIAS DO LITORAL DE SÃO PAULO TENDE A AJUDAR CAMINHÕES RUMO AO PORTO DE SANTOS; ENTENDA	4
DIVERGÊNCIA NA QUESTÃO TRABALHISTA ATRASA PL DOS PORTOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	5
MAIOR INTERAÇÃO ENTRE SETORES PÚBLICO E PRIVADO FORTALECE INVESTIMENTOS	5
TECON SANTOS 10: MINISTRO INSISTE EM FAZER LEILÃO DE MEGATERMINAL ESTE ANO	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
PPP DO CEARÁ E BRISANET AMPLIA 5G NA ZONA RURAL E IMPULSIONA A DIGITALIZAÇÃO	8
PORTO DE LUÍS CORREA DEVE DESLOCAR ROTA DE MINÉRIO DO CEARÁ PARA O PIAUÍ	10
PETROBRAS APROVA SEAP I E FORTALECE PROJETO BILIONÁRIO EM SERGIPE.....	10
CPI DO CRIME REJEITA RELATÓRIO QUE PEDIA INDICIAMENTO DE MINISTROS DO STF	12
CHINA DOMINA COMÉRCIO EXTERIOR DE AL E MINÉRIO DE COBRE IMPULSIONA EXPORTAÇÃO	14
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	16
OBRA DE AMPLIAÇÃO DA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ (SP) ENTRA EM FASE FINAL	16
DO CAMPO AOS PORTOS: CAFÉ BRASILEIRO MANTÉM LIDERANÇA GLOBAL E MOVIMENTA EXPORTAÇÕES	17
AEROPORTOS DO NORDESTE E DA AMAZÔNIA LEGAL PASSAM A INTEGRAR CONCESSÃO DA GRU AIRPORT E TERÃO R\$ 630 MILHÕES EM MELHORIAS	18
MPOR CELEBRA ACORDO COM ABDIB PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA DE PORTOS, AEROPORTOS E HIDROVIAS	20
"PARCERIAS COM SETOR PRODUTIVO GARANTEM INVESTIMENTOS NA INFRAESTRUTURA DO PAÍS", AFIRMA TOMÉ FRANCA EM SÃO PAULO	21
MINISTRO TOMÉ FRANCA VISITA OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO CANAL EM NOVA AVANHANDAVA (SP)	22
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	22
CNH DO BRASIL: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA NOVA JORNADA DO INSTRUTOR	22
BE NEWS – BRASIL EXPORT	23
EDITORIAL – NOVOS PLANOS PARA O TECON SANTOS 10	23
OPINIÃO – ARTIGOS - COMPLIANCE DIGITAL: VOCÊ ESTÁ PRONTO PARA SER AUDITADO PELO SEU CLIENTE?.....	24
POLÍTICA - RELATÓRIO FINAL DA CPI DO CRIME É REJEITADO	25
NACIONAL - HUB – CURTAS - FMI REDUZ PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO GLOBAL E ALERTA PARA RISCO DE RECESSÃO	26
<i>As novas projeções do FMI</i>	26
<i>A resiliência brasileira</i>	26
<i>Crescimento moderado em 2027</i>	26
<i>Fragilidade extrema</i>	27
POLÍTICA - CPI: OMISSÕES SOBRE O MASTER PESARAM NO TEXTO FINAL	27
POLÍTICA - “ESQUECEU SEUS COLEGAS MILICIANOS”, DIZ GILMAR SOBRE VIEIRA.....	28
POLÍTICA - TOFFOLI SUGERE CASSAR QUEM ATACAR INSTITUIÇÕES.....	29
POLÍTICA - FACHIN REPUDIA “DESVIO DE FINALIDADE” DA CPI.....	29
POLÍTICA - AÉCIO NEVES CONVIDA CIRO GOMES PARA O PSDB	30
POLÍTICA - NUNES MARQUES É ELEITO PRESIDENTE DO	31
POLÍTICA - BRASIL NÃO PRECISA DE ESCOLA CÍVICO-MILITAR, DIZ LULA	31
POLÍTICA - PRESIDENTE AFIRMA QUE A MÍDIA TEM PREFERÊNCIA POLÍTICA E IDEOLÓGICA	32
LOGÍSTICA - INTERMODAL COMEÇA COM ALERTA PARA EFEITOS DA CRISE GLOBAL NA LOGÍSTICA	33
TRANSPORTES – PORTOS - GOVERNO MANTÉM PREVISÃO DE LEILÃO DO TECON SANTOS 10 NESTE ANO	34
TRANSPORTES – PORTOS - OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ DEVEM COMEÇAR EM 2027	35
TRANSPORTES – RODOVIAS - JUSTIÇA SUSPENDE MULTAS SOBRE PISO DO FRETE	36
TRANSPORTES – RODOVIAS - INFRAÇÕES DE FREE FLOW VIRAM DISPUTA EM PROJETOS DO PL E PT	37
TRANSPORTES – RODOVIAS - EDITAL DA RÉGIS BITTENCOURT ESTABELECE DISPUTA POR MENOR PEDÁGIO.....	38
TRANSPORTES – AEROPORTOS - GRU AIRPORT AMPLIA CONCESSÃO E INCORPORA 12 AEROPORTOS REGIONAIS	39
TRANSPORTES – AVIAÇÃO - GOVERNO ESTUDA AMPLIAR INCENTIVO TRIBUTÁRIO PARA AVIAÇÃO REGIONAL	41
TRANSPORTES – AVIAÇÃO - AVIAÇÃO INTERNACIONAL CRESCE 53% NA REGIÃO NORTE EM FEVEREIRO.....	42
PETRÓLEO E GÁS - GOVERNO EXIGE TRANSPARÊNCIA DE DISTRIBUIDORAS PARA GARANTIR REPASSE DE SUBSÍDIOS	42
PETRÓLEO E GÁS - FISCALIZAÇÃO SE INTENSIFICA E OPERAÇÕES JÁ ATINGEM MAIS DE 8 MIL POSTOS.....	44
PETRÓLEO E GÁS - GÁS DO POVO TEM REAJUSTE E GOVERNO BUSCA AMPLIAR COBERTURA DO PROGRAMA	44



PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS RETOMA OBRA DE FÁBRICA DE FERTILIZANTES EM MS.....	45
PETRÓLEO E GÁS - SUBSÍDIO AO DIESEL TEM ADEÇÃO DE 26 ESTADOS, DIZ ALCKMIN	46
MINERAÇÃO - OURO SOBE E FECHA ACIMA DE US\$ 4.800 COM DÓLAR FRACO	46
ENERGIA - REVISÃO DE ITAIPU CAMINHA PARA NOVA TARIFA A PARTIR DE 2027	47
AGRONEGÓCIO – SAFRA DE GRÃOS PODE ATINGIR NOVO RECORDE E CHEGAR A 356 MILHÕES DE TONELADAS	48
FINANÇAS - GOVERNO PREPARA PACOTE CONTRA DÍVIDAS	50
FINANÇAS - IBOVESPA SE APROXIMA DOS 200 MIL PONTOS EM ALTA DE 0,33%	51
JUSTIÇA - NUNES ABRE INQUÉRITO CONTRA MARCO BUZZI, DO STJ.....	51
JUSTIÇA - EDUARDO BOLSONARO IGNORA INTERROGATÓRIO ONLINE NO STF	52
INTERNACIONAL - ISRAEL E LÍBANO NEGOCIAM CESSAR-FOGO	53
INTERNACIONAL - EUA DIZEM BARRAR NAVIOS, MAS DADOS MOSTRAM TRÁFEGO EM ORMUZ.....	54
JORNAL O GLOBO – RJ.....	55
ESCALA 6X1: OPOSIÇÃO PEDE VISTA E ADIA VOTAÇÃO EM COMISSÃO DA CÂMARA; RELATOR DEFENDE REGRA DE TRANSIÇÃO E COMPENSAÇÃO.....	55
A SEIS MESES DA ELEIÇÃO, GOVERNO ANUNCIA AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE REFORMA DE CASAS PARA QUEM GANHA ATÉ R\$ 13 MIL	56
GOVERNO PREVÊ R\$ 10 BILHÕES EM GASTOS FORA DA META DAS ESTATAIS EM 2027	58
EXPANSÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ AQUECE SETOR LOGÍSTICO	59
ENTIDADES EMPRESARIAIS DO RIO APONTAM RISCOS EM REDISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO	60
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	61
WHITE MARTINS INAUGURA PRIMEIRA FÁBRICA DE HIDROGÊNIO VERDE EM ESCALA INDUSTRIAL DO BRASIL	61
OPINIÃO - EMBRAER: A EMPRESA QUE QUASE MORREU DUAS VEZES E VIROU SÍMBOLO DE REINVENÇÃO NACIONAL	63
VALOR ECONÔMICO (SP).....	65
‘FALSIFICAÇÃO’ DE DADOS DE NAVIOS EM ORMUZ ALIMENTA INCERTEZA, DIZ JORNAL	65
WHITE MARTINS INAUGURA 2ª USINA DE HIDROGÊNIO VERDE EM SP E AMPLIA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO	66
IGP-10 SOBE 2,94% EM ABRIL E ACUMULA ALTA DE 0,56% EM 12 MESES, DIZ FGV	67
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	69
ERNESTO SAMPAIO, DA CDSS: “ESPAÇO PARA MAIS 1 TECON NO SUDESTE”	69
COM SALVADOR, NORCOAST CHEGARÁ À 7ª ESCALA NA COSTA BRASILEIRA	70
CÁBREA DE GRANDE PORTE É APOSTA PARA ACOMPANHAR AUMENTO DE VOLUMES DE CARGAS	71
ULTRACARGO INICIA OPERAÇÃO DE BIODIESEL POR Balsa em Vila do Conde	71
MPOR e ABDIB FIRMAM PARCERIA PARA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA.....	72
MAERSK INSTALARÁ NOVOS CENTROS LOGÍSTICOS TERRESTRES EM RIO GRANDE E PARANAGUÁ.....	73
AÇU TERÁ CONDOMÍNIO LOGÍSTICO E PÁTIO PARA CAMINHÕES PARA REFORÇAR APOIO A OPERAÇÕES PORTUÁRIAS	73
ROB SMEETS - PORTO DE ANTUÉRPPIA-BRUGES	74
ABIHV DIVULGA NOTA TÉCNICA SOBRE COMPETITIVIDADE DE COMBUSTÍVEIS LIMPOS	75
CMA CGM ANUNCIA COMPRA DO LIBANÊS GRUPO FATTAL, DO SETOR DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO	76
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	77
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	77



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PEDÁGIO FREE FLOW NAS RODOVIAS DO LITORAL DE SÃO PAULO TENDE A AJUDAR CAMINHÕES RUMO AO PORTO DE SANTOS; ENTENDA

Artesp crê que fluxo em direção ao cais santista irá melhorar
Por Ted Sartori, enviado a São Paulo 15 de abril de 2026



Painel na Intermodal South America debateu corredores logísticos estratégicos e modais integrados (Sílvia Luiz/AT)

O superintendente de rodovias da Agência de Transporte do Estado (Artesp), Roger Pêgas, avalia que a substituição das praças de pedágio por pórticos free flow (pedágio eletrônico sem cancelas) nas rodovias rumo ao Porto de Santos irão melhorar a operação no complexo santista. A previsão é que a nova forma de pedágio entre em operação em julho.

“A praça de pedágio gera uma impedância na rodovia ao transportador e é um ponto muito sensível a acidentes, por vezes de menor monta, mas já houve acidentes maiores”, argumenta. “Para o meio do ano, há um movimento forte e significativo para a substituição de praças que descem para o Porto de Santos, o que deve melhorar bastante essa operação, conseguindo-se diminuir o tempo de viagem”.

A fala aconteceu dentro do painel, na Desbravando o Brasil: Corredores Logísticos Estratégicos e Modais Integrados para Conectar Mercados Globais. O tema foi debatido durante a Intermodal.

“Ao longo do segundo semestre deste ano e de 2027, a tendência é uma migração ampla em todos os outros contratos para fazer essa transformação de tecnologia de, inicialmente, praças por pórticos. Mais adiante vamos verificar a eficiência desses pórticos”, comenta.

A intenção da Artesp, segundo Roger, é aumentar também o uso da tecnologia de pesagem em movimento (HS-WIM - High Speed Weigh in Motion), que utiliza pórticos sobre as faixas de rolamento para fiscalizar veículos pesados sem necessidade de parada.

Ferrovias e hidrovias

O modal ferroviário também foi bastante debatido. O diretor de dados e autorregulação da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTT), Paulo Roberto Oliveira Júnior, lembrou que o setor privado espera investir, desde 2025 até o próximo ano, R\$ 55 bilhões.

“Em poucos lugares do mundo, as ferrovias não são subsidiadas. O Brasil é um deles. Não só não são, como ainda pagam outorga, em uma relação maior que a tributária. As ferrovias brasileiras têm padrões de segurança melhores do que as dos Estados Unidos, referência mundial. Além disso, o frete ferroviário no Brasil é o terceiro mais barato do mundo. Só perde para a Rússia e a China, que são modelos estatais”, lista.

Na linha dos investimentos, o chefe do departamento de logística da área de infraestrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Tiago Toledo Ferreira, chamou a atenção não apenas para as ferrovias, mas também para as hidrovias.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 15/04/2026

DIVERGÊNCIA NA QUESTÃO TRABALHISTA ATRASA PL DOS PORTOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relator Arthur Maia prometeu apresentar relatório final no dia no último dia 10, mas não cumpriu
Por Maurício Martins, enviado a São Paulo 15 de abril de 2026



Paulo Alexandre Barbosa afirma que é preciso dar voz ao trabalhador na discussão do projeto (Foto: Sílvio Luiz/AT)

Uma divergência entre os deputados da comissão especial que analisa o Projeto de Lei (PL) 733/2025, que trata da atualização do marco legal do setor portuário, na Câmara Federal, impediu que o relatório final fosse apresentado no último dia 10. A data havia sido prometida pelo relator, deputado Arthur Maia (União-BA), no mês passado, em reunião acompanhada por A Tribuna, em Brasília.

A proposta é um texto substitutivo ao projeto em tramitação, mantendo a atual Lei dos Portos (12.815), de 2013, e incorporando a ela novas regras. O atraso se deve à questão trabalhista. Entre os pontos do texto está a proposta de acabar com a exclusividade da mão de obra do trabalhador portuário avulso em determinadas atividades.

Maia é contra a exclusividade. O deputado crê ser um privilégio para uma categoria, e chegou a dizer que concorda com a afirmação de que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) poderia ser fechado, porque atrapalha o Brasil com decisões a favor dos trabalhadores. O posicionamento dele desencadeou uma série de manifestações dos estivadores no Porto de Santos.

Para A Tribuna, nesta terça-feira (14), na feira Intermodal, em São Paulo, o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSD), presidente da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA) e integrante da comissão especial que discute o PL 733/2025 na Câmara, disse que as discussões continuam.

“Existe um ponto que não é de convergência: a questão relacionada aos trabalhadores. E esse ponto precisa ser discutido com mais profundidade, com mais maturidade dentro do processo, ouvindo todos os envolvidos. Para que o relatório final possa contemplar as reivindicações apresentadas”, explicou.

Barbosa acha que o relator precisa de mais tempo. Segundo ele, está marcada para hoje uma reunião entre Maia e representantes do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva). “Até a apresentação do texto final há bastante espaço para evolução, para que o texto possa ser aprimorado”.

Questionado se defende a exclusividade, Barbosa afirma que é preciso dar voz ao trabalhador nessa discussão. “Que a gente possa chegar a uma solução que contemple o desenvolvimento econômico com justiça social. Os trabalhadores têm que ter seus postos de trabalho preservados”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 15/04/2026

MAIOR INTERAÇÃO ENTRE SETORES PÚBLICO E PRIVADO FORTALECE INVESTIMENTOS

Representantes das duas áreas ressaltam a importância do diálogo para ampliação da infraestrutura do País

Por Bárbara Farias, enviada a São Paulo 15 de abril de 2026



Autoridades e empresários participaram da abertura da edição número 30 da Intermodal, ontem pela manhã, no Distrito Anhembi, em São Paulo: portos e logística em debate (Foto: Sílvio Luiz/AT)

Autoridades e representantes da cadeia produtiva do setor portuário e de transportes atribuíram os avanços na infraestrutura no País à maior interação entre os setores público e privado. A conclusão ocorreu na abertura da 30ª edição da Intermodal South America, nesta terça-feira (14), em São Paulo. Durante as falas, a ampliação da integração de modais foi destacada como caminho

para uma logística de carga mais eficiente, sustentável e econômica.

Sucessor de Sílvio Costa Filho desde o início do mês, o novo ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, garantiu a parceria da pasta com o setor privado, visando o crescimento dos investimentos em infraestrutura no Brasil. “Temos um grande desafio pela frente que é dar continuidade a todo o trabalho desenvolvido”, afirmou.

Franca também enfatizou a importância da continuidade administrativa no setor público. “O serviço público é, antes de tudo, servir à sociedade. É preciso dar sequência aos programas, independentemente das mudanças de gestão”, afirmou.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, destacou o momento favorável vivido pelo setor de infraestrutura no Brasil, marcado pelo avanço da participação privada e pela necessidade de maior integração entre os modais de transporte. “O mais impressionante é ouvir a CNT (Confederação Nacional do Transporte), defender o transporte aquaviário. Isso mostra um bom momento que a gente vive no País”, afirmou.

Ao contextualizar o cenário econômico, o diretor-geral chamou atenção para o crescimento dos investimentos privados. “Em 2025, tivemos um recorde de R\$ 280 bilhões em investimentos em infraestrutura, sendo R\$ 235 bilhões do setor privado — o dobro do que se investia há 15 anos”, destacou.

O presidente da CNT, Vander Costa, apontou a intermodalidade como eixo central para o desenvolvimento do setor de transportes no País. Segundo ele, a integração entre diferentes modais é essencial para garantir eficiência logística e competitividade econômica.

Costa chamou atenção para a importância da conexão entre rodovias e ferrovias para o abastecimento nacional. “Não adianta ter um porto moderno e estruturado se não houver ferrovia para fazer o abastecimento. Isso é um exemplo claro da importância da intermodalidade”, ressaltou.

O secretário nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes, Leonardo Ribeiro, afirmou que no Brasil o setor ferroviário está em ritmo acelerado de crescimento, com projetos em diversas regiões do País. “Estamos progredindo bastante. Hoje temos investimentos acontecendo em todo o País”, afirmou.

O presidente da MSC, Elber Alves Justo, empresa patrocinadora do evento, disse que a participação ativa da companhia reforça o compromisso com o desenvolvimento da infraestrutura e da competitividade brasileira. “A Intermodal, sem dúvida, é o maior evento da logística no Brasil hoje. É importante estar presente para participar das discussões, influenciar e ajudar o Governo a entender quais são as necessidades dos setores produtivos”, comentou.

Justo ressaltou que o diálogo entre os diferentes modais – rodoviário, ferroviário, portuário e aéreo – é essencial para orientar investimentos estratégicos e fortalecer a economia, especialmente no que diz respeito às exportações. “A gente precisa direcionar os investimentos para que tenha uma economia mais forte através das exportações que a logística internacional proporciona”, disse.

Ao abordar o conceito de intermodalidade, tema central da feira, o executivo reconheceu que ainda há desafios importantes a serem superados. “Não adianta falar apenas de expansão portuária sem pensar nos acessos, como rodovias, ferrovias e infraestrutura retroportuária”, afirmou.

Intermodal

A Intermodal South America começou nesta terça-feira (14) e termina nesta quinta-feira (16), no Distrito Anhembi (Avenida Olavo Fontoura, 1.209, Santana), em São Paulo, das 13 às 21 horas. Conta com vasta programação com painéis e palestras. Mídia parceira da Intermodal, o Grupo Tribuna lançará hoje no evento o projeto Mulheres a Bordo, durante o Intermodal Women Network. O encontro ocorrerá das 12 às 14 horas. É a primeira vez que a maior feira internacional de comércio exterior e logística dedica um evento exclusivo para mulheres. São esperadas cerca de 100 lideranças femininas na Arena Intermodal, onde o encontro será promovido.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 15/04/2026

TECON SANTOS 10: MINISTRO INSISTE EM FAZER LEILÃO DE MEGATERMINAL ESTE ANO

Tomé Franca falou sobre o assunto ao ser perguntado a respeito das alterações propostas pela Autoridade Portuária de Santos (APS)

Por Ted Sartori, enviado a São Paulo 15 de abril de 2026



Ministro de Portos diz que não tem mais prazo definido para leilão do megaterminal, apenas “um desejo” (Foto: Sílvio Luiz/AT)

Embora pareça improvável, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, espera que o leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos, aconteça ainda neste ano.

“Esse é o nosso desejo. Estamos em um momento de discussão dos últimos pontos com relação ao edital.

Estamos verificando de que forma podemos adequar as posições técnicas para que, em breve, possamos ter esse edital. O nosso desejo é que possamos lançar esse edital e fazer o leilão ainda este ano”, afirma.

Em 19 de março, o então titular da pasta, Sílvio Costa Filho, projetou que o certame ocorreria entre outubro e novembro. A fala aconteceu durante visita a Santos. Já Tomé Franca preferiu não estimar um mês. “Não tem exatamente um prazo definido, mas o nosso desejo é esse, de poder fazer o lançamento do edital e publicar esse ano”.

Franca acredita no diálogo para adequação definitiva das normas envolvendo o leilão do Tecon Santos 10. Enquanto o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou restrições de empresas para a disputa, incluindo armadores e as que operam no complexo santista, o Governo Federal pensa com mais liberalidade a respeito do tema.

“Essa é a orientação do Governo. Estamos alinhados e, agora, é aguardar que a Antaq possa fazer esses ajustes para que a gente ofereça ao mercado o melhor projeto possível que possa gerar competitividade no Porto de Santos”, afirma. “Vamos conseguir, no diálogo, encontrar uma solução para que a gente tenha a convergência de todos esses interesses e posições técnicas”, emenda.

Canal de acesso

O ministro definiu a audiência pública como grande palco para alterações no leilão do canal de acesso do Porto de Santos. Ela está marcada para dia 23. A consulta pública segue até 2 de maio.

Tomé Franca falou sobre o assunto ao ser perguntado a respeito das alterações propostas pela Autoridade Portuária de Santos (APS), que não deseja que as normas sejam um espelho do que foi aplicado no de Paranaguá, no Paraná, a primeira experiência do gênero no Brasil.

“Fizemos um projeto disruptivo que foi o canal de Paranaguá e queremos avançar com esse projeto de concessão para outros portos. A audiência pública vai ser esse espaço para colher as contribuições da sociedade e do setor para a construção do melhor projeto possível”, comenta.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 15/04/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PPP DO CEARÁ E BRISANET AMPLIA 5G NA ZONA RURAL E IMPULSIONA A DIGITALIZAÇÃO

PPP entre governo do Ceará e a empresa, tornam o projeto economicamente viável onde o mercado, sozinho, não teria incentivo para atuar

Por Bruno Brandão - De Fortaleza



Instalação de torre de telecomunicações: programa prevê 300 unidades ainda em 2026 – Foto: Divulgação

O Programa 5G Rural, iniciativa que promete levar conectividade de alta velocidade a regiões historicamente desassistidas por infraestrutura de telecomunicações no Ceará. A parceria público-privada (PPP) entre o Governo do Estado e a Brisanet, empresa cearense fundada em Pereiro, no sertão, prevê a

implantação de mil torres com tecnologia 5G ao longo dos próximos quatro anos, beneficiando mais de 300 localidades em 133 municípios. Com a iniciativa, o Ceará tende a se tornar o primeiro estado brasileiro com cobertura 5G em 100% do território.

A implantação seguirá um calendário escalonado: 300 torres em 2026, outras 300 em 2027, 200 em 2028 e as últimas 200 em 2029. O presidente da Brisanet, José Roberto Nogueira, foi direto ao definir o que está em jogo: “Não existem negócios sem conectividade. O futuro está dependente desta infraestrutura e é por isso que ela precisa chegar em todos os lugares.”

Para Nogueira, o programa vai além de uma operação comercial. É, nas suas palavras, uma questão de equidade: “Quem está na zona rural também precisa acompanhar os avanços das tecnologias. As políticas públicas precisam dessa tecnologia, os serviços precisam.”

O governador Elmano de Freitas reforçou que a chegada da internet à zona rural não se resume à navegação em redes sociais. “A ideia é avançar em tecnologia com câmeras de segurança, avançar em consultas médicas digitais. A internet chegar é sinônimo de cidadania, não tem inclusão social sem acesso da internet nas comunidades”, disse.

Com cerca de 3 milhões de cearenses vivendo na zona rural, o impacto potencial é expressivo. Serviços de telemedicina, plataformas de ensino a distância, monitoramento de lavouras por aplicativos e acesso a benefícios sociais digitais são algumas das transformações que a conectividade pode destravar nessas regiões. Elmano também destacou o avanço já conquistado: “A Brisanet já garantiu 98% dos nossos municípios com 5G. Seremos o único estado do país 100% conectado com 5G”, disse.



José Roberto Nogueira, presidente da Brisanet: empresa fundada em Pereiro vai instalar mil torres em quatro anos no interior cearense – Foto: Divulgação

O desafio de manter o que se constrói

Nogueira foi honesto sobre as dificuldades que o programa enfrenta. “O grande desafio, como qualquer tecnologia, é o investimento e depois cuidar desse investimento. A área rural sempre foi uma dificuldade. Os projetos de áreas rurais precisam da participação da política pública com um modelo que se perpetue”, afirmou.

A solução encontrada foi justamente o modelo de parceria público-privada: os custos foram divididos entre a empresa e o poder público, tornando o projeto economicamente viável onde o mercado, sozinho, não teria incentivo para atuar. Nogueira também antecipou a durabilidade da infraestrutura: “O equipamento instalado terá um recurso de software e somente daqui a dez ou 15 anos faremos um upgrade”, o que assegura retorno de longo prazo sobre o investimento.

De nada adiantaria a infraestrutura se o serviço fosse inacessível para o bolso do trabalhador rural. A Brisanet garantiu que o mesmo preço praticado na periferia de Fortaleza chegará ao campo. “São 20 gigas por R\$ 29. No Brasil, o giga médio é R\$ 5,60; o nosso está em R\$ 1,50 no plano mais simples”, explicou Nogueira.



Zona rural cearense: cerca de 3 milhões de pessoas serão beneficiadas com conectividade de alta velocidade – Foto: Divulgação

Segurança das torres entra na agenda

Um ponto sensível do programa diz respeito à proteção da infraestrutura instalada. Nos últimos anos, ataques de organizações criminosas a torres de telecomunicações e provedores de internet no interior do Nordeste geraram prejuízos e interrupções de serviço. O governador adiantou que já existe um plano para essas ações: “A Secretária de Segurança Pública desenvolveu um protocolo específico para ataques a provedores e empresas que atuam no setor. A nova lei contra facções prevê pena mínima de 20 anos para quem ameaçou e de 40 a 80 anos para quem mandou ameaçar. É um plano para prender e derrotar essas forças criminosas”, declarou Elmano.

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 15/04/2026

PORTO DE LUÍS CORREA DEVE DESLOCAR ROTA DE MINÉRIO DO CEARÁ PARA O PIAUÍ

Governador disse que Porto Piauí deve iniciar em 2026 as operações de importação e exportação, numa nova etapa para a economia do estado

Por **Patricia Raposo** - De Recife patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br



Mina de Ferro em Piripiri/Foto: Ascom Piripiri

O governador Rafael Fonteles anunciou, nesta terça-feira (14), que o Porto Piauí, localizado em Luís Correia, deve iniciar ainda em 2026 suas primeiras operações de importação e exportação, sinalizando uma nova etapa para a economia do estado.

Segundo o gestor, a fase inicial será concentrada na importação de fertilizante marinho e na exportação de minério de ferro. O insumo agrícola chegará pelo terminal para atender à demanda do setor produtivo, enquanto o minério extraído em Piripiri — atualmente escoado via Ceará — passará a sair pelo próprio litoral piauiense.



Fonteles ressaltou que o projeto já apresenta avanços concretos e que os primeiros resultados devem ser observados nos próximos meses. Ele destacou que, apesar das dúvidas ainda existentes em torno do empreendimento, a operação com os dois primeiros produtos está confirmada para este ano.

Governador Rafael Fonteles/ Foto: Gabriel Paulino

Na avaliação do governador, a mudança representa um ganho logístico relevante, com potencial de reduzir custos e aumentar a competitividade da produção local.

Ele enfatizou que o Piauí passará a integrar o grupo de estados que exportam seus próprios minérios por meio de infraestrutura portuária própria, o que tende a gerar vantagem estratégica frente a outras unidades da federação que dependem de portos externos.



Porto do Piauí/Foto: Ascom Porto Piauí

Viabilidade do Porto Piauí

A viabilidade econômica do porto, acrescentou, está diretamente relacionada à escala de cargas. Com o crescimento das exportações de grãos e a entrada do minério na pauta, o estado passa a reunir condições mais robustas para sustentar o projeto.

Para as próximas etapas, a expectativa do governo é ampliar gradualmente o portfólio de operações, incluindo

a exportação de grãos nos anos seguintes.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 15/04/2026

PETROBRAS APROVA SEAP I E FORTALECE PROJETO BILIONÁRIO EM SERGIPE

A aprovação do FID do Seap I reforça o avanço do projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP), considerado uma das principais apostas da Petrobras fora do pré-sal

Por Antônio Carlos Garcia - De Sergipe



Navio da SBM, empresa que construirá as duas unidades – Foto: Divulgação/SBM

A Petrobras aprovou a Decisão Final de Investimento (FID) do módulo I do projeto Sergipe Águas Profundas (Seap I), consolidando o avanço da nova fronteira de petróleo e gás no país e confirmando a SBM Offshore como responsável pela construção das plataformas. Para o superintendente executivo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de

Sergipe (Sedetec), Marcelo Menezes, a decisão marca a transição definitiva do projeto para a fase de execução e reduz incertezas, com impacto direto na economia estadual.

A aprovação do FID do Seap I, anunciada na segunda-feira (13), reforça o avanço do projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP), considerado uma das principais apostas da Petrobras fora do pré-sal. A decisão se soma à aprovação do módulo SEAP II, ocorrida em dezembro de 2025, e consolida a viabilidade econômica do empreendimento.

Segundo a Petrobras, a viabilização dos dois módulos foi resultado de uma série de ajustes conduzidos em conjunto com o mercado fornecedor, incluindo otimizações de projeto e revisão de termos contratuais, o que aumentou a atratividade econômica das iniciativas.

Esses avanços permitiram estruturar a negociação conjunta das plataformas P-81 e P-87, que integrarão os projetos SEAP I e SEAP II, respectivamente, possibilitando ganhos de escala e sinergias consideradas decisivas para a conclusão dos contratos em bases sustentáveis.

A SBM Offshore será responsável pela construção das duas unidades. Juntas, as plataformas terão capacidade instalada para produzir até 240 mil barris de petróleo por dia e processar cerca de 22 milhões de metros cúbicos de gás natural diariamente.

Na avaliação de Marcelo Menezes, a definição da empresa e a aprovação do investimento representam um marco estratégico. “A presença da SBM Offshore traz robustez técnica e segurança ao cronograma. É uma empresa com experiência consolidada em FPSOs, o que reduz riscos e aumenta a confiança do mercado. Isso é fundamental para destravar a cadeia produtiva e atrair novos investimentos para Sergipe”, afirmou.



Marcelo Menezes, superintendente executivo da Sedetec Foto: Ascom/Sedetec

Segundo ele, o avanço simultâneo da decisão de investimento e da definição do parceiro tecnológico fortalece o ambiente de negócios no estado. “O Seap deixa de ser uma expectativa e passa a ser uma realidade concreta. Esse movimento tende a antecipar investimentos em gás natural, logística e indústria de apoio, além de ampliar a geração de empregos”, acrescentou.

A assinatura dos contratos está prevista para maio de 2026, após o cumprimento das etapas de governança e aprovação dos parceiros, marco que deve impulsionar a fase de execução dos projetos.

O modelo de contratação adotado é o BOT (Build, Operate and Transfer), no qual a empresa contratada será responsável pelo projeto, construção e operação das plataformas por um período

inicial, com posterior transferência dos ativos à Petrobras. De acordo com a diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação da estatal, Renata Baruzzi, o modelo contribuiu para acelerar o cronograma e viabilizar economicamente o projeto.

Projeto estratégico e impacto nacional

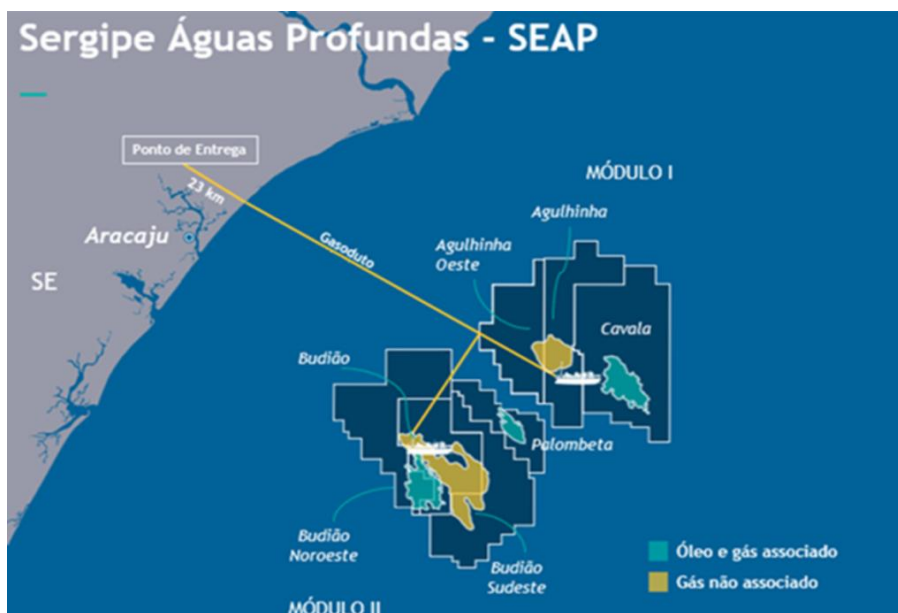
Com investimentos superiores a R\$ 60 bilhões, os projetos SEAP I e II devem produzir mais de 1 bilhão de barris de óleo equivalente ao longo de sua vida útil, contribuindo significativamente para o aumento da produção nacional de petróleo e gás.

O empreendimento é considerado estratégico para ampliar a oferta de gás natural no país e fortalecer a infraestrutura energética, além de abrir uma nova fronteira produtiva no Nordeste.

O projeto prevê, além das plataformas, a interligação de 32 poços e a implantação de um gasoduto com cerca de 134 quilômetros de extensão, sendo 111 km em trecho marítimo e 23 km em terra.

Detalhamento dos módulos

O SEAP I abrange jazidas de óleo leve nos campos de Agulhinha, Agulhinha Oeste e Palombeta, nas concessões BM-SEAL-10 e BM-SEAL-11. A Petrobras opera ambas as áreas, com 100% de participação na BM-SEAL-10 e 60% na BM-SEAL-11, em parceria com a IBV Brasil Petróleo LTDA. A unidade terá capacidade de produzir 120 mil barris de petróleo por dia e processar 10 milhões de metros cúbicos de gás.



Mapa das jazidas de óleo leve – Imagem: Petrobras

Já o SEAP II contempla os campos de Budião, Budião Noroeste e Palombeta, localizados a cerca de 80 quilômetros da costa, nas concessões BM-SEAL-4, BM-SEAL-4A e BM-SEAL-10. A Petrobras opera os ativos, com participação de 75% na BM-SEAL-4, em parceria com a ONGC Campos Limitada. A unidade também terá capacidade de 120 mil barris por dia, além de processar 12 milhões de metros cúbicos de gás.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 15/04/2026

CPI DO CRIME REJEITA RELATÓRIO QUE PEDIA INDICIAMENTO DE MINISTROS DO STF

Com votação apertada, comissão do Senado descarta parecer de Alessandro Vieira que focava em magistrados da Corte e no Procurador-Geral da República

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Em entrevista coletiva logo após a sessão, Alessandro Vieira não poupou críticas à articulação política e disse que houve uma interferência direta do Palácio do Planalto para alterar o resultado. Foto: reprodução/TV Senado

A CPI do Crime Organizado encerrou seus trabalhos nesta terça-feira (14) com uma decisão que expõe a divisão política no Senado. Por seis votos a quatro, os parlamentares rejeitaram o relatório final apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE). O texto sugeria o indiciamento dos ministros do

Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet, por crimes de responsabilidade.

A votação ocorreu em clima de tensão após manobras de bastidores alterarem a composição do colegiado. Durante o dia, integrantes como Sérgio Moro e Marcos do Val foram substituídos por parlamentares do Partido dos Trabalhadores, garantindo à base governista o quórum necessário para a rejeição. Para o relator, o resultado foi fruto de uma ação direta do Poder Executivo.

“Abraço de afogados”, diz Alessandro Vieira

Em entrevista coletiva logo após a sessão, Alessandro Vieira não poupou críticas à articulação política. Segundo o senador, houve uma interferência direta do Palácio do Planalto para alterar o resultado.

“A decisão dos colegas pela não aprovação, após uma intervenção direta do Palácio do Planalto, com a mudança de integrantes, ela reflete apenas o atraso na pauta”, afirmou o parlamentar.

Vieira também direcionou críticas à postura do governo federal no episódio. “Eu disse ao líder do governo, Jaques Wagner, e reafirmo para vocês publicamente, o governo escolheu atravessar a rua para dar um abraço de afogados em ministros. Eu acho que isso vai cobrar um preço significativo depois”, disparou o relator, sugerindo que o custo político da blindagem institucional será alto.

Acusações de ameaça vinda do Supremo

A relação entre os Poderes atingiu o ápice da tensão com a troca de declarações públicas entre o relator e integrantes da Suprema Corte. Durante o andamento da sessão, os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli fizeram manifestações nas redes sociais e em plenário. Para Vieira, essas falas não foram apenas críticas técnicas, mas tentativas de intimidação sobre os senadores que votavam o relatório.

“A análise dos ministros sempre vai merecer respeito, mas o modus operandi aí é de ameaça, de tentativa de constrangimento”, declarou o senador. Ele ressaltou que manifestações que apontam para cassação de mandato ou inelegibilidade de parlamentares em meio a uma votação interferem no processo democrático. “Eu não vim para cá para me acovardar por recado de WhatsApp de ninguém, de rede social de ninguém”, completou.

Suspeição e relações com o mercado financeiro

O relatório de 221 páginas dedicava boa parte de seu conteúdo a questionar a conduta dos magistrados. Um dos pontos centrais focava na atuação de Moraes e Toffoli em julgamentos nos quais o senador via estado de suspeição.

A argumentação baseava-se em supostas relações financeiras entre magistrados e Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master, além do uso de aeronaves ligadas a empresas do empresário.

Vieira defende que o Brasil precisa de maturidade institucional para compreender que ninguém está acima da lei. “Em algum momento, o Brasil vai ter maturidade institucional para verificar a conduta de integrantes do Supremo, que são seres humanos como cada um de nós e podem cometer erros”,

ressaltou. Segundo ele, o relatório foi técnico e cumpriu a obrigação de relatar fatos graves que não podem ser ignorados.

O futuro das provas e do combate ao crime

Com a rejeição do parecer, o destino das dezenas de quebras de sigilo e documentos arrecadados pela CPI se tornou incerto. O relator indicou que a decisão sobre o que fazer com esse material agora cabe exclusivamente ao presidente da comissão, senador Fabiano Contarato (PT-ES).

Vieira afirmou que não pretende apresentar denúncias isoladas agora, preferindo acompanhar as investigações em curso. Para o senador, embora o relatório tenha sido derrubado, o trabalho não foi em vão, pois os fatos continuam existindo.

“Os fatos seguem surgindo, muito por conta do trabalho da imprensa. E vão continuar a aparecer, porque eles existiram, eles são graves. Você não vai conseguir jogar tudo isso para debaixo do tapete, o escândalo é grande demais”, afirmou, garantindo que manterá a persistência no tema.

A “simbiose” com o crime organizado

No centro das investigações estava a tese de que o crime organizado no Brasil atingiu um patamar empresarial. O relator sustenta que facções como o PCC operam em simbiose com o mercado financeiro formal. Vieira lamentou que o Senado tenha escolhido “fechar os olhos para essa realidade” ao rejeitar o indiciamento de cidadãos que ocupam cargos relevantes na República.

O desfecho da CPI do Crime Organizado deixa um rastro de desgaste entre o Legislativo e o Judiciário. Alessandro Vieira concluiu afirmando que as agressões institucionais não partiram do Senado, mas de quem “enverga uma toga” e deveria manter o comedimento. Para ele, o debate foi adiado, mas não evitado: “Essa é uma pauta que pode ser adiada, mas evitada não”.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 15/04/2026

CHINA DOMINA COMÉRCIO EXTERIOR DE AL E MINÉRIO DE COBRE IMPULSIONA EXPORTAÇÃO

Apesar de melhora nas exportações, estado registra déficit de US\$ 22 milhões em março e vê compra de fertilizantes travada por conflitos no Oriente Médio

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Minério de cobre extraído em Craíbas, Agreste de Alagoas, retornou à pauta de exportação em março.
Foto: Zóio Comunicação

A China foi o grande parceiro comercial de Alagoas nas transações de importação e exportação registradas em março. Com a volta dos embarques de minério de cobre, a pauta exportadora diversificou-se além do açúcar, mas o estado registrou um déficit de US\$ 22 milhões. O resultado foi pressionado pela alta nas importações e pela instabilidade geopolítica no Oriente Médio, que já trava a compra de fertilizantes e acende o alerta para o

custo de produção no campo.

Segundo dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC), Alagoas registrou em março US\$ 86,5 milhões em exportações, valor 20,6% menor que o registrado no mesmo mês de 2025.

Já as importações totalizaram US\$ 109,1 milhões e foram 64,4% superiores ao resultado do mês de março do ano passado. A receita corrente líquida em março foi de US\$ 195,5 milhões, com aumento de 11,7% em relação ao mesmo período de 2025. Isso refletiu em um déficit de US\$ 22,5 milhões.

Com relação aos produtos exportados, foram exportados US\$ 51,6 milhões de açúcar, respondendo por 59,7% da pauta exportadora. O minério de cobre e seus concentrados totalizou US\$ 32,5 milhões, o que corresponde a 37,5% do total vendido por Alagoas para outros países. Os demais produtos foram tabaco, frutas, óleos combustíveis e produtos da indústria da transformação.

Neste cenário das vendas a outros países, a China aparece como o principal parceiro comercial, respondendo por 37,8% das exportações, seguido pela Argélia, que comprou 37,1% dos produtos alagoanos, e da Geórgia, que registrou 13,1% do total exportado pelo estado.

Já nas importações, a China também foi responsável por ser o principal emissor dos produtos internacionais comprados por Alagoas: 59,9% do total importado veio do gigante asiático. França aparece com 5,1% das importações, seguido dos Estados Unidos, que vendeu 4,8% dos produtos adquiridos pelo estado em março.

A maior parte dos produtos importados por Alagoas são equipamentos industriais. Aeronaves e outras partes foram a principal aquisição do estado, respondendo por 4,7% do total. Equipamentos de telecomunicações e adubos ou fertilizantes completam a lista dos principais produtos, respondendo por 3,9% e 3,8% do total importado, respectivamente.



Ao lado do minério de cobre, açúcares e derivados foram os protagonistas das exportações de Alagoas no mês de março. Foto: Porto de Maceió

Cobre e derivados de coco diversificam pauta de exportação

A volta do minério de cobre à pauta exportadora é vista de forma positiva pela gerente do Centro Integrado de Negócios, da Federação das Indústrias de Alagoas (CIN/FIEA), Dielze Mello.

Ela avalia que o minério conseguiu dar um aumento considerável nas exportações de março e posicionam a China como mercado estratégico para o estado.

“O minério de cobre ainda não tinha tido volume de exportações este ano. Um destaque observado foi o aumento do volume de óleo e derivados de coco na pauta exportadora, o que fortalece nossas indústrias deste segmento, que vem aumentando a quantidade vendida para outros países”, destacou.

Apesar do bom cenário nas exportações, o alto volume de importações de produtos expõe a dependência do estado em produtos que movimentam a indústria. Isso foi refletido no déficit de US\$ 22 milhões.

“As importações mostram a dependência de produtos importados, principalmente de insumos que sofreram grande oscilação nos preços, o que contribuiu para este déficit. Nosso desafio é fortalecer a competitividade das exportações para reduzir cada vez mais essa diferença e gerar um crescimento mais sustentável”, completou Dielze.

Conflitos no Oriente Médio travam compra de fertilizantes

Em meio a pressão dos preços do açúcar e a instabilidade resultante de um cenário internacional em alerta por conta dos conflitos no Oriente Médio, as importações alagoanas em março também revelam que o estado comprou menos fertilizantes do que no mês de fevereiro.

No mês de fevereiro, Alagoas importou US\$ 5,3 milhões em adubos e fertilizantes, já em março os valores caíram para US\$ 4,1 milhões.

A queda na compra de fertilizantes ocorre em todo o mercado por conta da instabilidade geopolítica crescente no Oriente Médio e do fechamento do Estreito de Ormuz, que causaram um choque abrupto na oferta das commodities.

Na análise do CIN Alagoas, a redução nas compras de fertilizantes pode ser também uma estratégia dos compradores para pressionar uma estabilização mais rápida nos preços praticados atualmente.

Um estudo da Raboresearch Alimentos e Agronegócio aponta que a disponibilidade global de fertilizantes deve cair este ano e superar a crise que o setor viveu em 2022.

O estudo aponta que a disponibilidade de nitrogênio está em -1,17 neste ano. A produção global de nitrogênio está prevista em 110 milhões de toneladas, para um consumo de 109 milhões de toneladas. Já os fosfatados estão com índice negativo de -0,55, com produção prevista em 32,2 milhões de toneladas e consumo de 31,2 milhões de toneladas. Já o índice de disponibilidade de potássio está positivo em 0,03 neste ano, com produção e consumo estimados em 45 milhões de toneladas em 2026.

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 15/04/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

OBRA DE AMPLIAÇÃO DA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ (SP) ENTRA EM FASE FINAL

Intervenção em Nova Avanhandava atinge 97% de execução e deve ser concluída até 30 de junho



A intervenção corrige restrições operacionais do trecho, agravadas pela variação dos níveis do reservatório em função da operação das usinas hidrelétricas - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, acompanhou nesta quarta-feira (15), em Buritama (SP), o avanço das obras de derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava, que já alcançou 97% de execução e entra na fase final, com conclusão prevista para 30 de junho deste ano. Com investimento de R\$ 293,8 milhões, a intervenção amplia a capacidade de

navegação na hidrovia Tietê-Paraná, considerada estratégica para o escoamento da produção nacional.

A obra prevê o aprofundamento do canal em 3,5 metros ao longo de 16 quilômetros, com a remoção de cerca de 553 mil metros cúbicos de material rochoso. A medida permite a operação de comboios maiores e mais regulares ao longo do ano, inclusive em períodos de estiagem, aumentando a previsibilidade e reduzindo custos logísticos.

“Durante a visita, o ministro destacou os impactos da intervenção. “Essa é uma obra estratégica para a hidrovia Tietê-Paraná, que amplia a navegabilidade e integra diferentes modais, reduzindo custos logísticos e fortalecendo a competitividade da produção brasileira, além de contribuir para um transporte mais eficiente e sustentável”, afirmou.

Ganho operacional na hidrovia

A obra reduz gargalos, aumenta a segurança da navegação e melhora a integração logística entre regiões e cadeias produtivas, com impacto direto no escoamento e na atividade econômica. Executada por meio de convênio entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e o Governo de São Paulo, a intervenção conta, desde 2023, com recursos oriundos da desestatização da Eletrobras, conforme previsto na Lei nº 14.182/2021.

A intervenção corrige restrições operacionais do trecho, agravadas pela variação dos níveis do reservatório em função da operação das usinas hidrelétricas, que afetam a navegação em determinados períodos. A remoção das rochas submersas é feita com monitoramento ambiental e sem interrupção das operações, com uso de tecnologia aplicada ao leito do rio.

Para o diretor de Gestão Hidroviária, Eliezé Bulhões, a obra aumenta a previsibilidade das operações ao longo de todo o ano. “Inclusive em períodos de estiagem, que permite o transporte de cargas com mais regularidade e eficiência”, concluiu.

Participaram da agenda a secretária-executiva adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos, Thairyne Oliveira; o prefeito de Buritama, Dr. Tiago Oliveira; o subsecretário de Logística e Transportes do Governo de São Paulo, Denis Amorim; o diretor de Infraestrutura de Transportes do Governo de São Paulo, Agnaldo Júnior; o coordenador-geral de Obras Aquaviárias do Dnit, Célio Henrique Silva; e o engenheiro fiscal do contrato, Humberto Elmães.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 15/04/2026

DO CAMPO AOS PORTOS: CAFÉ BRASILEIRO MANTÉM LIDERANÇA GLOBAL E MOVIMENTA EXPORTAÇÕES

No Dia Mundial do Café, dados mostram que o Brasil exportou 40 milhões de sacas em 2025, principalmente pelos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória



Dia Mundial do Café: o Brasil é o maior produtor e exportador mundial do grão - Foto: Divulgação

Do café produzido no interior do país às xícaras consumidas em diferentes partes do mundo, o Brasil mantém sua posição como maior produtor e exportador global do grão, com forte apoio da infraestrutura logística nacional. No Dia Mundial do Café, celebrado nesta terça-feira (14), dados mostram como os portos brasileiros desempenham papel central nesse fluxo, garantindo que a produção chegue a dezenas de países.

Em 2025, o Brasil exportou mais de 40 milhões de sacas (de 60 kg) de café, gerando uma receita de cerca de US\$ 15,5 bilhões (mais de R\$ 77 bilhões), segundo relatório anual do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). O volume reflete a força do país no mercado internacional, onde responde por cerca de 38% da produção global, à frente de países como Vietnã e Colômbia, conforme levantamento do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês). A maior parte desse café deixa o país pelos portos.

O Porto de Santos (SP) concentra a maior fatia das exportações, respondendo por cerca de 78% dos embarques em 2025, com mais de 31 milhões de sacas movimentadas. Na sequência, portos do Rio de Janeiro (Porto de Itaguaí e Porto do Rio de Janeiro) movimentaram, juntos, aproximadamente 17,7% dos embarques, seguidos pelos portos de Vitória (ES), Paranaguá (PR) e Salvador (BA), com participação menor, mas também relevantes na logística do setor.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou a importância da infraestrutura para manter a competitividade do produto brasileiro no exterior. “O café é um símbolo do Brasil no mundo e os portos são fundamentais para garantir que essa produção chegue com eficiência aos mercados internacionais. Seguimos trabalhando para ampliar a capacidade logística, reduzir custos e fortalecer a competitividade das exportações brasileiras”, afirmou.

“O café é um símbolo do Brasil no mundo e os portos são fundamentais para garantir que essa produção chegue com eficiência aos mercados internacionais”

Tomé Franca

Mercado global

Os dados mostram que o café brasileiro tem presença consolidada em mercados estratégicos, sendo exportado para mais de 100 países, em todos os continentes.

Alemanha e Estados Unidos lideram as importações, com volumes superiores a 5 milhões de sacas cada ao longo de 2025, seguidos por países como Itália (3,1 milhões), Japão (2,6 milhões) e Bélgica (2,3 milhões).

A diversidade de destinos evidencia a relevância do produto na pauta exportadora brasileira e reforça o papel da logística portuária na conexão do país com os principais centros consumidores do mundo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 15/04/2026

AEROPORTOS DO NORDESTE E DA AMAZÔNIA LEGAL PASSAM A INTEGRAR CONCESSÃO DA GRU AIRPORT E TERÃO R\$ 630 MILHÕES EM MELHORIAS

Inclusão de 12 terminais pelo Programa AmpliAR impulsiona investimentos e fortalece a conectividade aérea regional



Além de investimentos de R\$ 630 milhões, aeroportos regionais serão administrados pela concessionária de Guarulhos (SP) - Foto: Vosmar Rosa

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) assinou, nesta terça-feira (14), o termo aditivo que inclui 12 aeroportos regionais do Nordeste e da Amazônia Legal no contrato da GRU Airport. Com a medida, a concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos amplia sua atuação e passa a administrar terminais nos estados do Ceará, Maranhão, Mato Grosso,

Pernambuco, Piauí, Rondônia, Tocantins e na Bahia.

Os aeroportos foram arrematados no leilão da primeira rodada do Programa AmpliAR, realizado em novembro do ano passado. A iniciativa tem como objetivo fortalecer a aviação regional, ampliar a conectividade aérea e impulsionar o desenvolvimento econômico em áreas estratégicas do país.

A nova etapa da concessão prevê R\$ 731,6 milhões em investimentos, sendo cerca de R\$ 630 milhões destinados à modernização da infraestrutura dos 12 aeroportos. Estão previstas intervenções em pistas, pátios e terminais de passageiros, com foco na elevação dos padrões de segurança, eficiência operacional e qualidade dos serviços.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou a relevância da medida. “Quando falamos em concessões, não estamos tratando apenas de limitações orçamentárias do Estado, mas de uma



solução estruturante: ela amplia a eficiência, melhora a logística nacional e gera emprego e oportunidades em todas as regiões do país”, afirmou.

Ao lembrar que o Aeroporto de Guarulhos responde por 37% do movimento de passageiros do país, o diretor-presidente da GRU Airport, Osvaldo Garcia, ressaltou o potencial da expansão. “Levar a experiência consolidada em São Paulo para aeroportos regionais é mais do que motivo de orgulho e é também uma contribuição concreta para o avanço da aviação brasileira e para o desenvolvimento do país”, disse.

Segundo Garcia, o Programa AmpliAR foi determinante para a decisão da concessionária. “Identificamos no programa uma oportunidade real de fortalecer a conectividade regional, modernizando e ampliando a infraestrutura aeroportuária, especialmente em áreas mais remotas”, acrescentou.

Para o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, a iniciativa representa uma mudança estrutural no setor. “O AmpliAR inaugura um modelo inovador ao colocar aeroportos regionais sob a gestão de operadores com expertise e capacidade de investimento. Vamos avançar para garantir infraestrutura mais moderna e serviços de melhor qualidade à população. É uma iniciativa que destrava investimentos, fortalece a infraestrutura e impulsiona a interiorização da aviação civil brasileira”, destacou.

Já o diretor da Anac, Rui Mesquita, ressaltou os efeitos da medida sobre a conectividade nacional. “Este é mais um passo para ampliar a capacidade dos terminais, estimular novas rotas e fortalecer a conectividade e a integração entre as regiões brasileiras”, disse. Segundo ele, a formalização do aditivo viabiliza a implementação do programa no âmbito da Agência. “A iniciativa promove desenvolvimento econômico, integração social e atendimento a comunidades, com a otimização da infraestrutura e a oferta de serviços públicos adequados”, completou.

O diretor executivo da ABR Aeroportos do Brasil, Tiago Bonvini, também enfatizou os impactos do modelo. “A assinatura do termo aditivo materializa um princípio central para o setor, a capacidade da iniciativa privada de promover ganhos concretos em infraestrutura e na qualidade dos serviços aeroportuários. Nos últimos anos, o modelo de concessões tem elevado o padrão dos aeroportos e transformado a experiência dos usuários”, afirmou.

Entre os aeroportos contemplados, o de Paulo Afonso (BA) concentra o maior volume de investimentos, com R\$ 106,2 milhões. Na sequência, estão Lençóis (BA), porta de entrada da Chapada Diamantina, com R\$ 80,2 milhões, e Vilhena (RO), com R\$ 74,6 milhões. Também receberão aportes relevantes os aeroportos de Barreirinhas (MA), com R\$ 58,1 milhões; Araguaína (TO) e São Raimundo Nonato (PI), com R\$ 55,5 milhões cada; Cacoal (RO), com R\$ 49,8 milhões; e Canoa Quebrada (CE), com R\$ 43,1 milhões.

Os demais investimentos contemplam Serra Talhada (PE), com R\$ 40,5 milhões; Porto Alegre do Norte (MT), com R\$ 25,3 milhões; Garanhuns (PE), com R\$ 22,1 milhões; e Araripina (PE), com R\$ 19,6 milhões.

Durante o evento no Ministério de Portos e Aeroportos, o ministro Tomé Franca destacou os desafios e o potencial dos aeroportos regionais. “O grande desafio desses aeroportos é que muitos ainda operam no vermelho. Terminais como Galeão, Brasília e Guarulhos naturalmente atraem interesse, mas assumir ativos com maior risco exige visão de longo prazo. Por outro lado, há um potencial relevante no agronegócio, no turismo e até na saúde ainda pouco explorado”, afirmou.

Segundo o ministro, o Programa AmpliAR representa um avanço na política pública para o setor. “Finalmente, encontramos uma via consistente para esses aeroportos, com investimentos superiores a R\$ 600 milhões apenas neste bloco. Mais do que os recursos, o diferencial será a gestão profissional e eficiente que esses terminais passarão a ter”, concluiu.

PROGRAMA AMPLIAR - TERMO ADITIVO GRU AIRPORT

OBRAS PREVISTAS

Cacoal (RO)

Ampliação do pátio e do terminal e adequação da pista

Vilhena (RO) SBVH

Obras para operação a jato e ampliação do pátio e do terminal

Porto Alegre do Norte (MT) S0H2

Ampliação do pátio e do terminal e adequação da faixa de pista

Paulo Afonso (BA) SBUF

Ampliação do pátio e do terminal e reforço da pista

Araguaína (TO)

Obras para operação a jato e ampliação de pátio e terminal

Araripina (PE) - SNAB

Ampliação de terminal e estacionamento e construção de RESA

Barreirinhas (MA)

Ampliação de pátio, terminal e pista e obras para operação a jato

Canoa Quebrada (CE)

Ampliação de pátio e estacionamento e reforma do terminal

Serra Talhada (PE) SNHS

Ampliação de pátio, terminal e estacionamento

Garanhuns (PE) SNHS

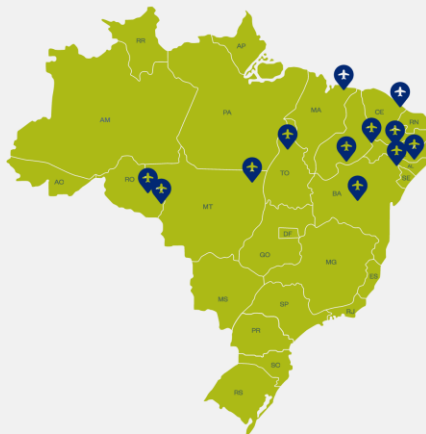
Ampliação do pátio e terminal e construção de RESA

Lençóis (BA) SBLE

Ampliação de pátio e terminal e obras para operação a jato

São Raimundo Nonato (PI)

Ampliação de pátio e terminal e construção de RESA



AmpliAR MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Vetor de desenvolvimento

Com a entrada da GRU Airport na gestão desses aeroportos, a expectativa é ampliar rotas, facilitar o acesso a destinos turísticos e melhorar o escoamento da produção regional. O Programa AmpliAR foi estruturado justamente para viabilizar esse avanço: aeroportos de menor porte passam a ser incorporados a contratos já existentes, garantindo escala, eficiência operacional e novos aportes privados.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 15/04/2026

MPOR CELEBRA ACORDO COM ABDIB PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA DE PORTOS, AEROPORTOS E HIDROVIAS

Protocolo de intenções será assinado nesta quinta-feira (15) para aprimorar a integração institucional, o planejamento estratégico e a atração de investimentos no setor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) assinam, nesta quarta-feira (15), um protocolo de intenções para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura logística nos setores de portos, aeroportos e hidrovias, especialmente em mecanismos de financiamento e garantias.

O acordo deverá aprimorar a integração institucional, o planejamento estratégico e a atração de investimentos. Entre os estudos técnicos da parceria, destaca-se a ampliação da participação do modal aéreo no transporte de carga e passageiros, com foco no fortalecimento de programas como o AmpliAR e o Investe Mais Aeroportos, além do diagnóstico da governança dos portos públicos.

O protocolo é estritamente colaborativo, sem repasse de verbas ou obrigações imediatas, e tem vigência de dois anos, podendo ser prorrogado.

Credenciamento

Os profissionais de imprensa interessados em acompanhar a cerimônia devem solicitar credenciamento pelo e-mail: ascom@mpor.gov.br, informando o nome completo, RG, CPF e veículo de imprensa.

Serviço

Evento: Celebração de Protocolo de Intenções MPor e ABDIB

Data: Quarta-feira, 15 de abril

Horário: 14h

Local: Praça Monteiro Lobato, 36 - Butantã, São Paulo – SP

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 15/04/2026

"PARCERIAS COM SETOR PRODUTIVO GARANTEM INVESTIMENTOS NA INFRAESTRUTURA DO PAÍS", AFIRMA TOMÉ FRANCA EM SÃO PAULO

Durante a 30ª edição da Intermodal South América, ministro destacou oportunidades para investidores no setor



Parceria com investidores fortalece infraestrutura e crescimento do Brasil, afirma ministro Tomé Franca em SP - Foto: Eduardo Oliveira

As parcerias entre o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e o setor privado têm garantido investimentos recordes na infraestrutura brasileira, afirmou nesta terça-feira (14), o ministro da pasta, Tomé Franca, durante o 4º Interlog Summit. Realizado durante a 30ª edição da Intermodal South America, no Distrito de Anhembi, em São Paulo (SP), o evento reúne especialistas e líderes em logística e transporte para compartilhar experiências

e casos reais sobre o setor.

Durante o painel, o ministro ressaltou o papel estratégico da colaboração com o setor produtivo para viabilizar políticas públicas e acelerar projetos estruturantes no país. “A parceria com a iniciativa privada tem sido essencial para avançarmos com consistência. Esse alinhamento nos permitiu alcançar níveis recordes de investimento e ampliar a capacidade logística do Brasil”, afirmou.

Nos últimos três anos, apenas no setor portuário, foram mobilizados cerca de R\$ 40 bilhões em investimentos privados, além de R\$ 3,1 bilhões em recursos públicos. Segundo Franca, os números refletem não apenas uma política de governo, mas a confiança crescente do mercado no ambiente regulatório brasileiro e na continuidade das políticas públicas. “Esse resultado é fruto de previsibilidade, segurança jurídica e de uma agenda consistente construída ao longo do tempo”, destacou.

O ministro também enfatizou que o avanço da infraestrutura está diretamente ligado à responsabilidade na gestão dos recursos e ao compromisso com entregas concretas à sociedade. “Estamos estruturando um ciclo sustentável de investimentos, que integra esforços públicos e privados, com foco em eficiência, desenvolvimento econômico e inclusão social”, disse.

No setor aeroportuário, Tomé Franca apresentou oportunidades geradas por programas como o AmpliAR e o Investe Mais Aeroportos, que ampliam o escopo de concessões e fortalecem a atratividade do setor. Já no modal hidroviário, destacou a criação da Secretaria Nacional de Hidrovias como um marco para destravar o potencial logístico do país: “O Brasil tem uma vocação natural para o transporte hidroviário, ainda pouco explorada. Estamos avançando com projetos de concessão que conciliam desenvolvimento econômico, sustentabilidade e respeito às populações locais”, explicou.

Ao encerrar, o ministro reforçou o convite ao setor privado para ampliar sua participação nos projetos estruturantes do país. “Queremos seguir construindo, em parceria com investidores, uma infraestrutura moderna, eficiente e capaz de sustentar o crescimento do Brasil nas próximas décadas”, afirmou.

Realizada anualmente, a Intermodal South America é um dos principais eventos da América Latina voltado aos setores de logística, transporte de cargas, intralogística, tecnologia e comércio exterior,



reunindo operadores, investidores e formuladores de políticas públicas de toda a cadeia logística. A edição deste ano ocorre entre os dias 14 e 16 de abril, em São Paulo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 15/04/2026

MINISTRO TOMÉ FRANCA VISITA OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO CANAL EM NOVA AVANHANDAVA (SP)

Intervenção na Hidrovia Tietê-Paraná avança e deve ampliar a navegabilidade, reduzir custos logísticos e melhorar o abastecimento

Em Buritama (SP), o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, visita as obras de derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava, na Hidrovia Tietê-Paraná. A agenda inclui apresentação do andamento das obras, deslocamento para o cais e o acionamento da derrocagem.

Com 78,4% de execução, o projeto tem conclusão prevista para 30 de junho deste ano e conta com recursos da desestatização da Eletrobras. A iniciativa deve aumentar a eficiência do transporte hidroviário, reduzir custos logísticos e contribuir para o abastecimento e o desenvolvimento regional.

Atendimento à imprensa

Os interessados na cobertura da visita técnica deverão enviar nome completo, veículo de comunicação e CPF para o e-mail ascom@mpor.gov.br, até às 18h desta terça-feira (14).

Serviço

O quê: Visita Técnica às obras de Derrocagem da terceira fase do Canal de Nova Avanhandava (SP)

Quando: quarta-feira, 15 de abril

Horário: 10h

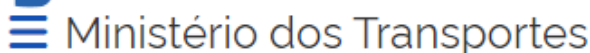
Onde: Rodovia Roberto Rollemberg, s/n Km 44 - Estrada Barragem. Buritama - SP

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 15/04/2026



Presidência da República



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

CNH DO BRASIL: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA NOVA JORNADA DO INSTRUTOR

Evento acontece no dia 27 de abril; medida facilita o processo de formação e conecta candidatos a profissionais autorizados

O ministro dos Transportes, George Santoro, lança, no dia 27 de abril, às 10h, a Nova Jornada do Instrutor no aplicativo CNH do Brasil. A iniciativa moderniza o processo de formação e atuação de instrutores de trânsito no país. O objetivo é reduzir burocracias, ampliar o acesso à habilitação e garantir mais transparência e controle das informações.

A funcionalidade, desenvolvida pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), estabelece um fluxo 100% digital, gratuito e integrado em nível nacional. Pela primeira vez, profissionais autorizados pelo Detran, centros de formação e candidatos passam a operar em um mesmo ambiente.

Com o novo modelo, os candidatos poderão buscar instrutores e autoescolas por localização após o exame teórico, entrar em contato direto pelo WhatsApp, além de visualizar avaliações reais de outros alunos. Quem já atua na área passa a ter um perfil próprio no aplicativo.



Todas as informações passam a ser inscritas imediatamente no Registro Nacional de Condutores Habilitados (Renach) e a comunicação será automática e em tempo real com os Detrans.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Lançamento da Nova Jornada do Instrutor

Dia: Segunda-feira, 27 de abril

Horário: 10h

Local: Sala Interativa do Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 15/04/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – NOVOS PLANOS PARA O TECON SANTOS 10

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A confirmação feita pelo ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, nessa terça-feira, dia 14, durante a feira Intermodal, em São Paulo (SP), sela o compromisso do Governo Federal com um modelo de licitação que prioriza a abertura de mercado para a disputa do Tecon Santos 10. Ao alinhar-se à diretriz da Casa Civil de não restringir a participação de armadores globais, como orientou o Tribunal de Contas da União (TCU), focando as limitações apenas em quem já detém arrendamentos de terminais públicos no Porto de Santos (SP), o Ministério toma uma decisão pragmática: o Brasil quer o capital e a carga do mundo, mas sem abrir mão da competitividade interna.

A importância estratégica do Tecon Santos 10 é traduzida por sua magnitude: um investimento de R\$ 6,4 bilhões para erguer o maior arrendamento portuário da história brasileira. Localizado no Cais do Sabó, o futuro megaterminal não é apenas uma obra de expansão; é a chave para ampliar em 50% a capacidade de movimentação de contêineres de Santos. Em um cenário onde o comércio global exige navios cada vez maiores e operações mais velozes, o Santos 10 é a resposta estrutural para que o Brasil não perca o bonde das grandes rotas marítimas por falta de berço e área de manobra.

Nessa nova modelagem, ao permitir que os donos de navios participem da disputa do terminal, o Governo garante que a instalação nasça com “carga garantida” e interesse direto de quem opera o fluxo global. É o modelo utilizado nos portos mais eficientes do mundo, como Roterdã e Singapura.

A expectativa do ministro Tomé Franca de realizar o leilão ainda neste ano reflete a pressa do setor produtivo. O Santos 10 é um projeto que o Brasil deve a si mesmo há mais de uma década. Cada mês de atraso na publicação do edital pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) é um mês em que o custo logístico brasileiro permanece mais alto do que o necessário. A infraestrutura não aceita desaforos, e o Porto de Santos está chegando ao limite de sua capacidade instalada.

O Santos 10 será o “batismo de fogo” da gestão de Tomé Franca e o maior teste de apetite do mercado internacional pelo Brasil este ano. Se o edital for publicado com a clareza jurídica prometida e o leilão ocorrer no próximo semestre, o País terá dado o passo mais importante das últimas décadas para consolidar Santos como o hub incontestável da América Latina. O momento é de transição da fala para a ação; o mercado está na Intermodal ouvindo, mas estará na B3 investindo se a segurança jurídica for a regra do jogo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - COMPLIANCE DIGITAL: VOCÊ ESTÁ PRONTO PARA SER AUDITADO PELO SEU CLIENTE?



ROBERTA LOPES DA CRUZ ANTONIO

Professora de Direito Digital e Civil na Universidade Católica de Santos (SP), advogada e consultora especializada em Direito Digital e Proteção de Dados, mestre em Direito da Segurança Nacional pela Georgetown University (EUA).
opinio@portalbenews.com.br

Durante muito tempo, o compliance digital foi tratado pelas empresas como mera exigência regulatória a ser cumprida para evitar sanções. No entanto, essa visão vem se transformando de forma acelerada, especialmente em setores altamente expostos à dinâmica internacional. Hoje, mais do que um mecanismo de proteção, a maturidade em governança digital começa a se consolidar como um diferencial competitivo concreto.

E essa transformação não ocorre por acaso. A crescente digitalização das cadeias logísticas ampliou a dependência de sistemas integrados, plataformas de rastreamento, troca de dados em tempo real e interação constante entre múltiplos atores, muitas vezes localizados em diferentes jurisdições. Nesse cenário, empresas que não conseguem demonstrar controle, segurança e previsibilidade sobre seus fluxos digitais passam a ser percebidas como riscos não apenas jurídicos, mas operacionais.

A Lei Geral de Proteção de Dados é um dos principais vetores dessa transformação, mas está longe de ser o único. Normas internacionais, exigências contratuais e padrões privados de governança vêm elevando o nível de cobrança sobre como empresas tratam dados, gerenciam acessos e respondem a incidentes. Em operações de comércio exterior, por exemplo, não é incomum que parceiros internacionais exijam garantias específicas sobre segurança da informação como condição para contratação. Nesse contexto, o compliance deixa de ser um tema interno e passa a influenciar diretamente a geração de receita.

Esse movimento se torna ainda mais evidente nas relações B2B, nas quais processos estruturados de avaliação de fornecedores — frequentemente materializados em formulários de vendor due diligence — passaram a incorporar, de forma sistemática, critérios de compliance digital. Empresas contratantes querem saber, de maneira objetiva, como seus parceiros protegem dados, quais controles de acesso adotam, se possuem planos de resposta a incidentes e como gerenciam riscos cibernéticos. Não raro, o preenchimento desses questionários se torna condição para participação em concorrências ou até para a manutenção de contratos já existentes. Na prática, isso significa que fragilidades na governança digital deixam de ser um problema interno e passam a impactar diretamente a capacidade da empresa de fazer negócios.

Imagine duas empresas disputando um mesmo contrato de operação logística internacional. Ambas têm capacidade técnica semelhante, prazos competitivos e experiência no setor. No entanto, apenas uma delas consegue demonstrar, de forma estruturada, que possui políticas robustas de proteção de dados, planos de resposta a incidentes cibernéticos testados e controles claros sobre quem acessa informações sensíveis de clientes e cargas. Em um ambiente de risco crescente, esse movimento representa uma tendência é clara: a de que a confiança digital passa a pesar tanto quanto o preço.

Esse movimento também se reflete na forma como incidentes são percebidos. Um vazamento de dados ou uma indisponibilidade sistêmica já não são apenas problemas técnicos; são eventos com potencial de interromper operações portuárias, comprometer contratos internacionais e gerar perdas financeiras relevantes. Empresas que investem em governança digital conseguem não apenas reduzir a probabilidade desses eventos, mas também responder de maneira mais rápida e coordenada, minimizando impactos e preservando sua reputação.

Outro aspecto relevante é a integração entre áreas. O compliance digital eficaz não se constrói apenas no departamento jurídico ou na equipe de tecnologia. Ele exige alinhamento com operações, logística, comercial e alta gestão. Isso porque muitas das vulnerabilidades surgem justamente na interseção entre processos: no compartilhamento de dados com parceiros, no uso de plataformas terceiras, na

adoção de novas tecnologias sem avaliação prévia de risco. Empresas que conseguem mapear esses pontos críticos e estabelecer controles proporcionais saem na frente.

Há ainda um efeito indireto, mas igualmente estratégico. Organizações com maior maturidade em governança digital tendem a acessar com mais facilidade mercados regulados e cadeias globais mais exigentes, nas quais critérios de segurança da informação e proteção de dados já fazem parte dos requisitos de entrada. Além disso, demonstrar conformidade e boas práticas reduz incertezas em processos de due diligence, fusões, aquisições e captação de investimentos.

O ponto central, portanto, é que o compliance digital deixou de ser apenas uma obrigação defensiva. Ele passou a integrar a lógica de posicionamento estratégico das empresas. Para o gestor, isso implica uma mudança de postura. Não se trata apenas de “estar em conformidade”, mas de compreender como a governança digital pode ser utilizada para fortalecer a confiança, ampliar oportunidades de negócio e sustentar o crescimento em um cenário cada vez mais complexo. No final do dia, as empresas que entenderem esse movimento não apenas evitarão problemas — elas estarão melhor posicionadas para competir.

Roberta Lopes da Cruz Antonio escreve quinzenalmente para o BE News. Seus textos são publicados às quartas-feiras.

O COMPLIANCE DIGITAL DEIXOU DE SER APENAS UMA OBRIGAÇÃO DEFENSIVA. ELE PASSOU A INTEGRAR A LÓGICA DE POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DAS EMPRESAS. PARA O GESTOR, ISSO IMPLICA UMA MUDANÇA DE POSTURA. NÃO SE TRATA APENAS DE “ESTAR EM CONFORMIDADE”, MAS DE COMPREENDER COMO A GOVERNANÇA DIGITAL PODE SER UTILIZADA PARA FORTALECER A CONFIANÇA, AMPLIAR OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO E SUSTENTAR O CRESCIMENTO EM UM CENÁRIO CADA VEZ MAIS COMPLEXO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/04/2026

POLÍTICA - RELATÓRIO FINAL DA CPI DO CRIME É REJEITADO

Texto do relator Alessandro Vieira (MDB-SE) pedia o indiciamento dos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do STF

Do Estadão Conteúdo



A reunião da CPI foi marcada por discursos de desqualificação do relatório por parte de senadores da base governista

A CPI do Crime Organizado rejeitou na noite desta terça-feira, 14, por 6 votos a 4, o relatório do senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

Votaram contra: Beto Faro (PT-PA), Teresa Leitão (PT-PE), Humberto Costa (PT-PE), Soraya Thronicke (PSB-MS), Rogério Carvalho (PT-SE) e Otto Alencar (PSD-BA). A favor:

Alessandro Vieira (MDB-SE), Eduardo Girão (Novo-CE), Magno Malta (PL-ES) e Esperidião Amim (PP-SC).

O relator pedia o indiciamento, com encaminhamento para análise de abertura de processo de impeachment, dos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

O relatório foi barrado depois de a base do governo ter se articulado para mudar três integrantes do colegiado para conseguir uma maioria contrária ao texto. A manobra ocorreu após ministros alvo da



CPI pressionarem o governo e o Senado contra o relatório. Os ministros do STF também se manifestaram contrários ao texto.

A reunião da CPI foi marcada por discursos de desqualificação do relatório feita por senadores da base governista, maioria neste que foi o último dia de funcionamento da comissão.

“Eu acho que vossa excelência se deixou seduzir por um caminho da política nesse processo e terminou produzindo um relatório que nos deixou a todos com a sensação de que está faltando muita coisa aqui e tem coisas que não deveriam estar aqui”, afirmou o senador Humberto Costa.

O relator Alessandro Vieira disse ter sofrido ameaças de ministros do STF que tiveram o indiciamento pedido em seu relatório e que não se curvará a elas.

“As pessoas que estão sentadas na Suprema Corte não são donas do País. Elas têm o direito de falar por último sobre o direito, sobre a lei. Mas já de há muito se habituaram a atravessar a rua a interferir nesta Casa, a interferir na Casa vizinha, a fazer manifestações que são de cunho claramente político e também, infelizmente, mais recentemente, a usar da ameaça como expediente”, disse.

O presidente da comissão, Fabiano Contarato (PT- ES), afirmou ter críticas a condutas de ministros da Corte, mas alegou não ver provas de que eles tenham praticado crime dolosamente.

“Esse ato de indiciamento é um ato de grande responsabilidade, porque você está lidando com a reputação e a vida das pessoas. E isso é muito grave, é muito sério em uma democracia. Ninguém pode ser punido por fato previsto como crime senão quando pratica dolosamente.”

O texto rejeitado pela CPI tem 221 páginas e dedica 23 delas a uma análise de ações e omissões das quatro autoridades no caso do Banco Master.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - FMI REDUZ PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO GLOBAL E ALERTA PARA RISCO DE RECESSÃO

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AS NOVAS PROJEÇÕES DO FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou suas projeções para a economia global neste ano, adotando um tom de alerta diante da escalada do conflito no Oriente Médio. Em seu relatório Perspectiva Econômica Mundial, a instituição reduziu a estimativa de crescimento do PIB global de 3,3% para 3,1%, advertindo que uma guerra prolongada entre Estados Unidos, Israel e Irã pode levar o mundo a uma recessão e elevar a inflação global para patamares acima de 6%. Mas em contraste com o pessimismo generalizado para economias da Europa e da Ásia, o Brasil teve sua projeção de crescimento elevada de 1,6% para 1,9% em 2026.

A RESILIÊNCIA BRASILEIRA

Segundo o FMI, o Brasil se destaca por sua condição de exportador líquido de energia, o que permite converter a alta dos preços internacionais do petróleo e de outras commodities em aumento de receita. Essa resiliência é reforçada por fundamentos sólidos, como reservas internacionais elevadas e uma menor dependência de dívida em moeda estrangeira.

CRESCIMENTO MODERADO EM 2027

No entanto, o cenário positivo para o Brasil é visto como um alívio pontual e dependente de fatores externos. Para 2027, o fundo já projeta uma moderação no crescimento brasileiro para 2%, refletindo o impacto da desaceleração econômica mundial e o encarecimento de insumos produtivos. O economista-chefe da instituição, Pierre-Olivier Gourinchas, ressaltou que, caso o preço do barril de petróleo ultrapasse os US\$ 100 dólares de forma persistente, o choque sobre as cadeias produtivas

globais exigirá novos apertos nas taxas de juros por parte dos bancos centrais, limitando o potencial de expansão mesmo para nações produtoras de energia.

FRAGILIDADE EXTREMA

Enquanto o Brasil e outros exportadores de bens primários encontram algum fôlego, as grandes potências enfrentam horizontes mais nublados. Os Estados Unidos devem registrar um crescimento de 2,3% em 2026, mas sob forte vigilância inflacionária. A zona do euro, mais vulnerável à crise energética, deve crescer apenas 1,1%, enquanto a China mantém uma expansão projetada de 4,4%. O relatório conclui que a economia global entrou em um período de fragilidade extrema, onde a estabilidade dos mercados financeiros agora depende diretamente da duração e da intensidade das tensões no Estreito de Ormuz.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

POLÍTICA - CPI: OMISSÕES SOBRE O MASTER PESARAM NO TEXTO FINAL

Veja o que o relator da CPI do Crime Organizado, Alessandro Vieira, alegou para pedir o indiciamento de ministros do STF e do procurador-geral da República

Do Estadão Conteúdo



O texto final de Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da CPI, tinha 221 páginas e dedicava 23 delas a uma análise sobre ações e omissões de ministros e do PGR

O relatório final da CPI do Crime Organizado foi rejeitado, mas movimentou o dia em Brasília justamente porque pedia o indiciamento e abertura de processos de impeachment dos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

O texto final, assinado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da CPI, tinha 221 páginas e dedicava 23 delas a uma análise de ações e omissões das quatro autoridades no caso do

Banco Master. Veja abaixo quais foram as alegações relacionadas a cada um dos membros do STF, além do PGR.

Dias

Relatório final afirmou que Dias Toffoli deveria ser enquadrado nos dispositivos da lei de crimes de responsabilidade que pune a atuação em julgamento “quando, por lei, seja suspeito na causa” e a atuação “de modo incompatível com a honra, dignidade e o decoro”.

Toffoli assumiu a relatoria do caso Master no STF após acolher pedido da defesa de Daniel Vorcaro, dono do Master. Até então, o caso tramitava na 10ª Vara Federal de Brasília, no âmbito da Operação Compliance Zero.

Como relator, deu decisões classificadas pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) como “atípicas”, como a imposição de sigilo máximo no processo e a ordem para acautelamento no STF de celulares apreendidos.

Os atos, destaca o relatório, foram praticados “ocultando-se que o ministro havia mantido relação financeira, por intermédio da empresa Maridt, com fundo de investimento ligado a Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro e também investigado na Operação Compliance Zero”. Toffoli admitiria ser sócio oculto da Maridt um mês depois, quando, sob pressão, decidiu deixar a relatoria do caso.



O relatório também citou perícia feita pela Polícia Federal no celular de Daniel Vorcaro que documentou um canal de comunicação entre Toffoli e Vorcaro que “extrapolava a liturgia do cargo”. E citou as “múltiplas viagens” em aeronaves privadas ligadas a Daniel Vorcaro. Toffoli usou aviões particulares para pelo menos três viagens ao resort Tayayá, do qual foi sócio oculto.

Alexandre de Moraes

Em relação a Moraes, o relatório atribuiu os mesmos dispositivos vedados conforme previstos na lei de crimes de responsabilidade: proferir julgamento quando por lei seja suspeito na causa e proceder de modo incompatível com a honra e o decoro.

Ao detalhar as condutas de Moraes, o documento menciona conversas do ministro com o investigado, recuperadas pela Polícia Federal, “em contexto que sugere tentativa de interferência em medida cautelar”. Moraes e Vorcaro conversaram por aplicativo de mensagens no dia da primeira prisão do banqueiro, em novembro. Ambos usavam um artifício que fazia o conteúdo das mensagens desaparecer após visualizados.

O relatório também apontou que Moraes fez uso do “aparato jurisdicional para perseguir quem revelou o conflito de interesses”. O ministro instaurou procedimentos para apurar “vazamento” de informações sobre o contrato do escritório da esposa dele, a advogada Viviane Barci, com o Banco Master. Para o senador, o ato configura uso abusivo do cargo.

O pedido de indiciamento inclui ainda a decisão de “restringir severamente” a requisição e o uso de Relatórios de Inteligência Financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e as “múltiplas viagens” em voos ligados a Daniel Vorcaro.

Gilmar Mendes

O pedido de indiciamento de Gilmar Mendes foi baseado no artigo que pune a atuação de modo incompatível com a honra, a dignidade e o decoro. O relatório afirma que decisões dele em ações relacionadas ao Banco Master e à CPI tiveram efeito de “proteção corporativa”.

Entre as decisões citadas, a que suspendeu as quebras de sigilo da Maridt, empresa de Toffoli, e do Fundo Arleen, que comprou cotas dela no resort do Paraná. O pedido de suspensão foi apresentado em um mandado de segurança da empresa Brasil Paralelo contra a CPI da Covid, arquivado desde 2023, cuja relatoria pertencia a Gilmar Mendes.

Paulo Gonet

O pedido de indiciamento, com solicitação de abertura de processo de impeachment, contra o procurador Paulo Gonet é baseado no dispositivo que aponta “desídia no cumprimento das atribuições”.

O relatório afirma que Gonet tinha acesso a uma série de informações sobre conduta de ministros do STF no caso Master, levantadas pela imprensa e pela Polícia Federal, e não atuou como deveria.

O senador Alessandro Vieira salienta que o procurador-geral da República não adotou nenhuma providência concreta no sentido de promover a investigação e a eventual responsabilização das autoridades envolvidas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

POLÍTICA - “ESQUECEU SEUS COLEGAS MILICIANOS”, DIZ GILMAR SOBRE VIEIRA

Ministro do STF sobe tom contra o relator da CPI do Crime Organizado após o pedido de indiciamento que foi rejeitado pelo colegiado

Do Estadão Conteúdo



Gilmar Mendes disse que o relatório da CPI foi uma cortina de fumaça por não enfrentar a questão do crime organizado

O ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou nesta terça-feira, 14, que o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da CPI do Crime Organizado, “se esqueceu dos seus colegas milicianos e decidiu envolver o Supremo Tribunal Federal”.

Durante sessão da Segunda Turma da Corte, ele repetiu críticas que havia feito em seu perfil no X (antigo Twitter) e chamou o relatório de “erro histórico”. O parecer final do colegiado pedia o impeachment dos ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, do STF, e do Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, por supostas ações no caso do Banco Master.

“Quando vi o meu nome inserido nessa tal lista de indiciados por parte do senador relator deste caso, eu disse: é curioso. Ele se esqueceu dos seus colegas milicianos e decidiu envolver o Supremo Tribunal Federal por ter concedido um habeas corpus. Mas só esse fato narrado mostra exatamente que nós descemos muito na escala das degradações”, afirmou Gilmar.

Segundo ele, o relatório “flerta com arbitrariedades” e “revela verdadeira cortina de fumaça” ao não enfrentar de fato a questão do crime organizado.

As quatro autoridades foram as únicas com pedido de indiciamento feito pelo relator. Foi a primeira vez que uma CPI no Congresso pediu o indiciamento de ministros da Suprema Corte, segundo parlamentares e servidores consultados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/04/2026

POLÍTICA - TOFFOLI SUGERE CASSAR QUEM ATACAR INSTITUIÇÕES

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli afirmou nesta terça- -feira, 14, que o relatório final da CPI do Crime Organizado pode levar seus autores a terem os mandatos cassados. Segundo ele, “a Justiça Eleitoral não fal tará em punir aqueles que abusam do seu poder para obter votos num proselitismo eleitoral”.

“É preciso por fim imediato a essa sanha de que atacar determinadas instituições dá voto. Atacar instituições é atacar o Estado democrático de direito, é atacar a democracia”, acrescentou. As declarações foram feitas na abertura da sessão da Segunda Turma da Corte.

Ao comentar o conteúdo do parecer, Toffoli disse que a iniciativa pode configurar abuso de poder e gerar sanções eleitorais. “Não podemos deixar de nos furtar a cassar eleitoralmente aqueles que abusaram, atacando as instituições, para obter voto e conspirar o voto do eleitor. Porque é disso que se trata, quando surge um relatório aventureiro desse. É tentativa de obter votos”, afirmou.

O ministro também classificou o documento como “completamente infundado”, sem base jurídica ou sustentação em fatos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/04/2026

POLÍTICA - FACHIN REPUDIA “DESVIO DE FINALIDADE” DA CPI

Do Estadão Conteúdo

O ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), repudiou nesta terça-feira, 14, a inclusão dos ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes no relatório final da CPI do Crime Organizado.

Em nota, Fachin classificou a menção dos colegas como “indevida”, registrou sua solidariedade e ressaltou a importância de que a independência dos Três Poderes seja respeitada. “Desvios de finalidade temática dessas Comissões, todavia, enfraquecem os pilares democráticos e ameaçam os direitos fundamentais de qualquer cidadão”, diz o comunicado.

Segundo a nota da Presidência do STF, o tribunal reconhece a atividade das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) “nos limites constitucionais e circunscritas à pertinência temática que deu ensejo à sua criação”.

“Este Tribunal está ciente de que cabe a todos respeitar a independência e a autonomia dos Poderes da República, como é da secular tradição de nossas instituições. O Supremo Tribunal Federal reafirma que seguirá firme em sua missão de guardar a Constituição e proteger as liberdades democráticas”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/04/2026

POLÍTICA - AÉCIO NEVES CONVIDA CIRO GOMES PARA O PSDB

A intenção é lançar o ex-ministro como candidato à presidência da República. **Ciro disse que vai amadurecer a “convocação”**

Do Estadão Conteúdo



Ciro Gomes disse que recebeu o convite do presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, com “honra e alegria”

O presidente nacional do PSDB, deputado Aécio Neves (MG), convidou o ex- -ministro Ciro Gomes para ser o candidato do partido à Presidência da República neste ano. As declarações ocorreram nesta terça-feira, 14, antes de uma reunião de Ciro com membros do PSDB na Câmara dos Deputados.

“Conversei hoje [terça- -feira, 14] longamente com o governador Ciro Gomes, com o governador Marconi (Perillo), com os nossos outros candidatos a governadores, e eu estou estimulando o companheiro Ciro Gomes a se colocar como uma alternativa para o Brasil”, disse Aécio.

“Não encontro hoje [terça-feira, 14] um quadro político nacional com tantas qualificações, tão atualizado em relação à realidade brasileira e com tanta contribuição a dar ao Brasil”.

Aécio disse, no entanto, reconhecer a intenção de Ciro de ser eleito governador do Ceará. “Apesar de reconhecermos que ele tem hoje um projeto exitoso e muito bem construído no Ceará, mas Ciro é hoje maior do que as fronteiras do seu grandioso Estado”, declarou.

O tucano acrescentou: “E por isso fiz a ele o apelo para que ele se disponha a liderar um novo caminho para o Brasil, um caminho do centro democrático, um caminho liberal na economia, inclusive no ponto de vista social, responsável no campo da gestão pública. Tudo o que o PSDB sempre foi e que tanta falta faz ao País”.

Ciro disse que recebeu o convite com “honra e alegria” e que vai amadurecer a “convocação” de Aécio. “Uma convocação como essa que me foi feita agora não pode ser considerada apenas um

agrado ao meu já sofrido coração. Há que ser uma convocação a ser amadurecida, junto à minha comunidade, antes de mais nada, ao Ceará, de onde eu venho”, disse.

Ele acrescentou: “E eu só não descarto imediatamente esse honroso convite por uma circunstância, aquilo que o presidente Aécio falou: Nosso País está vivendo talvez um dos piores momentos da sua história moderna. Um terço das empresas brasileiras estão na antessala da falência”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

POLÍTICA - NUNES MARQUES É ELEITO PRESIDENTE DO

Ele substitui Cármen Lúcia, que antecipou sua saída, e terá como vice André Mendonça

Do Estadão Conteúdo



O ministro Nunes Marques (foto) já vai comandar as eleições de outubro junto com André Mendonça

O ministro Nunes Marques foi eleito nesta terça-feira, 14, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e comandará as eleições majoritárias marcadas para outubro. O vice será André Mendonça. Os dois foram indicados por Jair Bolsonaro para vagas no Supremo Tribunal Federal (STF) e são ideologicamente alinhados entre si.

A escolha para presidente do TSE é feita por votação em plenário apenas por formalidade. Na prática, é eleito o ministro mais antigo do tribunal entre os representantes do STF que ainda não tenha

ocupado o cargo.

Além de três ministros do Supremo, o TSE também conta com dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Nunes Marques substituirá Cármen Lúcia no cargo e deverá presidir o TSE pelos próximos dois anos. A ministra teria direito de permanecer na cadeira até o fim de maio, mas preferiu antecipar a troca de comando do tribunal em nome das eleições. Com a saída de Cármen Lúcia do tribunal, Dias Toffoli ocupará a terceira cadeira da corte reservada para integrantes do STF.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

POLÍTICA - BRASIL NÃO PRECISA DE ESCOLA CÍVICO-MILITAR, DIZ LULA

Presidente da República sancionou nesta terça-feira o Plano Nacional de Educação, que amplia o investimento público até 2036

Do Estadão Conteúdo



Ao lado do presidente da Câmara, Hugo Motta, Lula disse que a escola é a mesma para todos e, quem quiser, pode seguir para a carreira militar depois

Ao sancionar o Plano Nacional de Educação (PNE), nesta terça-feira (14), no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o documento mostra que o Brasil não precisa, na educação pública e gratuita, a expansão de escolas cívico-militares.

“Quando uma menina ou um menino resolverem seguir a sua carreira militar, eles vão se preparar militarmente. Mas



enquanto eles quiserem estudar, eles têm que estudar a mesma coisa que estudam 220 milhões de brasileiros sob a orientação do Ministério da Educação deste país”, defendeu.

Lula avaliou que o plano, que ele chamou de obra-prima, reafirma o compromisso para ser colocado em prática em 10 anos. Ele ponderou que é necessário que a sociedade brasileira assuma a responsabilidade sobre os resultados e que haja vigilância para o cumprimento das metas.

O plano prevê 19 objetivos com acompanhamento das metas a cada dois anos nas áreas de educação infantil, alfabetização e ensinos fundamental e médio.

Também inclui a educação integral e inclusiva, educação profissional e tecnológica, ensino superior, estrutura e funcionamento da educação básica.

“Nós temos a responsabilidade de não permitir que ninguém, quem quer que seja, do partido que seja, com a altura que tiver ou da cor que tiver, tenha o desmazelo de não executar o que está previsto”, afirmou Lula.

Investimento

Entre as metas do PNE, está a ampliação do investimento público em educação dos atuais 5,5% do PIB para 7,5% em 7 anos, chegando a 10% no final de 2036.

Na educação infantil, o objetivo é universalizar a pré-escola em até 2 anos e atender 100% da demanda por creches, alfabetizar todas as crianças até o final do segundo ano do ensino fundamental e ampliar a jornada para no mínimo 7 horas diárias, alcançando 50% das escolas públicas em 5 anos e atingindo 65% até 2036.

Lula entende que é necessário fiscalizar em vista de que “nunca houve muita vontade com a educação nesse país”. O presidente alertou que há o desafio de convencer uma criança ou um adolescente a estudar e a gostar da escola. “Nós é que temos que convencê-lo da importância da educação na formação da vida dele”, afirmou.

Críticas

O presidente criticou “gente formada” que considera que a educação seria para poucos. “Esse país já teve gente que achou que ele deveria ser governado só para 35% da população. O restante é de invisíveis. Não pense que todo mundo gosta quando a gente fala de educação. Não pense que todo mundo gostou quando a gente falou de cota”.

O presidente disse ainda que há oposição ao discurso sobre a necessidade de garantir acesso à universidade para indígenas e quilombolas. “Nós é que temos que convencer as pessoas. Porque, se a gente não convencer, as pessoas ficam vulneráveis a qualquer discurso, por mais imbecil que seja”, lamentou.

Lula defendeu que a sociedade esteja atenta e que se torna fundamental a reação a violações de direitos nessa área. “Quantas vezes nós ficamos indignados com a destruição das nossas universidades e não houve nenhuma reação?”, questionou Lula.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

POLÍTICA - PRESIDENTE AFIRMA QUE A MÍDIA TEM PREFERÊNCIA POLÍTICA E IDEOLÓGICA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta terça-feira, 14, que a mídia possui uma preferência política e ideológica e de que ele foi vítima dela nas eleições que ele perdeu em 1989, 1994 e 1998. Segundo Lula, ele não vai fazer com que a imprensa “esqueça do que eles fizeram”.

“Eu não posso permitir que eles achem que eu esqueci o que eles fizeram. Não posso. Eu sei que a minha família foi destruída”, afirmou Lula.

O presidente afirmou ainda que, ao aceitar disputar um terceiro mandato em 2022, ele precisou deixar de lado todo o “rancor” que tinha com a imprensa.

Sobre a pauta econômica, Lula disse que o governo sabe que é necessário pagar os juros da dívida e que o Planalto possui responsabilidade. O presidente disse ainda que o país nunca esteve tão controlado, classificando os precatórios da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como loucura e exaltando a aprovação do arcabouço fiscal.

“O arcabouço fiscal foi uma necessidade de mostrar seriedade em um momento difícil da economia brasileira”, disse Lula.

O presidente também criticou a imprensa por criticar gastos do governo em áreas como saúde e educação. “Quanto custou ao país não termos feito as coisas na hora certa?”, questionou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

LOGÍSTICA - INTERMODAL COMEÇA COM ALERTA PARA EFEITOS DA CRISE GLOBAL NA LOGÍSTICA

Encontro discute impacto do petróleo, custos do transporte e desafios para o Brasil em cenário de instabilidade internacional

Por JÚNIOR BATISTA e Da Redação



A cerimônia de abertura da Intermodal contou com a presença de diversas autoridades, como o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, e representantes do setor

A 30ª edição da Intermodal South America começou na terça-feira (14), no Distrito Anhembi, em São Paulo, reunindo autoridades, executivos e especialistas para discutir os desafios da logística, do transporte de cargas e do comércio exterior em um cenário marcado

por tensões geopolíticas e mudanças nas relações comerciais globais.

A abertura do evento contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, além do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Carvalho Dias, do presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa, e do secretário nacional de Portos, Alex Ávila. As autoridades destacaram a necessidade de integração logística como forma de enfrentar gargalos históricos e ampliar a competitividade do país.

O encontro ocorre em meio à pressão sobre as cadeias globais de suprimentos, intensificada pelos desdobramentos recentes do conflito no Oriente Médio. A instabilidade na região tem elevado os riscos no Estreito de Ormuz, rota estratégica para o escoamento de petróleo, o que contribui para a alta dos combustíveis e já provoca impactos no Brasil, com aumento do diesel e reajustes nos custos do transporte rodoviário, que podem chegar a 7%, a depender da operação.

Outro fator que influencia o cenário é o acordo entre Mercosul e União Europeia, firmado após décadas de negociação e com previsão de entrada em vigor provisória a partir de maio de 2026. O tratado prevê a eliminação de tarifas em mais de 90% do comércio entre os blocos e pode impulsionar exportações brasileiras, além de ampliar investimentos e cooperação internacional.



Nesse contexto, a Intermodal reúne mais de 500 marcas expositoras e promove a quarta edição do Interlog Summit, espaço voltado à discussão de soluções para o setor. Um dos destaques da programação é o economista Marcos Troyjo, que abordou os efeitos da fragmentação geopolítica sobre as cadeias globais de suprimentos. Segundo ele, a concentração das exportações brasileiras em mercados asiáticos indica a necessidade de diversificação, enquanto o acordo com a União Europeia pode ampliar fluxos de comércio e de investimento, especialmente em infraestrutura logística.

A agenda do primeiro dia também incluiu palestras sobre desempenho, tecnologia e operação. O ex-nadador olímpico Thiago Pereira fez uma analogia entre conceitos de alta performance no esporte e o ambiente corporativo. Já Ricardo Cappra discutiu o uso de dados e inteligência artificial na tomada de decisão. Representantes do setor produtivo, como Milton Pimenta, da CEVA Logistics, e Eduardo Camargo, ligado à Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, trouxeram a visão prática das operações logísticas e da infraestrutura no país.

Parcerias

Durante o Interlog Summit, o ministro Tomé Franca destacou o papel das parcerias entre o poder público e a iniciativa privada na ampliação dos investimentos em infraestrutura. Segundo ele, nos últimos três anos, o setor portuário concentrou cerca de R\$ 40 bilhões em investimentos privados e R\$ 3,1 bilhões em recursos públicos.

“A parceria com a iniciativa privada tem sido essencial para avançarmos com consistência. Esse alinhamento nos permitiu alcançar níveis recordes de investimento e ampliar a capacidade logística do Brasil”, afirmou o ministro.

Franca também atribuiu os resultados à previsibilidade regulatória e à continuidade das políticas públicas. “Esse resultado é fruto de previsibilidade, segurança jurídica e de uma agenda consistente construída ao longo do tempo”, disse.

No setor aeroportuário, o ministro citou programas como o AmpliAR e o Investe Mais Aeroportos, voltados à ampliação das concessões e à atração de investimentos. Já no transporte hidroviário, destacou a criação da Secretaria Nacional de Hidrovias como parte da estratégia para ampliar o uso desse modal.

“O Brasil tem uma vocação natural para o transporte hidroviário, ainda pouco explorada. Estamos avançando com projetos de concessão que conciliam desenvolvimento econômico, sustentabilidade e respeito às populações locais”, afirmou.

A Intermodal South America segue até quinta-feira (16), com programação voltada à integração entre operadores logísticos, investidores e formuladores de políticas públicas, em um ambiente marcado pela busca por soluções diante das mudanças no cenário global.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

TRANSPORTES – PORTOS - GOVERNO MANTÉM PREVISÃO DE LEILÃO DO TECON SANTOS 10 NESTE ANO

Ministério defende ampliar concorrência no projeto e aguarda análise da Antaq para finalizar edital

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou na terça-feira (14) que a pasta seguirá a orientação do governo federal para ampliar a participação de interessados na licitação do Tecon Santos 10, futuro megaterminal de contêineres do Porto de Santos (SP).

A declaração foi feita durante a participação do ministro na 30ª edição da Intermodal South America, realizada em São Paulo. Segundo ele, o modelo em discussão busca garantir maior competitividade no processo licitatório.



Apesar de ainda não haver uma data definida para o leilão, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou que a expectativa é realizar a licitação ainda neste ano

Na última semana, o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil, Marcus Cavalcanti, já havia indicado que a proposta do governo é não restringir a participação de armadores, limitando apenas empresas que já operam arrendamentos no complexo santista.

Atualmente, o edital do projeto está sob análise da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), etapa que antecede a publicação do documento. Franca afirmou que o Ministério seguirá o alinhamento estabelecido pelo governo.

“É uma orientação do Governo e estamos alinhados nisso. Agora, é aguardar que a Antaq possa fazer esses devidos ajustes e a gente poder oferecer ao mercado o melhor projeto possível que possa gerar competitividade no Porto de Santos”, disse.

Apesar de ainda não haver uma data definida para o leilão, o ministro afirmou que a expectativa é realizar a licitação ainda neste ano.

“É o nosso desejo. Estamos em um momento de discussão dos últimos pontos com relação ao edital. A agência está verificando de que forma pode adequar as posições técnicas para que em breve possamos ter o edital. O prazo está com a Antaq, então não temos um prazo definido. Nosso desejo é lançar o edital o quanto antes”, afirmou.

Localizado no cais do Saboó, na margem direita do Porto de Santos, o Tecon Santos 10 prevê investimentos de R\$ 6,4 bilhões, o que o coloca como o maior arrendamento portuário da história do país em termos de valor.

O projeto prevê quatro berços de atracação e uma área superior a 621 mil metros quadrados. A estimativa é que o novo terminal amplie em cerca de 50% a capacidade de movimentação de contêineres do Porto de Santos.

A proposta do novo terminal ocorre em um momento de crescimento da demanda por movimentação de contêineres no complexo santista, que tem registrado sucessivos recordes operacionais e pressiona a necessidade de expansão da infraestrutura portuária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/04/2026

TRANSPORTES – PORTOS - OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ DEVEM COMEÇAR EM 2027

O ministro Tomé Franca também atualizou o andamento do projeto do túnel Santos-Guarujá, que prevê a ligação submersa entre as duas margens do porto.

Na segunda-feira (13), o Banco do Brasil formalizou um crédito de R\$ 2,5 bilhões junto ao Governo de São Paulo para viabilizar o aporte público na parceria público-privada (PPP) do empreendimento.

Segundo o ministro, as intervenções iniciais já estão em andamento, com a instalação do canteiro de obras, enquanto a fase mais intensa deve começar em 2027.

“O canteiro está sendo instalado. Já as obras mais robustas acontecerão no início de 2027, com previsão de término em 2030. Agora, é dar continuidade ao projeto, fazer aqueles ajustes finais com relação à governança, que foi orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), e seguir com a obra”, afirmou.

A PPP do túnel prevê aporte de R\$ 5,2 bilhões por parte da União e do Governo do Estado de São Paulo. A empresa Mota-Engil, vencedora da licitação, será responsável pelo complemento de R\$ 1,6 bilhão, totalizando investimento de R\$ 6,8 bilhões.

O Tribunal de Contas da União determinou recentemente a apresentação de um documento formal de governança que represente a parceria entre os entes públicos, condição para liberação de recursos federais.

De acordo com o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), desde a assinatura do contrato equipes da empresa responsável já atuam na região com atividades como sondagens de solo, definição da área do canteiro e reuniões técnicas com as prefeituras envolvidas.

O canteiro de obras será instalado na margem esquerda, em Guarujá, e a previsão é de que a estrutura seja inaugurada nos próximos meses.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

TRANSPORTES – RODOVIAS - JUSTIÇA SUSPENDE MULTAS SOBRE PISO DO FRETE

A decisão também determinou que a ANTT deixe de aplicar medidas fundadas na MP que tornou regras para o cumprimento do piso mais rígidas

Do Estadão Conteúdo



A decisão beneficia a Bombril, fabricante de produtos de limpeza e a transportadora BB Logística

A Justiça Federal de São Paulo concedeu liminar a duas empresas para suspender multas e autos de infração aplicados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com base na política de piso mínimo de fretes.

De forma inédita, a decisão também determinou que a agência deixe de aplicar medidas fundadas na Medida Provisória nº 1.343/2026, que instituiu regras mais rígidas em caso de descumprimento do piso mínimo de frete rodoviário.

A decisão beneficia a Bombril, fabricante de produtos de limpeza e a transportadora BB Logística. A MP, entre os pontos, define a obrigatoriedade do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT), que passa a ser exigido antes da realização de qualquer frete. Além disso, as multas previstas chegam a R\$ 10 milhões e com possibilidade de suspensão ou cancelamento do registro de transportadoras.

O juiz Carlos Alberto Loverra, da 1ª Vara Federal de São Bernardo do Campo, entendeu que “o perigo de dano é grave e atual, demonstrando as autoras acumular 247 autuações geradas pelo sistema automatizado desde outubro de 2025, totalizando passivo superior a R\$ 129 mil”, diz.

Ele alega, ainda, que a MP editada em março deste ano agravou ainda mais o quadro. “Os danos decorrentes - paralisação de operações logísticas, impedimento de emissão de documentos fiscais, eventual cancelamento do registro de transporte - são de difícil ou impossível reversão posterior, não se resolvendo por mera restituição de valores”, diz Loverra na decisão.



A constitucionalidade do piso mínimo do frete, objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5956, ainda aguarda julgamento definitivo.

Fernanda Silveira, sócia da consultoria Simões Pires, explica que a decisão é importante principalmente por ser a primeira após a edição da MP. “A tendência é de que várias outras empresas também judicializem o tema para tentar trazer mais urgência para o Supremo, porque se todas estiverem sujeitas a uma multa desse valor para cada operação de transporte, na prática isso viabiliza o segmento”, diz.

Liminares

A política de condições mínimas para o frete foi instituída em 2018, após as greves dos caminhoneiros. Desde então, empresas afetadas têm buscado liminares na Justiça para se proteger de autuações. Em março, a Justiça Federal de São Paulo concedeu uma liminar ao Sindicato Nacional da Indústria do Cimento para suspender multas aplicadas pela ANTT.

Além disso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) protocolou no STF, na última semana, uma petição que pede a suspensão da medida provisória.

O governo Lula publicou a medida em 19 de março, com a previsão de multas mais elevadas para contratantes que descumprirem o piso do frete, podendo variar de R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões por operação. Além disso, há possibilidade de proibição de contratar novos fretes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

TRANSPORTES – RODOVIAS - INFRAÇÕES DE FREE FLOW VIRAM DISPUTA EM PROJETOS DO PL E PT

Propostas abordam as multas por evasão, quando não há o pagamento do pedágio
Do Estádio Conteúdo

Em meio às discussões sobre o sistema de pedágio eletrônico de livre passagem (free flow) em rodovias concedidas, as multas por evasão (quando não há o pagamento do pedágio) viraram tema de disputa em projetos de lei apresentados pelo PL e pelo PT na Câmara dos Deputados.

O deputado federal Lúcio Mosquini (PL-RO) apresentou o PL 1678/2026 para proibir a aplicação de penalidades administrativas e multas de trânsito por não pagamento da tarifa no modelo de cobrança.

Já o novo líder do PT na Casa, deputado Paulo Pimenta (RS), apresentou uma proposta (PL 1.795/2026) que mantém a possibilidade de multa, mas só depois que o usuário for notificado previamente, com regras nacionais de prazo e com meios de pagamento acessíveis.

O PL de Mosquini veda a aplicação de penalidade administrativa e de multas, ou seja impede que a inadimplência resulte em pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH), autuação por infração de trânsito ou qualquer restrição administrativa.

Já o projeto de Paulo Pimenta não elimina a multa de trânsito por evasão, mas estabelece que a autuação só poderá ser lavrada depois da comprovação de notificação prévia ao usuário. O texto cria três artigos no CTB e um dispositivo na Lei de Concessões para impor padrões nacionais de aviso e meios de pagamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

TRANSPORTES – RODOVIAS - EDITAL DA RÉGIS BITTENCOURT ESTABELECE DISPUTA POR MENOR PEDÁGIO

Modelo competitivo combina deságio sobre tarifa básica, aportes progressivos vinculados às ofertas e pagamento fixo pela aquisição da concessionária

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



O leilão dos 100% das ações da Autopista Régis Bittencourt S.A será realizado com apoio da B3 e terá como critério principal a oferta de desconto sobre a tarifa básica de pedágio

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou o edital que estabelece as regras para o processo competitivo de alienação de 100% das ações da Autopista Régis Bittencourt S.A., concessionária responsável pela BR-116/SP/PR.

O certame será realizado com apoio da B3 e terá como critério principal a oferta de desconto sobre a tarifa básica de pedágio.

O modelo adotado prevê a venda integral da concessionária em lote único, sem possibilidade de aquisição parcial. A iniciativa está fundamentada em solução consensual aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito de processo de autocomposição entre a União, a ANTT e a atual controladora da empresa.

O edital pode ser acessado no site da ANTT, no endereço eletrônico Processo Competitivo — Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. O edital estabelece que as propostas econômicas deverão apresentar um percentual de deságio sobre a tarifa básica de pedágio, fixada em R\$ 0,05912 por quilômetro para pista dupla, além do pagamento de um valor fixo de R\$ 120 milhões pela aquisição da concessionária.

A vencedora será a proponente que oferecer o maior desconto tarifário. Caso haja proximidade entre as propostas, está prevista a realização de etapa de lances em viva-voz para definição do resultado.

O edital também determina aportes financeiros obrigatórios vinculados ao percentual de desconto ofertado, que aumentam progressivamente conforme o nível de deságio sobre a tarifa básica de pedágio, podendo ultrapassar R\$ 140 milhões por ponto percentual adicional em faixas mais elevadas de desconto.

Para participar do processo, as empresas interessadas deverão apresentar garantia de proposta no valor de R\$ 79,25 milhões. Poderão participar empresas brasileiras ou estrangeiras, de forma individual ou em consórcio. A entrega das propostas será realizada exclusivamente pela plataforma de leilões da B3, que também sediará a sessão pública de abertura dos envelopes.

O edital também prevê a possibilidade de execução da garantia em casos como descumprimento de obrigações, recusa em assinar contrato ou tentativa de fraude no certame. Após a homologação do

resultado, a ANTT dará anuência à transferência de controle da concessionária, com a criação de um comitê de transição para assegurar a continuidade da operação rodoviária.

Virtual data room

O edital também prevê a disponibilização de um virtual data room para os interessados no processo competitivo. Nesse ambiente digital, será possível acessar informações e documentos detalhados sobre a concessionária, fundamentais para a elaboração das propostas. O acesso não exige pagamento de taxa ou caução, sendo necessário apenas o cadastro prévio e a assinatura de termo de confidencialidade.

As regras para credenciamento e utilização do data room estão descritas no Anexo 3 do edital, que trata do Manual de Procedimentos de Diligência. O documento estabelece as orientações para solicitação de acesso, prazos e condições de uso das informações disponibilizadas, garantindo isonomia e transparência no processo.

O acesso é restrito a interessados previamente credenciados e seus representantes autorizados, mediante preenchimento de formulário específico, indicação de um líder de equipe e envio da documentação exigida, incluindo o termo de confidencialidade. Após a validação, o acesso é liberado em até cinco dias úteis e permanece disponível de forma contínua, com funcionamento 24 horas por dia.

As interações e pedidos de esclarecimento relacionados aos documentos devem ser realizados em ambiente próprio dentro do data room, com respostas padronizadas e compartilhadas de forma anônima a todos os participantes.

Além disso, o edital estabelece que os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados entre esta quarta-feira (15) e o próximo dia 8 de maio, conforme cronograma do processo competitivo. As respostas serão divulgadas até 8 de junho de 2026 e passarão a integrar o conjunto de documentos do certame, assegurando transparência e igualdade de acesso às informações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/04/2026

TRANSPORTES – AEROPORTOS - GRU AIRPORT AMPLIA CONCESSÃO E INCORPORA 12 AEROPORTOS REGIONAIS

Termo aditivo inclui terminais do Nordeste e da Amazônia Legal ao contrato de Guarulhos, com previsão de R\$ 731,6 milhões em investimentos

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



A cerimônia de assinatura do termo que inclui os aeroportos no contrato da GRU Airport foi realizada em Brasília e contou com a presença de autoridades e representantes do setor

Aeroportos (MPor) assinou, na terça-feira (14), em Brasília, o termo aditivo que inclui 12 aeroportos regionais do Nordeste e da Amazônia Legal no contrato da GRU Airport. Com a medida, a concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos amplia sua atuação e passa a administrar terminais nos estados do Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí,

Rondônia, Tocantins e na Bahia.

Os aeroportos foram arrematados no leilão da primeira rodada do Programa AmpliAR, realizado em novembro do ano passado. A iniciativa tem como objetivo fortalecer a aviação regional, ampliar a conectividade aérea e impulsionar o desenvolvimento econômico em áreas estratégicas do país.



A nova etapa da concessão prevê R\$ 731,6 milhões em investimentos, sendo cerca de R\$ 630 milhões destinados à modernização da infraestrutura dos 12 aeroportos. Estão previstas intervenções em pistas, pátios e terminais de passageiros, com foco na elevação dos padrões de segurança, eficiência operacional e qualidade dos serviços.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou a relevância da medida. “Quando falamos em concessões, não estamos tratando apenas de limitações orçamentárias do Estado, mas de uma solução estruturante: ela amplia a eficiência, melhora a logística nacional e gera emprego e oportunidades em todas as regiões do país”, afirmou.

Ao lembrar que o Aeroporto de Guarulhos responde por 37% do movimento de passageiros do país, o diretor-presidente da GRU Airport, Osvaldo Garcia, ressaltou o potencial da expansão. “Levar a experiência consolidada em São Paulo para aeroportos regionais é mais do que motivo de orgulho e é também uma contribuição concreta para o avanço da aviação brasileira e para o desenvolvimento do país”, disse.

Segundo Garcia, o Programa AmpliAR foi determinante para a decisão da concessionária. “Identificamos no programa uma oportunidade real de fortalecer a conectividade regional, modernizando e ampliando a infraestrutura aeroportuária, especialmente em áreas mais remotas”, acrescentou.

Para o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, a iniciativa representa uma mudança estrutural no setor. “O AmpliAR inaugura um modelo inovador ao colocar aeroportos regionais sob a gestão de operadores com expertise e capacidade de investimento. Vamos avançar para garantir infraestrutura mais moderna e serviços de melhor qualidade à população. É uma iniciativa que destrava investimentos, fortalece a infraestrutura e impulsiona a interiorização da aviação civil brasileira”, destacou.

Já o diretor da Anac, Rui Mesquita, ressaltou os efeitos da medida sobre a conectividade nacional. “Este é mais um passo para ampliar a capacidade dos terminais, estimular novas rotas e fortalecer a conectividade e a integração entre as regiões brasileiras”, disse. Segundo ele, a formalização do aditivo viabiliza a implementação do programa no âmbito da Agência. “A iniciativa promove desenvolvimento econômico, integração social e atendimento a comunidades, com a otimização da infraestrutura e a oferta de serviços públicos adequados”, completou.

O diretor executivo da ABR Aeroportos do Brasil, Tiago Bonvini, também enfatizou os impactos do modelo. “A assinatura do termo aditivo materializa um princípio central para o setor, a capacidade da iniciativa privada de promover ganhos concretos em infraestrutura e na qualidade dos serviços aeroportuários. Nos últimos anos, o modelo de concessões tem elevado o padrão dos aeroportos e transformado a experiência dos usuários”, afirmou.

Investimentos

Entre os aeroportos contemplados, o de Paulo Afonso (BA) concentra o maior volume de investimentos, com R\$ 106,2 milhões. Na sequência, estão Lençóis (BA), porta de entrada da Chapada Diamantina, com R\$ 80,2 milhões, e Vilhena (RO), com R\$ 74,6 milhões. Também receberão aportes relevantes os aeroportos de Barreirinhas (MA), com R\$ 58,1 milhões; Araguaína (TO) e São Raimundo Nonato (PI), com R\$ 55,5 milhões cada; Cacoal (RO), com R\$ 49,8 milhões; e Canoa Quebrada (CE), com R\$ 43,1 milhões.

Os demais investimentos contemplam Serra Talhada (PE), com R\$ 40,5 milhões; Porto Alegre do Norte (MT), com R\$ 25,3 milhões; Garanhuns (PE), com R\$ 22,1 milhões; e Araripina (PE), com R\$ 19,6 milhões.

Durante o evento no Ministério de Portos e Aeroportos, o ministro Tomé Franca destacou os desafios e o potencial dos aeroportos regionais. “O grande desafio desses aeroportos é que muitos ainda operam no vermelho. Terminais como Galeão, Brasília e Guarulhos naturalmente atraem interesse,

mas assumir ativos com maior risco exige visão de longo prazo. Por outro lado, há um potencial relevante no agronegócio, no turismo e até na saúde ainda pouco explorado”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

TRANSPORTES – AVIAÇÃO - GOVERNO ESTUDA AMPLIAR INCENTIVO TRIBUTÁRIO PARA AVIAÇÃO REGIONAL

Proposta em análise prevê elevar desconto de IBS e CBS para até 50% em companhias com predominância de rotas regionais

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



Longo diz que a ideia é estruturar um modelo que permita elevar o desconto nas alíquotas para até 50% em toda a malha das empresas que tenham predominância de rotas regionais

O secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos, Daniel Longo, afirmou na terça-feira, 14, que o governo pretende utilizar instrumentos da reforma tributária para estimular a expansão da aviação regional no Brasil. Segundo ele, a proposta em estudo envolve a criação de um mecanismo que amplie os incentivos fiscais já previstos para o setor, com o objetivo de melhorar a oferta de voos em localidades de menor demanda.

Longo explicou que a legislação complementar da reforma tributária estabeleceu desconto de 40% nas alíquotas do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para a aviação regional, mas que a equipe econômica trabalha na regulamentação do tema e avalia formas de aprofundar esse benefício. A ideia, de acordo com o secretário, é estruturar um modelo que permita elevar esse desconto para até 50% em toda a malha das companhias que tenham predominância de rotas regionais.

“O que a gente quer fazer é criar um mecanismo de subsídio cruzado que permita que empresas com uma malha aérea predominantemente regional tenham desconto de 50% em toda a malha que operam”, afirmou em entrevista na sede do Ministério, em Brasília (DF).

O desenho envolve um mecanismo de subsídio cruzado, com base na lógica econômica do setor aéreo. Rotas de maior densidade, como as que ligam grandes centros, tendem a apresentar maior rentabilidade, enquanto voos regionais operam com menor demanda e custos proporcionais mais elevados. Com o incentivo tributário ampliado nas rotas mais lucrativas, as empresas ganhariam margem para financiar a expansão de suas operações em mercados menos atrativos.

Segundo o secretário, o modelo não prevê obrigatoriedade direta de operação em determinadas rotas, mas cria um incentivo para que as companhias adotem uma malha majoritariamente regional.

O secretário disse, no entanto, que ainda há dúvidas jurídicas sobre a viabilidade da medida apenas por meio de regulamentação. A avaliação envolve a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Ministério da Fazenda e a consultoria jurídica da pasta. Caso se conclua pela necessidade de alteração legislativa, o governo dependerá de apoio do Congresso Nacional para implementar o mecanismo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026



TRANSPORTES – AVIAÇÃO - AVIAÇÃO INTERNACIONAL CRESCE 53% NA REGIÃO NORTE EM FEVEREIRO

Alta nas conexões com o exterior impulsiona movimentação e reforça papel estratégico da região na entrada de passageiros

Do Estadão Conteúdo

A aviação internacional na região Norte registrou crescimento de 53,3% em fevereiro, totalizando 34.336 passageiros, frente a 22.403 no mesmo período do ano anterior. O resultado indica um avanço mais acelerado das conexões da região com o exterior e re força seu papel como ponto estratégico de entrada e saída de voos internacionais.

Quando considerados os voos domésticos e internacionais, os aeroportos da região movimentaram 839.888 passageiros, crescimento de 2,4% em relação ao mesmo mês de 2025, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). No mercado doméstico, foram 805.552 passageiros no período, mantendo o nível de movimentação observado no ano anterior.

Os dados também indicam aumento no número de pessoas que efetivamente residem fora do Brasil e chegaram à região. Segundo o painel da Embratur, 5.471 visitantes estrangeiros desembarcaram nos estados do Norte no período, alta de 22,6% em relação ao ano anterior.

O levantamento da Embratur se utiliza dos registros de entrada de estrangeiros no país, feito pela Polícia Federal, o que permite identificar o fluxo de pessoas que efetivamente vivem no exterior, reforçando a tendência de crescimento das conexões internacionais da região Norte.

Movimentação por aeroporto

Entre os principais terminais, o Aeroporto Internacional de Belém (PA) manteve a liderança, com 287.342 passageiros movimentados no mês, o equivalente a 34,2% do total da região. Em seguida, aparece o Aeroporto Internacional de Manaus (AM), com 251.484 passageiros e crescimento de 10,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

Também registraram alta os aeroportos de Santarém (PA), com crescimento de 4,9% (33.833 passageiros movimentados no período), Macapá (AP), com 2,9% (43.819 passageiros) e Palmas (TO), com 2,7% (47.848 passageiros). Já os terminais de Boa Vista (RR), Marabá (PA) e Porto Velho (RO) apresentaram retração na movimentação no período.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

PETRÓLEO E GÁS - GOVERNO EXIGE TRANSPARÊNCIA DE DISTRIBUIDORAS PARA GARANTIR REPASSE DE SUBSÍDIOS

Empresas terão de informar semanalmente margens de lucro; medida condiciona acesso ao diesel e ao GLP subsidiados e amplia fiscalização sobre preços

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br

O governo federal anunciou, nesta terça-feira (14), um conjunto de medidas para ampliar o controle sobre a cadeia de comercialização de combustíveis, com foco na transparência das margens de lucro das distribuidoras e no acompanhamento do repasse de subsídios ao consumidor final.

A principal iniciativa prevê que distribuidoras de combustíveis passem a informar semanalmente à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a evolução de suas margens brutas de lucro obtidas na revenda aos postos. A exigência será formalizada em decreto que regulamenta a Medida Provisória nº 1.349/2026, publicada na semana passada, que instituiu o Regime Especial de Abastecimento Interno de Combustíveis.



A medida foi apresentada em entrevista coletiva com os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e outros representantes

De acordo com o governo, os dados deverão incluir as operações realizadas desde 22 de fevereiro e serão divulgados publicamente pela ANP. A regra permanecerá em vigor enquanto durar o regime previsto na medida provisória. Distribuidoras que não cumprirem a exigência ficarão impedidas de adquirir combustíveis com subvenção.

A medida foi apresentada em entrevista coletiva com a participação dos ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, além do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, e do secretário nacional do Consumidor, Ricardo Morishita Wada.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, a exigência de transparência busca assegurar que os recursos públicos destinados à subvenção sejam efetivamente repassados ao longo da cadeia de distribuição, chegando ao consumidor final. A medida também amplia os instrumentos de fiscalização sobre o comportamento dos agentes econômicos.

“A população será fiscal nesse momento”, afirmou o ministro Alexandre Silveira, ao comentar a divulgação dos dados.

O pacote de medidas ocorre em meio ao cenário de instabilidade no mercado internacional de petróleo, que tem pressionado os preços dos combustíveis. Como parte da resposta, o governo estruturou um programa de subvenções para o diesel e o gás liquefeito de petróleo (GLP).

No caso do diesel, está previsto o pagamento de R\$ 0,80 por litro às refinarias nacionais que aderirem ao programa. Para o diesel importado, a subvenção adicional será de R\$ 1,20 por litro, em conjunto com os estados. Somadas a um incentivo anterior de R\$ 0,32 por litro, as subvenções alcançam R\$ 1,12 por litro para o produtor nacional e R\$ 1,52 para o importador.

Pelas regras do programa, agentes que importarem diesel com recursos públicos deverão exigir das distribuidoras a comprovação de que o benefício está sendo repassado aos postos de combustíveis. A exigência de envio semanal de dados à ANP passa a funcionar como um dos instrumentos para esse acompanhamento.

O secretário nacional do Consumidor, Ricardo Morishita, afirmou que o monitoramento já está em andamento. “Quem aumentou preços apesar dos recursos públicos já está sendo monitorado. Dessa forma, evitaremos abusos”, disse.

Além da regulamentação das distribuidoras, o governo também anunciou um segundo decreto que estabelece as condições para adesão dos estados ao programa de subvenção ao diesel importado. O prazo para formalização foi fixado até 22 de abril.

Segundo Rogério Ceron, a expectativa é de adesão integral.

O secretário-executivo da Fazenda também afirmou que o governo tem buscado diálogo com governadores para viabilizar a implementação das medidas. “Os preços estão estabilizados e os suprimentos estão garantidos. A oferta está 25% acima da demanda. O povo pode ficar tranquilo porque não faltará combustíveis e os preços ficarão estáveis”, disse.

Outro decreto trata da subvenção ao GLP, com previsão de aporte de R\$ 330 milhões. O valor corresponde a cerca de R\$ 11 por botijão de 13 quilos, segundo estimativas do governo, e tem como objetivo mitigar os efeitos do aumento de custos ao consumidor.

Dados do levantamento semanal de preços da ANP indicam que, nas últimas semanas, os preços do diesel permaneceram estáveis, enquanto a gasolina apresentou leve redução na média nacional. O governo atribui esse movimento ao conjunto de medidas adotadas, que incluem monitoramento contínuo do mercado, intensificação da fiscalização e implementação de regras voltadas à transparência.

fiscalização e implementação de regras voltadas à transparência.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

PETRÓLEO E GÁS - FISCALIZAÇÃO SE INTENSIFICA E OPERAÇÕES JÁ ATINGEM MAIS DE 8 MIL POSTOS

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



Desde o início de março até esta terça-feira, dia 14, cerca de 8,2 mil postos foram inspecionados em todo o país por uma força-tarefa formada por órgãos federais e estaduais

As medidas anunciadas pelo governo são acompanhadas de uma intensificação das ações de fiscalização no setor de combustíveis. Desde o início de março até esta terça-feira (14), cerca de 8,2 mil postos foram inspecionados em todo o país por uma força-tarefa formada por órgãos federais e estaduais.

As operações também alcançaram 378 distribuidoras e resultaram em mais de 5 mil notificações, que podem levar à aplicação de multas de até R\$ 14 milhões, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor.

Paralelamente, a ANP informou ter fiscalizado 947 agentes econômicos entre 16 de março e 10 de abril, incluindo 744 postos e 117 distribuidoras. Nesse período, foram identificados indícios de abusividade de preços em 16 distribuidoras — entre elas, algumas das maiores do país — e em dois postos. As penalidades aplicadas pela agência podem chegar a R\$ 500 milhões.

As ações são realizadas de forma integrada, envolvendo Procons estaduais e municipais, Secretaria Nacional do Consumidor, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

No monitoramento do abastecimento, o governo informou que o volume de importações de diesel contratado para abril supera em cerca de 25% a demanda nacional estimada. Para maio, os volumes também permanecem acima da projeção de consumo.

O acompanhamento é feito pela Sala de Monitoramento do Abastecimento, que reúne representantes de diferentes órgãos federais e agentes do setor, com atualização diária do balanço entre oferta e demanda e horizonte de análise de até dois meses.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

PETRÓLEO E GÁS - GÁS DO POVO TEM REAJUSTE E GOVERNO BUSCA AMPLIAR COBERTURA DO PROGRAMA

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br

O governo também anunciou mudanças no programa Gás do Povo, com reajuste nos valores de referência pagos às revendas de gás de cozinha. Em alguns estados, o repasse poderá ser ampliado em até R\$ 10 por botijão comercializado.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, a medida busca ampliar a adesão de revendedores ao programa, especialmente em municípios onde a cobertura ainda é limitada. O impacto estimado é de R\$ 300 milhões.

Criado para ampliar o acesso ao gás de cozinha, o programa atende famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e prevê a gratuidade na recarga do botijão de 13 quilos. De acordo com o governo, a iniciativa alcança mais de 15 milhões de famílias, o equivalente a cerca de 50 milhões de pessoas.

A ampliação dos valores ocorre em paralelo à subvenção ao GLP anunciada pelo governo, que também busca reduzir os efeitos da alta de preços sobre o consumidor final.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS RETOMA OBRA DE FÁBRICA DE FERTILIZANTES EM MS

Unidade em Três Lagoas deve receber US\$ 1 bilhão e iniciar operação em 2029, ampliando oferta de ureia e amônia para o agronegócio

Da Agência Brasil



A implantação da unidade já havia sido aprovada em 2024, dentro do Plano de Negócios 2026-2030. Para a conclusão do projeto, é estimado investimento de cerca de US\$ 1 bilhão

O Conselho de Administração da Petrobras decidiu, nesta segunda-feira (13), pela retomada das obras da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III, sediada em Três

Lagoas (MS).

A implantação da unidade já havia sido aprovada pelo conselho em outubro de 2024, dentro do Plano de Negócios 2026- 2030. Para a conclusão do projeto, é estimado investimento de cerca de US\$ 1 bilhão.

A ideia é que as obras sejam retomadas ainda no primeiro semestre deste ano e que a unidade entre em operação comercial em 2029.

Paralisada desde 2015, a implantação da unidade voltou a ser avaliada a partir de 2023, quando a Petrobras decidiu retornar ao segmento de fertilizantes.

Unidade

O projeto prevê a produção de aproximadamente 3.600 toneladas por dia de ureia e 2.200 toneladas por dia de amônia, das quais 180 toneladas são excedentes e disponíveis para a comercialização.

A produção será destinada majoritariamente aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e São Paulo, principais produtores agropecuários do país.

A amônia é matéria- -prima para os setores de fertilizantes e petroquímico. A ureia é o fertilizante nitrogenado mais demandado no Brasil, com consumo nacional na ordem de 8 milhões de toneladas por ano.

O agronegócio utiliza do produto nas plantações de milho, cana-de-açúcar, café, trigo e algodão, além de aplicação como suplemento alimentar para ruminantes.

nte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

PETRÓLEO E GÁS - SUBSÍDIO AO DIESEL TEM ADESÃO DE 26 ESTADOS, DIZ ALCKMIN

Programa prevê divisão de custos entre União e governos estaduais e redução temporária no preço ao consumidor

Da Agência Brasil



O vice-presidente Geraldo Alckmin não disse qual estado ainda não aderiu ao programa. “Vinte e seis estados já aderiram. De repente, a gente chega à unanimidade, aos 27”

O vice-presidente Geraldo Alckmin disse nesta segunda-feira (13) que apenas uma das 27 unidades da Federação ainda não aderiu à proposta do governo federal de subsídio ao diesel importado. A medida, que integra o pacote para conter a alta dos combustíveis, terá o custo dividido igualmente entre a União e os estados que aceitaram o acordo.

Alckmin não disse qual estado ainda não aderiu ao programa. “Vinte e seis estados já aderiram. De repente, a gente chega à unanimidade, aos 27”, declarou.

Há duas semanas, o vice-presidente disse que os estados do Rio de Janeiro e de Rondônia indicaram que não iriam aderir à proposta de subsídio.

“O governo tirou o PIS Cofins do diesel, colocou um subsídio federal no diesel e convidou os estados para também participar. Não obrigou ninguém. Os estados reduzem 0,32 centavos o ICMS e o governo federal, para quem reduzir 0,32, coloca uma redução de mais 0,32, dá um subsídio. Então, a população ganha 0,64 centavos por litro durante 2 meses”, explicou.

Alckmin projetou ainda que, com a construção de novas refinarias, o país deverá ficar autossuficiente na produção de diesel em cerca de cinco anos.

“Há um estudo da Petrobras que, em cinco anos, pode zerar [a importação de diesel]. A gente terminando as refinarias, a gente também ficar autossuficiente em diesel, mas não é a realidade hoje”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

MINERAÇÃO - OURO SOBE E FECHA ACIMA DE US\$ 4.800 COM DÓLAR FRACO

Alta é sustentada pela fraqueza da moeda norte-americana e por expectativas de retomada do diálogo entre EUA e Irã, cenário que também pressiona o petróleo

Do Estadão Conteúdo

Os preços do ouro fecharam em alta na terça-feira, 14, acima de US\$ 4.800 a onça-troy, impulsionados pela desvalorização do dólar americano e pelo petróleo abaixo de US\$ 100 o barril, em meio a um quadro de apetite por risco fomentado por expectativas de que os EUA e o Irã possam retomar negociações de paz ainda esta semana.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para junho encerrou em alta de 1,73%, a US\$ 4.850,1 por onça-troy. Na sessão, os contratos futuros de ouro chegaram a tocar a máxima de US\$ 4.867,7. Já a prata para maio avançou 5 11%, a US\$ 79,53 por onça-troy.



Na Comex, o ouro para junho encerrou em alta de 1,73%, a US\$ 4.850,1 por onça-troy. Na sessão, os contratos futuros de ouro chegaram a tocar a máxima de US\$ 4.867,7

O índice do dólar americano - que acompanha a moeda americana em relação a uma cesta de moedas principais - cedia 0,3%, para 98 07 pontos perto das 14h30 (de Brasília).

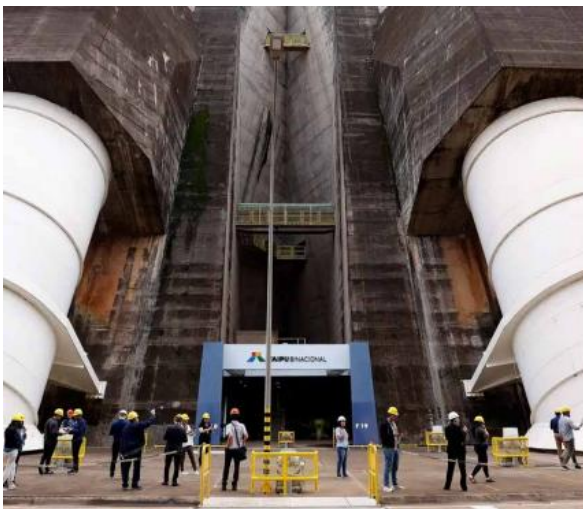
Segundo o The New York Post, o presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou, em entrevista nesta quarta, que as negociações com o Irã “podem ocorrer nos próximos dois dias” no Paquistão. “Algo pode acontecer nos próximos dois dias, e estamos mais inclinados a ir para lá”, disse. Na véspera, o ministro iraniano das Relações Exteriores, Abbas Araghchi, disse que os EUA mudaram “constantemente” suas demandas durante as negociações do fim de semana em Islamabad. Mas citou progressos nas conversas. Em entrevista na terça, 13, o vice-presidente dos EUA, JD Vance, também citou progressos nas negociações.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 15/04/2026

ENERGIA - REVISÃO DE ITAIPU CAMINHA PARA NOVA TARIFA A PARTIR DE 2027

Negociações entre Brasil e Paraguai avançam com perspectiva de redução no custo da energia e definição ainda este ano

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



Com 20 unidades geradoras, de 700 megawatts (mW) cada, e 14 mil megawatts (MW) de potência instalada, Itaipu é a terceira maior usina hidrelétrica do planeta em capacidade

As negociações em torno do Anexo C do Tratado de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, caminham para definir uma redução no valor da tarifa de energia gerada pela usina hidrelétrica binacional, uma das maiores do planeta, a partir de 2027.

A informação é do diretor-geral brasileiro de Itaipu, Enio Verri, que concedeu entrevista a jornalistas na sede da empresa, em Foz do Iguaçu (PR), na segunda-feira (13).

“A ideia é que, no máximo em dezembro desse ano, a gente possa anunciar a tarifa para o ano que vem ou para os próximos anos, depende da negociação e como se monta isso. Mas uma coisa é certa, a partir do ano que vem, seremos a menor tarifa do país”, garantiu Verri.

O diretor-geral brasileiro lembrou que, em 2024, foi assinada ata entre os dois países prevendo que o valor da tarifa da energia da hidrelétrica consideraria apenas os custos operacionais da usina, ficando entre US\$ 10 e US\$ 12 por quilowatt/mês (kW/mês).

O Custo Unitário dos Serviços de Eletricidade (Cuse) de Itaipu entre os anos de 2024 e 2026 foi definido previamente em US\$ 19,28 kW/mês, aprovado pelo Conselho de Administração da usina.



Porém, a tarifa comercializada pelo lado brasileiro é de US\$ 17,66 kW/mês, viabilizada por um aporte extra de Itaipu, no valor de US\$ 285 milhões, de forma a assegurar a modicidade tarifária.

Essa estrutura tarifária está em vigor nos últimos anos por um acordo temporário e vale até o fim dezembro, quando os dois sócios definirão a nova modelagem tarifária. No caso brasileiro, a tarifa de repasse é o valor a ser pago pelas distribuidoras cotistas para aquisição da energia da hidrelétrica, que é comercializada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar).

O Tratado de Itaipu foi firmado entre dois países em 1973 e previa que, após 50 anos, haveria uma revisão do Anexo C, que regula as bases financeiras da usina e as regras para precificação e prestação dos serviços de eletricidade. A geração de energia a partir de Itaipu é igualmente dividida entre Brasil e Paraguai, mas o país vizinho não consome toda a sua cota de 50% e, por isso, tem interesse em aumentar o valor da tarifa. Já do lado brasileiro, o interesse vai no sentido oposto e o objetivo é oferecer energia mais barata aos consumidores. A Itaipu representa cerca de 8% da energia consumida pelo Brasil.

“Para nós, política pública é energia barata, porque quanto mais barata for essa energia, mais inclusão social. Energia barata é para dona de casa, para o trabalhador, para o estudante. E para indústria também. Agora, o Paraguai espera esse preço alto para financiar o seu desenvolvimento. Que, sob a ótica do país, não há muito a se discutir também. Coloque-se no lugar de um país que quer se desenvolver”, disse Verri.

Ao comentar as posições na mesa de negociação, ele afirmou que o Paraguai tem números positivos, está avançando e espera ter a receita de Itaipu para investir na estrutura, na construção. Uma das possibilidades em negociação é que a cota paraguaia da energia gerada pela usina possa ser vendida no mercado livre de energia do Brasil, diretamente para distribuidoras e empresas.

Pelo tratado bilateral, as decisões da diretoria de Itaipu, composta por seis diretores brasileiros e seis paraguaios, devem se dar sempre por consenso. “Tem que ter muita negociação e, claro, é preciso muito cuidado no trato”, acrescentou. Os termos da revisão do Anexo C estão sendo negociados diretamente pelas altas partes do país, que envolvem chanceleres e ministros de Minas e Energia dos dois lados. Além disso, a revisão do tratado, quando for concluída, ainda precisará ser aprovada pelos parlamentos dos dois países.

Com 20 unidades geradoras, de 700 megawatts (mW) cada, e 14 mil megawatts (MW) de potência instalada, Itaipu é a terceira maior usina hidrelétrica do planeta em capacidade, mas costuma estar no topo entre as que mais produzem energia anualmente. Responde por 8% da demanda do mercado brasileiro e 78% do mercado paraguaio.

Atualização tecnológica

Atualmente, a hidrelétrica passa por um processo de atualização tecnológica. Os detalhes foram apresentados durante visita às instalações da usina, a convite da Itaipu Binacional. O plano começou a ser executado em maio de 2022 e prevê 14 anos de implementação, com conclusão em 2035 e cerca de US\$ 900 milhões em investimentos totais previstos. Equipamentos eletromecânicos pesados, como turbinas, bem como a própria barragem, com quase 200 anos de vida útil, não são incluídos no projeto, pois, segundo a empresa, estão em excelentes condições e passam por rigorosas manutenções programadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

AGRONEGÓCIO – SAFRA DE GRÃOS PODE ATINGIR NOVO RECORDE E CHEGAR A 356 MILHÕES DE TONELADAS

Estimativa da Conab aponta crescimento sobre o ciclo anterior, com avanço de área plantada e destaque para produção histórica de soja

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



Para o milho, segundo cultura mais cultivada no país, a Conab espera uma produção total de 139,6 milhões de toneladas, representando recuo de 1,1% em relação ao ciclo anterior

A ÁREA SEMEADA NO ATUAL CICLO DEVE REGISTRAR UM CRESCIMENTO DE 2%, PROJETADA EM 83,3 MILHÕES DE HECTARES, ENQUANTO QUE A PRODUTIVIDADE DEVE SAIR DE 4.310 QUILOS POR HECTARES NA SAFRA PASSADA PARA 4.276 QUILOS POR HECTARES NO ANO SAFRA 2025/26

A produção de grãos na safra 2025/26 pode chegar a 356,3 milhões de toneladas. Os dados estão no 7º Levantamento de Grãos para o atual ciclo, divulgado na terça-feira (14) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O volume estimado representa um incremento de 4,1 milhões de toneladas em relação à temporada de 2024/25 e uma alta de 2,9 milhões de toneladas em comparação ao 6º Levantamento publicado no mês anterior.

A companhia informa que, caso o resultado se confirme, este será um novo recorde no volume a ser colhido pelos produtores brasileiros. A área semeada no atual ciclo deve registrar um crescimento de 2%, projetada em 83,3 milhões de hectares, enquanto que a produtividade deve sair de 4.310 quilos por hectares na safra passada para 4.276 quilos por hectares no ano safra 2025/26. Mesmo com a redução prevista de 0,8%, este é o segundo melhor desempenho médio nacional já registrado pela série histórica da companhia.

Soja

A Conab prevê uma nova produção recorde para a soja, sendo estimada em 179,2 milhões de toneladas. A redução das precipitações em março garantiu melhores condições de campo para que a colheita pudesse evoluir, chegando a 85,7% da área. Mesmo com importantes estados produtores de soja apresentando um desempenho médio inferior ao registrado no ciclo passado, a produtividade média nacional das lavouras da oleaginosa foi a melhor já registrada, projetadas neste ciclo em 3.696 quilos por hectares.

Milho

Para o milho, segundo cultura mais cultivada no país, a Conab espera uma produção total de 139,6 milhões de toneladas, representando recuo de 1,1% em relação ao ciclo anterior. Enquanto que o cultivo da primeira safra do grão registrou uma elevação na área, estimada em 4,1 milhões de hectares, refletindo em uma alta da produção, podendo chegar a 28 milhões de toneladas; na segunda safra do cereal a colheita está prevista em 109,1 milhões de toneladas, redução de 3,6% em relação ao volume obtido na temporada 2024/25. A semeadura do segundo ciclo do milho está em fase conclusiva, e as lavouras se encontram desde a germinação à floração.

Arroz

De acordo com o levantamento da Conab, também é esperada uma menor produção de arroz. Na atual safra, a produção está estimada em 11,1 milhões de toneladas, 12,9% inferior ao volume produzido na safra passada, esse resultado é atribuído, sobretudo, à redução de 13,1% na área de plantio, aliada às condições climáticas menos favoráveis em algumas lavouras. A colheita nos principais estados produtores atinge 72% no Rio Grande do Sul, 93% em Santa Catarina e 52% em Tocantins.

Assim como o arroz, a produção total de feijão indica um volume de 2,9 milhões de toneladas, redução de 5,2%, quando comparada com a safra anterior. Mesmo com a queda, o volume estimado na safra 2025/26 assegura o abastecimento interno.

Algodão

Para o algodão, a expectativa é de uma colheita de 3,8 milhões de toneladas de pluma, redução de 5,8% em relação ao ciclo anterior, reflexo de uma diminuição de 2,1% na área plantada, estimada em 2 milhões de hectares. Até o período da pesquisa, as condições climáticas foram favoráveis, e as lavouras apresentavam um bom desenvolvimento.

Mercado

Neste levantamento, a companhia ajustou as estimativas para o estoque de passagem de milho, uma vez que a produção total do cereal foi reajustada para 139,6 milhões de toneladas. Com isso, a nova expectativa é de um volume de 12,8 milhões de toneladas ao final de janeiro de 2027. As exportações seguem previstas em 46,5 milhões de toneladas, enquanto que o consumo interno teve uma leve variação sendo estimado em 96,5 milhões de toneladas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 15/04/2026

FINANÇAS - GOVERNO PREPARA PACOTE CONTRA DÍVIDAS

A intenção é anunciar todas as medidas contra o endividamento da população de uma vez só. Lula reclama das bets

Do Estadão Conteúdo



O governo vê o avanço das bets como um dos motivos do endividamento da população no Brasil

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que quer “controlar a jogatina” no Brasil e disse que as bets, plataformas online de apostas, tomaram conta dos meios de comunicação. As declarações ocorreram nesta terça-feira, 14, em entrevista aos sites Brasil 247, Diário do Centro do Mundo e Fórum.

Na entrevista, Lula disse que quer anunciar as medidas contra o endividamento no Brasil de uma vez só, quando estiverem prontas para o funcionamento. Segundo o presidente, já existe um plano de trabalho para o anúncio.

“Nós vamos encontrar uma solução definitiva para amenizar o sofrimento das pessoas, mas ao mesmo tempo é preciso que a gente tente controlar essa jogatina que tomou conta dos meios de comunicação do Brasil”, declarou Lula.

Na sequência, Lula associou o meio das apostas à lavagem de dinheiro e disse que há discussões com a Justiça, o Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e o Banco Central sobre a questão das dívidas e da “jogatina”. Segundo ele, a ideia é combater o crime organizado “com todas as armas que pudermos”.

“Nós temos que brigar ontem. Nós estamos fazendo boas discussões a respeito disso, eu sei que não é um tema fácil, mas nós não podemos deixar continuar do jeito que está. É muita lavagem de dinheiro nesse mundo. E se a gente quer combater o crime organizado, a gente vai ter que atacar todos os flancos”, disse o presidente da República.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 15/04/2026

FINANÇAS - IBOVESPA SE APROXIMA DOS 200 MIL PONTOS EM ALTA DE 0,33%

Índice alcança 18º recorde no ano. Já o dólar cai pelo segundo dia seguido abaixo de R\$ 5
Do Estadão Conteúdo



O Ibovespa avança 0,68% na semana, 5,97% no mês e 23,29% no ano. O giro financeiro foi a R\$ 32,9 bilhões no pregão desta terça

O Ibovespa ficou bem perto de cumprir a “profecia” dos 200 mil pontos ao tocar, nesta terça-feira, os 199.354,81 pontos na máxima, estabelecendo novos recordes no intradia e no fechamento, pela quinta sessão consecutiva. Ao fim, o índice da B3 marcou 198.657,33 pontos, em alta de 0,33%, tendo saído de mínima na abertura aos 198.001,48 pontos.

Na semana, em duas sessões, o Ibovespa agrega 0,68% e, no mês, avança 5,97%, colocando o ganho do ano a 23,29%. O giro financeiro foi a R\$ 32,9 bilhões no pregão desta terça.

Com o prosseguimento da tendência de devolução de prêmios de risco, que foram sendo acumulados desde o início de março com a eclosão da guerra no Irã, o dólar permaneceu abaixo da linha psicológica de R\$ 5 pelo segundo dia, nesta terça a R\$ 4,9938, em leve recuo de 0,06% no fechamento do câmbio.

O petróleo, por sua vez, cedeu 4,6% em Londres e em cerca de 7,9% em Nova York, considerando os contratos futuros mais líquidos do Brent e do WTI, pela ordem. Dessa forma, Petrobras destoou nesta terça do avanço observado entre os demais blue chips, com a ON em queda de 4,44% e a PN, de 3,82%, no encerramento da sessão na B3.

Principal papel do Ibovespa, Vale ON subiu 1,08% e os ganhos chegaram a 2,55%, em Banco do Brasil ON. Na ponta ganhadora, Cogna (+4,79%), Localiza (ON +4,47%, PN +4,67%) e Rumo (+4,19%). No lado oposto, além das duas ações de Petrobras, destaque também para Braskem (-2,58%) e Prio (-2,57%).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/04/2026

JUSTIÇA - NUNES ABRE INQUÉRITO CONTRA MARCO BUZZI, DO STJ

Com a decisão do ministro do STF, a Polícia Federal vai atuar formalmente na investigação das denúncias de assédio sexual

Da Agência Brasil



A defesa de Buzzi chegou a pedir ao STF a suspensão da sindicância no STJ, mas Nunes negou o pedido

O ministro Cassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta terça-feira (14) abrir inquérito para apurar denúncias de assédio sexual contra o ministro afastado Marco Aurélio Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Isso significa que a Polícia Federal (PF) passará a atuar formalmente na investigação do caso, com prazo inicial de 60 dias para a conclusão.

A primeira acusação contra Buzzi foi feita por uma jovem de 18 anos, que disse ter sido importunada sexualmente pelo ministro



durante um banho de mar em Balneário Camboriú (SC), onde ela se hospedava na própria casa do magistrado, junto com seus pais.

Em seguida, com a repercussão do caso, ao menos mais duas mulheres buscaram o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para também relatar assédio por parte de Buzzi, dessa vez no contexto de seu trabalho como magistrado.

Em fevereiro, o plenário do STJ decidiu afastar Buzzi cautelarmente, enquanto uma sindicância sobre o caso é conduzida por três ministros relatores - Francisco Falcão, Antônio Carlos Ferreira e Raul Araújo. O prazo para a conclusão dos trabalhos foi adiado no mês passado e deveria se encerrar nesta semana.

A defesa de Buzzi chegou a pedir ao STF a suspensão da sindicância no STJ, mas Nunes negou o pedido.

Na esfera criminal, o caso segue seu curso no STF, onde Buzzi tem foro privilegiado, sob a relatoria de Nunes Marques. O ministro analisa a denúncia apresentada pela mulher de 18 anos, que prestou depoimentos à polícia e ao CNJ.

Defesa

Desde que o caso veio à tona, Buzzi nega as acusações. Em nota nesta terça (14), a defesa do ministro afirmou que ele sofre “campanha sistemática de acusações veiculadas na imprensa”.

O texto, escrito pelos advogados Maria Fernanda Ávila e Paulo Emílio Catta Preta, afirma que “os reveses jurídicos pontuais desta fase inicial não alteram a realidade dos fatos: o ministro não cometeu qualquer ato impróprio ao longo de sua trajetória”.

“É inaceitável que, sob o pretexto de uma causa relevante, se promova um verdadeiro linchamento moral, baseado em ilações, contra um magistrado com mais de quatro décadas de atuação irrepreensível e sem qualquer mácula em sua trajetória”, completa a nota.

Novo presidente

O ministro Luis Felipe Salomão foi eleito nesta terça-feira, em votação simbólica, o novo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O vice-presidente será o ministro Mauro Campbell Marques. A posse está prevista para agosto e eles ficarão no cargo por dois anos.

Luis Felipe Salomão chegou ao STJ em junho de 2008, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Nascido em Salvador, na Bahia, o magistrado se formou em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Por tradição, o tribunal segue uma ordem de antiguidade para os cargos. Salomão irá substituir o ministro Herman Benjamin, atual presidente do STJ.

Nesta terça, os ministros também decidiram indicar o ministro Benedito Gonçalves para ocupar a Corregedoria Nacional de Justiça no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Agora, o magistrado terá que ser sabatinado e aprovado pelo Senado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

JUSTIÇA - EDUARDO BOLSONARO IGNORA INTERROGATÓRIO ONLINE NO STF

Depoimento ocorreria por meio de videoconferência, mas ele não entrou na sala virtual

Da Agência Brasil

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) não compareceu nesta terça-feira (14) ao interrogatório marcado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na ação penal que trata do tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil.

O depoimento estava previsto para ocorrer por meio de videoconferência, mas o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro não entrou na sala virtual. Por ser réu no processo, Eduardo não é obrigado a prestar depoimento.

Em novembro do ano passado, por unanimidade, o STF aceitou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte. Ele responde pelo crime de coação no curso do processo.

Desde o ano passado, Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos e perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados.

Antes de marcar o depoimento, Alexandre de Moraes determinou a notificação do ex-deputado por edital, mas ele não foi encontrado nem indicou advogado particular.

Diante da situação, o ministro autorizou que a defesa seja realizada pela Defensoria Pública da União (DPU).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

INTERNACIONAL - ISRAEL E LÍBANO NEGOCIAM CESSAR-FOGO

O primeiro encontro entre autoridades dos países, que não têm relações diplomáticas desde 1993, foi considerado produtivo

Do Estadão Conteúdo



Autoridades de Israel e do Líbano se encontraram no Departamento de Defesa do EUA, em Washington

Embaixadores de Israel e do Líbano realizaram um histórico encontro nesta terça-feira, 14, em Washington, onde concordaram em seguir com negociações diretas a fim de alcançar um cessar-fogo. O encontro ocorreu enquanto a campanha militar de Israel contra o Hezbollah, apoiado pelo Irã, no Líbano, continuava a ameaçar a trégua entre os EUA e o Irã.

Este foi o primeiro encontro direto entre autoridades de Israel e Líbano, que não possuem relações diplomáticas desde 1993. A reunião contou com o embaixador israelense, Yechiel Leiter, sua homóloga libanesa, Nada Hamadeh Moawad, e foi intermediada pelo secretário de Estado Marco Rúbio.

Em um comunicado conjunto entre as três partes, os países concordaram em “iniciar negociações diretas em um horário e local mutuamente acordado”. O Departamento de Estado disse que as conversas desta terça foram “produtivas”.

“Os EUA manifestaram a esperança de que as negociações possam ir além do escopo do acordo de 2024 e resultar em um acordo de paz abrangente”, diz.

O comunicado reiterou as principais posições israelenses e libanesas. Entre elas, a exigência de Israel pelo fim da influência iraniana sobre seu vizinho do norte, onde Teerã financia e dirige a milícia xiita Hezbollah, e a afirmação do Líbano sobre sua soberania territorial, que, segundo o país, foi violada por Israel com ataques ao Hezbollah.



O embaixador Yechiel Leiter saiu da reunião afirmando que ambos os países estão “unidos na libertação do Líbano” da influência iraniana. Leiter afirmou que a reunião representou “o início” de um novo esforço para derrotar o Hezbollah. O diplomata disse que apresentaria os resultados da reunião ao governo israelense e que as conversas provavelmente continuariam nas próximas semanas.

“Descobrimos hoje que estamos do mesmo lado”, afirmou o embaixador. Ele disse que ambos os lados estão “unidos na luta para libertar o Líbano” da influência iraniana representada pelo Hezbollah.

Construtivo

Já a embaixadora do Líbano nos EUA, Nada Hamadeh Moawad, disse que o diálogo foi “construtivo”, segundo afirmou em um comunicado. “A reunião preparatória foi construtiva”, disse a enviada, que também “pediu um cessar-fogo” e o retorno das pessoas deslocadas aos seus lares. Ela ressaltou, ainda, “a plena soberania do Estado” sobre todo o território libanês.

Os confrontos entre Israel e o Hezbollah, que continuaram com força total nesta terça, são um dos três principais pontos de discórdia enquanto diplomatas tentam resolver a guerra entre EUA e Israel contra o Irã. Os outros são o status do programa nuclear iraniano e o controle do Estreito de Ormuz, um importante pontos de estrangulamento no comércio internacional de energia.

“Isto é um processo, não um evento”, disse Marco Rubio no início das negociações. “Todas as complexidades desta questão não serão resolvidas nas próximas horas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026

INTERNACIONAL - EUA DIZEM BARRAR NAVIOS, MAS DADOS MOSTRAM TRÁFEGO EM ORMUZ

Ao menos nove embarcações cruzaram o estreito desde segunda, segundo a Kpler
Do Estadão Conteúdo

O Comando Central dos Estados Unidos (Centcom, na sigla em inglês) afirmou que nenhuma embarcação conseguiu ultrapassar o bloqueio imposto a portos iranianos nas primeiras 24 horas da operação, mas dados de mercado indicam movimentação no Estreito de Ormuz, evidenciando possível divergência sobre o alcance da medida.

Em publicação no X, o Centcom disse que mais de 10 mil militares apoiados por mais de uma dúzia de navios de guerra e dezenas de aeronaves, participam da missão. Segundo o comando, “nenhum navio passou pelo bloqueio” no período inicial, e seis embarcações comerciais foram orientadas a retornar a portos iranianos no Golfo de Omã.

Os EUA afirmam que o bloqueio é aplicado de forma imparcial a navios de todas as nacionalidades com destino ou origem em portos iranianos, ao mesmo tempo em que dizem preservar a “liberdade de navegação” no Estreito de Ormuz para rotas não relacionadas ao Irã.

Por outro lado, ao menos nove embarcações comerciais cruzaram o estreito desde segunda, 13, de acordo com dados da plataforma Kpler citados pela CNN. Entre elas estão os petroleiros Rich Starry e Elpis, ambos sob sanções dos EUA por ligações com o Irã.

A diferença pode refletir a distinção entre o bloqueio específico a portos iranianos e o fluxo mais amplo de navios na região, mas também levanta dúvidas sobre a efetividade inicial da operação americana.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/04/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

ESCALA 6X1: OPOSIÇÃO PEDE VISTA E ADIA VOTAÇÃO EM COMISSÃO DA CÂMARA; RELATOR DEFENDE REGRA DE TRANSIÇÃO E COMPENSAÇÃO

Relator na Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável aos textos em tramitação, mas votação do texto no colegiado será atrasada

Por Leticia Pille — Brasília



CCJ discute relatório favorável de Paulo Azi (União-BA) sobre fim da escala 6x1 — Foto: Leticia Pille

A análise das propostas que tratam do fim da escala de trabalho 6x1 foi adiada nesta quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) após um pedido de vista coletiva do deputado Lucas Redecker (PSD-RS) e da deputada Bia Kicis (PL-DF). Com o pedido, a análise do parecer do relator, Paulo Azi (União Brasil-BA), terá de ser remarcada. A previsão do

presidente do colegiado, Leur Lomanto Júnior (União-BA), é que a votação ocorra no dia 28 ou 29 de abril.

O relator se manifestou pela constitucionalidade do texto. O parlamentar também recomendou que sejam discutidas uma fase de transição que "compatibilize a efetividade da reforma com a capacidade de absorção dos distintos setores econômicos" e possíveis compensações ao setor produtivo para a implantação da medida.

Nesta etapa, contudo, os parlamentares não analisam o mérito da proposta, mas apenas dizem se ela atende aos requisitos constitucionais e legais para seguir tramitando. Com uma eventual aprovação, será criada uma comissão especial responsável por discutir o conteúdo da PEC antes de eventual votação no plenário da Câmara dos Deputados.

Em seu voto, Azi faz uma análise do histórico da jornada de trabalho e sustenta que o tema tem relevância central no direito trabalhista, afirmando que "a regulação do tempo de trabalho é um dos pilares fundamentais do Direito do Trabalho e da justiça social".

O relator também aponta possíveis efeitos positivos da redução da jornada, destacando que a medida "pode se apresentar como um mecanismo normativo para a preservação da saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores". Ao mesmo tempo, ressalta que impactos econômicos e setoriais devem ser analisados com mais profundidade na comissão de mérito.

Antes do início da sessão, Azi também ponderou sobre os limites da proposta. Segundo ele, há risco de engessamento caso as regras sejam fixadas na Constituição. Ele afirmou que o debate "precisa ser aprofundado" e que, ao constitucionalizar a escala, pode-se "impedir que determinados setores específicos (...) possam efetivamente ter um maior grau de liberdade", defendendo que essas definições ocorram no âmbito das negociações coletivas.

O deputado também afirmou que ainda não conversou com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre a possibilidade de assumir a relatoria da proposta na comissão especial que será criada para analisar o mérito do texto se o parecer de Azi for aprovado na CCJ.



Ao tratar da próxima etapa, Azi defendeu a construção de consenso em torno do tema. Segundo ele, será preciso “avaliar com cuidado” as alternativas e buscar um texto que não coloque trabalhadores e empregadores em lados opostos.

Para o relator, é “imprescindível” que a discussão avance conciliando a necessidade de redução da jornada com a preservação dos setores produtivos, especialmente aqueles em que a mão de obra tem peso relevante nos custos.

Impacto da medida

Em seu parecer apresentado à CCJ, o relator ponderou o impacto da medida na economia, citando estudos como o da Confederação Nacional do Comércio (CNC) que estima que a extinção da escala 6x1 e a adoção do limite de 40 horas semanais de trabalho poderia gerar R\$ 122,4 bilhões em custos anuais para o setor, elevando em 21% a folha salarial do setor.

Já segundo estimativas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a eventual substituição da escala 6x1 por uma jornada semanal menor pode elevar os custos da indústria em até R\$ 178,8 bilhões por ano e aumentar em 25,1% a folha de pagamento do setor, caso a carga horária seja reduzida para 36 horas sem corte salarial.

Ainda em seu parecer, Paulo Azi afirma que, tendo em vista os diferentes impactos nos setores da economia, sugere a discussão acerca de compensações fiscais, “ou seja, reduzir tributos, especialmente sobre a folha, para os agentes que reduzirem sua jornada”.

Sobre o envio de um projeto alternativo pelo Executivo, o relator avalia que a iniciativa tem caráter político e que trata-se de um movimento “no sentido de marcar posição”. Azi afirmou ainda que, na sua avaliação, a tramitação da PEC na Câmara é o caminho mais adequado para o debate e indicou que há tempo para que a proposta avance antes de eventual priorização do texto do Executivo.

Do lado do governo, porém, a leitura é de que o envio do projeto também funciona como uma forma de pressionar o andamento da PEC. Integrantes do Executivo avaliam que a proposta vinha avançando a passos lentos na Câmara e defendem que o tema tenha uma tramitação mais célere.

A PEC reúne iniciativas que tratam da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1. O texto original, apresentado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), prevê a redução da jornada para 36 horas semanais ao longo de dez anos.

Já a proposta da deputada Erika Hilton (PsoL-SP), apensada à matéria, propõe a adoção da escala 4x3 (com quatro dias de trabalho e três de descanso) além da redução da jornada para 36 horas semanais, mantendo o mesmo salário.

Apesar disso, mesmo sem analisar o mérito, os debates realizados na CCJ já indicam resistência aos dois modelos, com a crescente avaliação por parlamentares de que deve prevalecer uma alternativa intermediária, mais próxima da defendida pelo governo, que prevê a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais com adoção da escala 5x2. Essa posição foi reforçada durante as audiências na comissão pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/04/2026

A SEIS MESES DA ELEIÇÃO, GOVERNO ANUNCIA AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE REFORMA DE CASAS PARA QUEM GANHA ATÉ R\$ 13 MIL

Programa prevê redução de juros e aumento do crédito

Por Sérgio Roxo — Brasília



Presidente Lula no Palácio do Planalto — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

De olho em medidas de impacto popular que possam melhorar a popularidade, o governo federal anunciou nesta quarta-feira a ampliação do programa para reforma de casas. Entre as medidas, estão previstas a redução dos juros, o aumento do crédito de R\$ 30 mil para R\$ 50 mil e a ampliação do público com permissão de adesão para quem ganha até R\$ 13 mil.

Atualmente, o programa de reforma de casas é aberto para quem ganha até R\$ 9,6 mil e agora passará para R\$ 13 mil, igualando-se ao teto do Minha Casa, Minha Vida.

Com relação aos juros, as taxas são de 1,17% para quem ganha até R\$ 3,2 mil e de 1,95% para quem tem faixa de renda superior. Agora a taxa será uniformizada em 0,99%. O governo também elevou o ticket máximo da reforma de R\$ 30 mil para R\$ 50 mil e estendeu o prazo de amortização para 72 meses. Antes, era 60 meses.

Para viabilizar essas e outras medidas, o governo confirmou um aporte adicional de R\$ 20 bilhões provenientes do Fundo Social do Pré-Sal para o programa Minha Casa, Minha Vida. Esse novo volume de recursos visa garantir a contratação de um milhão de unidades habitacionais neste ano.

— Vamos aportar 20 bilhões do fundo social chegando no orçamento recorde 200 bilhões — disse o ministro das Cidades, Vladimir Lima.

O anúncio foi feito durante reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com ministros e representantes do setor da construção civil no Palácio do Planalto.

Durante sua fala na reunião, Lula comentou a redução da taxa de juros na habitação e disse que se o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, olhar para que o está sendo feito pelo governo, vai reduzir também a Selic.

— Se o Banco Central olhar para nós, vai baixar a taxa de juros. Precisa olhar o que o Tesouro fez, o que o Planejamento. Quando o Galípolo voltar da viagem dele para Europa, eu vou falar: os meninos da ganância estão reduzindo o dinheiro.

Durante a reunião, também foram apresentadas medidas que já estão em vigor de ampliação das faixas do Minha Casa Minha Casa.

No final de março, o Conselho Curador do FGTS aprovou o aumento na renda máxima de famílias que podem financiar imóveis pelo Minha Casa, Minha Vida. O limite de renda familiar mensal da faixa 1 passou de R\$ 2.850 para R\$ 3.200. Na faixa 2, passou de R\$ 4.700 para R\$ 5.000, enquanto na faixa 3 os valores passaram de R\$ 8.600 para R\$ 9.600.

O valor máximo da renda familiar permitido na faixa 4, voltada à compra da casa própria pela classe média, subiu de R\$ 12 mil para R\$ 13 mil.

Os investimentos priorizarão o atendimento das famílias inseridas na Faixa 3 do programa, que engloba rendas mensais entre R\$ 5 mil e R\$ 9,6 mil. Os valores das faixas foram reajustadas:

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/04/2026

GOVERNO PREVÊ R\$ 10 BILHÕES EM GASTOS FORA DA META DAS ESTATAIS EM 2027

Medida acontece em meio a processo de reestruturação dos Correios, que deve receber aporte da União no ano que vem

Por Bernardo Lima e Thaís Barcellos — Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prevê até R\$ 10 bilhões em gastos fora da meta de resultado primário das estatais não dependentes no Orçamento de 2027. A medida permite que empresas em processo de reequilíbrio econômico-financeiro, como os Correios, possam fazer um déficit deste valor no ano que vem, sem contabilizar para o cumprimento da meta.

O resultado das estatais é diferente da meta fiscal perseguida pelo governo central. A informação foi anunciada pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, durante apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO).

É o mesmo valor que ficou fora da meta das estatais no Orçamento de 2026, após o governo abrir um espaço de R\$ 10 bilhões do resultado para que os Correios pudessem arcar com o empréstimo contratado para sua recuperação financeira.

A União deve fazer um aporte de capital nos Correios em 2027, conforme disse a ministra da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos em março. Nesta quarta, o ministro do Planejamento, indicou que a exceção de R\$ 10 bilhões da meta das estatais em 2027 foi feita para abrir espaço fiscal para esta operação.

— Exatamente igual a gente tem na LDO de 2026 (meta das estatais), sob entendimento nosso que, se uma empresa faz um processo de reequilíbrio financeiro, ainda que no primeiro momento ela faça um conjunto de despesas, ela está contratando um reequilíbrio econômico financeiro para frente — disse Moretti.

Essa exceção à meta, como no Orçamento de 2026, vale apenas para empresas que "possuam plano de reequilíbrio econômico-financeiro aprovado e vigente". A meta das estatais para o ano que vem ainda não foi disponibilizada pelo governo.

Em 2025, o resultado primário das empresas consideradas para a meta foi de déficit de R\$ 5,1 bilhões (apenas os Correios tiveram déficit de R\$ 1 bilhão), dentro da meta, que era de déficit de até R\$ 6,9 bilhões. Este resultado é apurado pelo Banco Central (BC).

Correios

Entre as medidas tomadas pelo governo para tentar retomar as contas dos Correios neste ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) pré-aprovou um novo empréstimo de até R\$ 8 bilhões com garantia da União para os Correios. A decisão eleva o limite global de crédito da estatal de R\$ 15,625 bilhões para R\$ 23,625 bilhões.

No fim de 2025, a empresa já havia contratado cerca de R\$ 12 bilhões em crédito junto a um pool de bancos, mas pleiteava um volume maior — de até R\$ 20 bilhões — para viabilizar seu plano de reestruturação. Agora, com o novo espaço autorizado, o governo busca assegurar a continuidade das medidas de recuperação econômico-financeira aprovadas em dezembro.

Segundo o Ministério da Fazenda, o CMN criou um sublimite específico para os Correios dentro das regras de crédito com garantia da União neste ano. A pasta afirma que a medida não implica aumento de despesas para o Tesouro, mas reorganiza os limites já existentes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/04/2026

EXPANSÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ AQUECE SETOR LOGÍSTICO

Investimentos bilionários nos próximos anos devem ampliar a capacidade logística do terminal, fortalecendo a busca por soluções de armazenagem mais ágeis.

Por Dino — São Paulo



Divulgação/GM Tendas Galpões — Foto: Divulgação/GM Tendas Galpões

O Porto de Paranaguá, no Paraná, vive um momento de transformação com a expansão de sua infraestrutura e o aumento da capacidade de movimentação de cargas. Em 2025, o Ministério de Portos e Aeroportos firmou um acordo de investimento de mais de R\$ 1,5 bilhão com o grupo chinês CMPort para ampliar o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP). O projeto, que prevê a modernização das operações e o aumento

da capacidade de armazenagem, deve consolidar o terminal como um dos mais estratégicos do país.

Reconhecido como o maior corredor de exportação de carne de frango do mundo, responsável por 49% de toda a produção brasileira embarcada, o Porto também passará por obras de aprofundamento do Canal da Galheta. O consórcio, formado pela brasileira FTS Participações Societárias S.A. e pelas empresas belgas Deme Concessions NV e Deme Dredging NV, prevê investimentos de R\$ 1,23 bilhão nos próximos cinco anos.

Atualmente, as principais cargas movimentadas no terminal são soja em grãos, farelo de soja, milho, sal, açúcar, fertilizantes, congelados, derivados de petróleo, etanol e veículos. A principal mudança será o aumento do calado para 15,5 metros, permitindo a atracação de embarcações de maior porte e ampliando a competitividade internacional do terminal. De acordo com Guilherme Tomaz, sócio-fundador e diretor-executivo da GM Tendas Galpões, a expansão do terminal "deve impulsionar a procura por soluções de armazenagens mais eficientes, permitindo uma série de oportunidades de negócios para o setor, em especial para o setor de aluguel de galpões lonados".

Neste cenário, os galpões de lona surgem como alternativa para ampliar áreas cobertas de forma rápida, flexível e com menor custo em comparação às estruturas tradicionais de alvenaria ou metálicas. O especialista afirma que, diferente dos galpões disponíveis no setor imobiliário, os contratos de locação dos galpões de lona podem ser feitos por qualquer período de tempo e de forma personalizada para atender ao tipo de demanda de cada cliente.

"Além da montagem extremamente rápida, sendo possível cobrir 2.000 metros quadrados em até cinco dias ou 5.000 metros quadrados em até dez dias, os galpões de lona são produzidos sob medida e de forma modular, o que permite ampliações ou reduções conforme a necessidade, localização e orçamento disponível", acrescenta.

Tendências e perspectivas

O mercado de galpões de lona tem acompanhado o desempenho logístico e industrial do país, com perspectivas de crescimento nos próximos anos. Um levantamento da JLL aponta que o setor logístico registrou recorde de quase 3 milhões de metros quadrados de novo estoque em 2025, mantendo um nível elevado de atividade e o menor índice de vacância da série histórica, com taxa nacional em 7,7%.

"O mercado está dinâmico e com base de clientes bastante diversificada, atendendo desde a construção civil até o agronegócio, passando por indústrias químicas, têxteis, de papel e celulose, veículos e autopeças. No caso específico de Paranaguá, as locações de galpões lonados contratadas por períodos e medidas flexíveis devem ganhar força e ampliar uma tendência já em curso na região", avalia Tomaz.

Para atender ao crescimento da demanda, a GM Tendas Galpões vem investindo de forma significativa no desenvolvimento de produtos, nos processos internos de produção, na qualificação constante dos colaboradores, na segurança das operações e na quantidade de galpões lonados disponível em estoque.

"Estamos bem capitalizados, com predominância de capital próprio, produzindo cada vez mais rápido e com mais qualidade. Isso nos permitirá atender não apenas às demandas de Paranaguá, mas muitas outras que surgirão nos próximos anos", revela o executivo.

Com os investimentos previstos e a modernização da infraestrutura, o Porto de Paranaguá deve se consolidar como um dos principais hubs logísticos do Brasil. "Por isso, já investimos na abertura de uma filial em Curitiba (PR) para atender com ainda mais agilidade as necessidades dos terminais de Paranaguá e região, além das demandas logísticas e industriais de todo o Estado do Paraná", conclui.

Para saber mais, basta acessar: <https://gmtendas.com.br/>

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/04/2026

ENTIDADES EMPRESARIAIS DO RIO APONTAM RISCOS EM REDISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO

Setor entregou manifesto ao governador em exercício apontando perdas de R\$ 8 bilhões por ano aos cofres do estado com eventual nova divisão. STF marcou julgamento para 6 de maio

Por Carolina Nalin — Rio de Janeiro



Cidades estão na disputa por redistribuição dos royalties de petróleo — Foto: Fábio Guimarães/Foto de arquivo

Entidades empresariais do Rio têm expressado preocupação com a possibilidade de ser redefinida a distribuição dos royalties do petróleo e do gás natural no país.

Na última terça-feira, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Fecomércio RJ entregaram ao governador em exercício do Rio, Ricardo Couto, um manifesto no qual estimam perdas de cerca de R\$ 8 bilhões por ano para o tesouro estadual e R\$ 13 bilhões para os municípios.

O documento assinado pelo setor produtivo alerta que as finanças do estado e dos municípios podem ficar comprometidas caso os royalties do petróleo passem por uma nova forma de divisão. Os royalties do petróleo são uma compensação financeira que as empresas pagam à União, estados e municípios pela exploração de petróleo e gás.

Hoje, recebem royalties os estados e municípios produtores de petróleo e os que têm instalações de apoio, como bases e portos. A medida é uma indenização pelos impactos ambientais e sociais causados pela exploração nas regiões. Em 2025, royalties do petróleo renderam R\$ 81 bilhões.

Como resultado, o repasse dos royalties injeta bilhões nos cofres públicos do estado do Rio, maior produtor do país, e de cidades como Campos dos Goytacazes, Macaé, Maricá e Niterói. Esses recursos são destinados a saúde, educação, segurança e investimentos.

Julgamento pelo STF



Desde 2013, uma mudança aprovada pelo Congresso que previa redistribuir os recursos para dar mais aos estados e municípios não produtores (a Lei 12.734/2012) está suspensa por decisão liminar da ministra Cármen Lúcia.

Trata-se de uma antiga disputa entre estados produtores e não-produtores de petróleo, e que pode estar prestes a ter um desfecho.

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o dia 6 de maio o julgamento sobre a constitucionalidade da lei que altera a repartição de royalties do petróleo no país, que ampliaria o repasse para estados e municípios não produtores.

A redistribuição dos royalties teria impacto até no turismo das cidades, segundo o presidente da HotéisRIO, Alfredo Lopes. Ele diz que destinos que hoje recebem visitantes por conta de sua estrutura e qualidade de serviços podem perder competitividade e ter redução no fluxo de visitantes. Cidades como Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras e São João da Barra seriam as mais afetadas, diz:

— Esse recursos são usados por governantes para asfaltar ruas, fazer pontes, melhorar infraestruturas, investir em meios de transportes e em embelezamento, como a implantação de quiosques nas orlas — explica. — Tudo isso impacta no turismo e na decisão de investimento por parte da iniciativa privada, como a construção de pousadas, hotéis e restaurantes, fazendo a economia girar.

Luiz César Caetano, presidente da Firjan, diz que a expectativa da entidade é que o STF declare inconstitucional a base legal da lei, entendimento que se manteve pela medida cautelar da ministra Carmen Lúcia. O dirigente acrescentou que, de lá pra cá, a situação fiscal do Rio se deteriorou.

— O Rio de Janeiro acumulou novas perdas para além do ICMS. Perdeu em participações especiais na produção do pré-sal e em arrecadação pela cessão onerosa, que também tem lugar em águas fluminenses.

O presidente da Fecomércio RJ, Antonio Queiroz, diz que aguarda com apreensão o julgamento. Ele lembrou ainda que os royalties não representam uma remuneração, mas sim uma compensação pelas perdas e danos suportados pelos estados e municípios produtores em decorrência da exploração petrolífera.

— O pacto federativo está em risco.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/04/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

WHITE MARTINS INAUGURA PRIMEIRA FÁBRICA DE HIDROGÊNIO VERDE EM ESCALA INDUSTRIAL DO BRASIL

Unidade em Jacareí (SP) começa a operar em meio à crise global do setor
Por Luciana Dyniewicz

JACAREÍ (SP) - Em meio à paralisação e ao atraso de projetos de descarbonização em todo o mundo, a White Martins inaugurou oficialmente nesta quarta-feira, 15, sua segunda fábrica de hidrogênio verde no País. Trata-se da primeira instalação do gênero no Brasil em escala industrial. A outra unidade da empresa, em Pernambuco, opera comercialmente, mas tem o porte de uma planta piloto, com uma capacidade equivalente a 25% da fábrica nova.

Instalada em Jacareí (a 85 km de São Paulo), a fábrica — cujo investimento necessário para construção não foi divulgado — tem capacidade para produzir 800 toneladas de hidrogênio por ano. Segundo o presidente da White Martins e da Linde na América Latina, Gilney Bastos, o volume de produção diário é suficiente para abastecer uma indústria de tamanho médio por até 35 dias — mesmo com uma equipe pequena: a previsão é de geração de 15 empregos.



Equipamentos que separam as moléculas de hidrogênio da água na fábrica em Jacareí (SP) Foto: Tiago Queiroz/Estadão

O hidrogênio verde, fabricado a partir da água, é uma das grandes apostas do mundo para substituir combustíveis fósseis e reduzir as emissões de carbono do planeta. O mercado é promissor para o Brasil, que pode oferecer um dos hidrogênios mais competitivos do mundo. Isso porque, para produzir o hidrogênio limpo, é necessário um grande volume de energia elétrica, e o País tem fontes renováveis relativamente baratas —

como eólica e solar.

A produção do hidrogênio verde

É o hidrogênio produzido por eletrólise da água (que pode ser do mar), usando energia renovável, como eólica e solar. É considerado o combustível do futuro e tem emissão zero.

1 Energia proveniente de fontes renováveis



2 Dois eletrodos submersos na água e ligados a uma fonte de energia criam uma corrente contínua



3 Os eletrodos atraem para si os íons de carga oposta e fazem a separação do hidrogênio da água do oxigênio



Na forma gasosa, o hidrogênio precisa ser armazenado de forma apropriada em botijões, por exemplo. O produto é altamente inflamável.

4 Transporte

Pode ser exportado em navios. Para isso, precisa ser transformado em barras de amônia, por exemplo, e reconvertido em hidrogênio no destino ou usado como amônia verde.



Onde pode ser usado

O hidrogênio pode substituir o combustível fóssil usado atualmente.

TRANSPORTE



PROCESSOS INDUSTRIAIS



O desenvolvimento do setor de hidrogênio verde, no entanto, está travado no mundo todo por causa de seus altos custos e das políticas do presidente americano, Donald Trump, contra uma economia menos poluente.

Bastos reconhece que o cenário geopolítico não é favorável para a instalação de fábricas destinadas à exportação de hidrogênio verde, dada a falta de procura pelo produto no mercado internacional e aos custos para enviar o combustível por navio. Plantas para abastecer o mercado doméstico, porém, devem ter demanda, de acordo com o executivo. “O desenvolvimento do setor no Brasil vai ser mais rápido do que esperamos, o de exportação, não.”

Cerca de 20% da produção da nova planta será destinada à fábrica de vidros da Cebrace, também em Jacareí. O restante será consumido por empresas metalúrgicas, químicas e de alimentos – a White Martins tem 400 compradores de hidrogênio.

Segundo o presidente da companhia, os contratos de hidrogênio verde estão sendo fechados pelos mesmos valores dos de hidrogênio cinza, que é produzido a partir de gás natural e é poluente. Ele diz que a empresa não está cobrando um prêmio pelo produto “verde” porque conseguiu ter um custo de produção que compete com o do hidrogênio cinza.

“Não estamos interessados em cobrar prêmio agora. Nosso interesse é desenvolver a indústria do hidrogênio verde do País”, destacou.

Entre os fatores que garantiram, segundo o presidente da White Martins, a competitividade desse hidrogênio verde está o fato de a companhia ter autoprodução de energia. Nesse modelo de contrato, empresas de energia renovável constroem usinas para atender terceiros, garantindo custos inferiores. No caso da fábrica de hidrogênio verde de Jacareí, a energia é solar e eólica e é produzida em parceria, respectivamente, com a Eneva e a Serena.

Também favorecem o custo da White Martins a escala da companhia, que é líder global em gases industriais, e os desenvolvimentos dos projetos de engenharia internamente, acrescenta Bastos.

A consultoria Thymos, especializada em energia, calcula, entretanto, que a média global do custo de produção de um quilo de hidrogênio verde esteja em US\$ 7. Para que o produto possa competir com o hidrogênio cinza e com o gás natural — outra fonte energética importante para a indústria —, o preço teria de cair pelo menos 50%.



Gilney Bastos, presidente da White Martins e da Linde na América Latina: 'Não estamos interessados em cobrar prêmio agora' Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Apesar de ser a maior planta de hidrogênio verde do País, a fábrica de Jacareí é pequena quando comparada aos projetos do Nordeste, que estão em fase de decisão final de investimento. Essas plantas produzirão para exportação e demandarão até R\$ 25 bilhões em investimentos.

A própria White Martins tem projetos para vender para o mercado externo. Tirá-los do papel, porém, ainda depende de haver compradores. “Uma vez que a guerra termine, não acredito que nenhum político consiga se eleger pautando o desenvolvimento em queima de carvão. A gente acha que, terminada a guerra, os megaprojetos de hidrogênio verde vão voltar ao radar.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/04/2026

OPINIÃO - EMBRAER: A EMPRESA QUE QUASE MORREU DUAS VEZES E VIROU SÍMBOLO DE REINVENÇÃO NACIONAL

Após rompimento do acordo com a Boeing, a Embraer focou em divisões estratégicas e superou desafios, consolidando-se como uma potência no setor aeroespacial

Por Camila Farani

Há empresas que envelhecem. E há empresas que amadurecem. A diferença entre as duas não está na tecnologia, no tamanho ou no capital. Está na capacidade de romper com a própria narrativa quando o mundo muda ao redor. A Embraer é, para mim, exemplo desse contraste no capitalismo brasileiro. Uma empresa que nasceu estatal, foi privatizada e quase vendida para uma gigante americana. Ela sobreviveu a uma pandemia que quase destruiu a aviação mundial e emergiu do outro lado não apenas intacta, mas maior, mais diversificada e mais lucrativa do que em qualquer outro momento de sua história.

O capítulo mais dramático dessa reinvenção começou em 2020, quando o acordo com a Boeing desmoronou. Eu pensei, com força, que ela quebraria. A empresa americana, em crise após o escândalo do 737 MAX, simplesmente saiu do contrato e deixou a Embraer sozinha com uma

estrutura inteira que havia sido planejada para ser vendida, no meio de uma pandemia que havia paralisado a aviação mundial.

Francisco Gomes Neto, CEO desde 2019, herdou esse cenário. O mercado decretou, em voz alta, que a Embraer havia perdido o jogo. A lição que ficou para qualquer gestor que passou por isso: nunca subestime quem já sobreviveu ao próprio funeral. Frase que eu adoro.

O que aconteceu depois é o tipo de história que escolas de negócios vão estudar por décadas. Em vez de correr atrás de um novo parceiro estrangeiro ou tentar renegociar com americanos, Gomes Neto olhou para dentro. Identificou três divisões que viviam na sombra da aviação comercial e as colocou no centro da estratégia: jatos executivos, defesa e serviços de pós-venda. Três apostas que pareciam conservadoras na época. Que se tornaram o motor de uma empresa completamente renovada.

Da Europa começaram a chegar pedidos. Quando países europeus com orçamentos de defesa rigorosos escolhem o produto brasileiro em disputa aberta, sem subsídio e sem relação prévia, o mercado precisa parar e ler a mensagem. Não foi uma venda diplomática. Foi uma vitória técnica. E cada contrato assinado na Europa vale mais do que seu valor financeiro porque valida a Embraer num campo onde nenhuma campanha de marketing substitui a confiança construída por desempenho real.



Linha de montagem de aviões da Embraer em Gavião Peixoto Foto: Cláudio Capucho/Embraer

Acompanho a trajetória da Embraer há anos como observadora de negócios e investidora. O que me impressiona não é o crescimento em si. É a coerência sob pressão extrema. Empresas que passam por crises existenciais quase sempre reagem com dispersão: tentam tudo ao mesmo tempo, perdem o foco, diversificam sem critério. A Embraer fez o oposto.

Escolheu poucos mercados, aprofundou cada um deles e não se distraiu com oportunidades que não faziam parte do plano. Jim Collins descreveu esse padrão em empresas que saem do bom para o ótimo: clareza brutal sobre onde você pode ser o melhor do mundo e disciplina para não sair dali. A Embraer encontrou essa clareza no momento mais difícil.

Peter Drucker dizia que a função da gestão é tornar produtivos os pontos fortes. Gomes Neto aplicou isso à risca. Não inventou uma nova empresa. Revelou o que a empresa já era, removeu o que não servia mais e deu a cada divisão as condições para competir no seu próprio mercado. A carteira total de pedidos atingiu US\$ 29,7 bilhões no segundo trimestre de 2025, superando o recorde histórico da empresa. Esse número não é fruto de uma grande virada de chave. É o resultado acumulado de cinco anos de decisões corretas tomadas sem holofote, sem manchete e sem aplauso imediato.

Há um ponto que raramente aparece nas análises financeiras sobre a Embraer e que eu considero o mais importante de toda a história: a empresa manteve o centro de gravidade no Brasil. Num momento em que seria mais fácil e talvez mais seguro transferir operações críticas para os Estados Unidos ou Europa, a liderança apostou na capacidade industrial brasileira.

São José dos Campos virou um polo aeroespacial com visibilidade real no mercado internacional. O jato E2 reduz em 25% as emissões de CO₂ em relação à geração anterior, número que pode chegar a 85% com combustível sustentável, e todas as operações da Embraer no Brasil já utilizam energia 100% renovável. Sustentabilidade como vantagem competitiva real, não como relatório de ESG para inglês ver.

A Embraer não é apenas uma história de aviação. É uma tese sobre o que o capitalismo brasileiro produz quando a governança é séria e a liderança tem a coragem de recusar o atalho. O que o mercado pode aprender com essa história cabe numa frase: crise não destrói empresa boa. Crise

revela do que a empresa é feita. E quando a liderança usa o momento de pressão para encontrar clareza em vez de dispersão, o que parecia o fim vira o começo de algo maior. A Embraer quase morreu duas vezes. E cada vez que ressurgiu, chegou mais forte. Isso não é sorte. É decisão.

Fonte: *O Estado de São Paulo* - SP

Data: 15/04/2026

Valor

ECONÔMICO

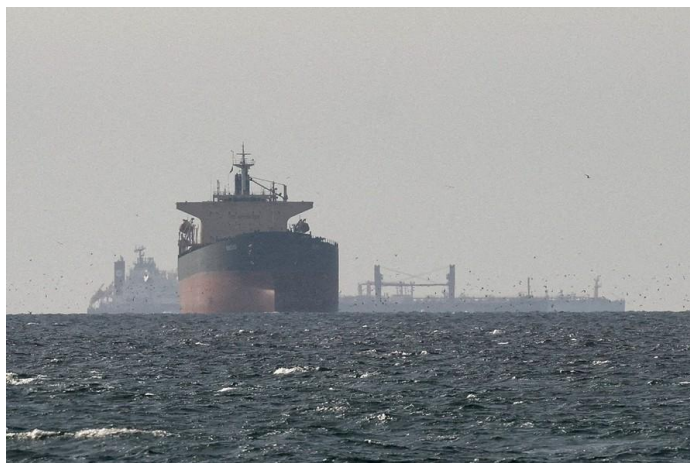
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

'FALSIFICAÇÃO' DE DADOS DE NAVIOS EM ORMUZ ALIMENTA INCERTEZA, DIZ JORNAL

Especialistas em inteligência marítima alertam que navios iranianos podem estar usando táticas parecidas com as da Rússia para escapar de sanções e bloqueio naval

Por Valor — São Paulo



Cargueiros no golfo próximo do estreito de Ormuz em meio ao conflito de Estados Unidos e Israel contra o Irã — Foto: Foto de arquivo/Reuters

Um novo padrão de atividade enganosa por algumas embarcações perto do Estreito de Ormuz sugere que o novo bloqueio naval dos Estados Unidos está mudando a forma como alguns navios ligados ao Irã estão se comportando, noticiou o *The New York Times*. Especialistas em inteligência marítima afirmam que mais navios em Ormuz e arredores aparentemente adotaram táticas para evitar

detecção, desde que o bloqueio dos EUA a embarcações que entram e saem de portos iranianos entrou em vigor, na segunda-feira (13).

“Agora, estamos começando a ver embarcações apagando seus sinais ou usando identificação ‘zumbi’ ou aleatória”, disse ao NYT Ami Daniel, diretor-executivo da Windward, uma empresa de dados de inteligência marítima.

Nas semanas após o ataque dos EUA e Israel ao Irã no fim de fevereiro, as exportações iranianas continuaram “ininterruptas” e havia “quase nenhuma necessidade de sair do radar”, afirmou Daniel. Mas nas últimas 24 horas, mais navios parecem estar manipulando o sistema global destinado a monitorar a atividade e o tráfego marítimo, sugerindo que algumas embarcações ligadas ao Irã estão sendo “um pouco mais cautelosas”, disse ele.

De acordo com o direito marítimo internacional, a maioria dos grandes navios comerciais deve navegar com um transponder que transmite automaticamente o nome da embarcação, localização, rota e outras informações de identificação. Isso inclui um número de nove dígitos com código de país, que funciona como uma impressão digital do navio.

Embarcações em águas do Oriente Médio que agora tentam ocultar sua localização ou falsificar informações estão empregando métodos aperfeiçoados por navios da chamada “frota fantasma” russa que evitam sanções relacionadas à invasão da Ucrânia em 2022, segundo alguns especialistas.

Quando um navio está envolvido em “spoofing”, como a prática é conhecida, seu capitão pode inserir uma origem ou destino falsos ou até fingir estar operando outra embarcação. Os navios também podem desligar temporariamente seus transponders, aparentando desaparecer em um local e reaparecer em outro, às vezes com dados alterados.

Parece que embarcações ligadas ao Irã estão usando métodos semelhantes agora, dizem especialistas. Alguns navios desapareceram do radar, enquanto embarcações sancionadas e com bandeiras falsificadas ainda parecem estar ativas, observou um relatório da Windward na terça-feira (14). “No momento, o estreito é um ambiente de informação contestado”, disse Erik Bethel, sócio da Mare Liberum, um fundo de capital de risco em tecnologia marítima. “Um bloqueio só é tão forte quanto a inteligência por trás das interceptações”, afirmou Bethel.

“Minha expectativa é que a Marinha dos EUA possa permanecer no Golfo de Omã”, disse Daniel, da Windward. “Não acredito que haja uma maneira de romper o bloqueio.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/04/2026

WHITE MARTINS INAUGURA 2ª USINA DE HIDROGÊNIO VERDE EM SP E AMPLIA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Planta, que tem capacidade de processar 800 toneladas de hidrogênio verde por ano, fornecerá o produto para clientes industriais de SP, RJ e MG que busquem descarbonizar operações

Por Fábio Couto, Valor — Rio



Mario Simon, vice-presidente de negócios da White Martins — Foto: Divulgação/White Martins

A White Martins alcançará a marca de mil toneladas de hidrogênio verde produzida por ano com a inauguração, nesta quarta-feira (15), da usina de produção do insumo em Jacareí, em São Paulo. A unidade será a segunda da companhia no país e a primeira no Sudeste. A planta, que tem capacidade de processar 800 toneladas de hidrogênio verde por ano, fornecerá o produto para clientes industriais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que busquem descarbonizar operações.

A primeira unidade de hidrogênio verde da White Martins fica em Pernambuco e foi inaugurada em 2022.

O hidrogênio verde será obtido por meio de um processo físico-químico chamado eletrólise da água, que a separa em moléculas de hidrogênio e oxigênio. O processo é considerado verde porque a eletricidade usada no processo é gerada por fontes renováveis, como eólicas e solares. O equipamento tem capacidade de 5 megawatts (MW). No mercado, o hidrogênio verde é considerado uma espécie de sucessor dos derivados de petróleo, usados para mover meios de transporte e para a produção de fertilizantes nitrogenados, utilizados na agricultura.

A White Martins olha para o mercado interno e visa a exportações. Perspectivas de receitas e números de investimento não são conhecidos, por serem estratégicos, mas a companhia vê no hidrogênio verde uma rota de crescimento no Brasil.

O contexto geopolítico atual favorece a abertura de oportunidades. Mário Simon, vice-presidente de negócios da White Martins, avalia que a escalada do preço do petróleo abre oportunidades reais para

fontes como o hidrogênio verde. Para o executivo, a transição energética tornou-se, além de uma demanda climática, uma necessidade de segurança econômica.

Além disso, avalia Simon, a empresa acredita no potencial da exportação do hidrogênio verde como uma energia destinada a países que precisam cumprir com as respectivas metas de redução de emissões, mas que não têm matrizes energéticas renováveis, como a brasileira.

“Enquanto o cenário geopolítico pode desestimular investimentos em regiões concorrentes, o Brasil se fortalece para assumir a liderança no mercado internacional, facilitada pela conectividade direta de seus portos com a Europa e os Estados Unidos”, disse o executivo.

No Brasil, 20% da produção de hidrogênio verde será destinada à fabricante de vidros Cebrace, enquanto os 80% restantes serão direcionados a clientes dos setores metalúrgico, alimentos e químico. Simon estima que, com o insumo verde, a Cebrace deixe de emitir cerca de 1.610 toneladas de CO2 por ano.

“Para a totalidade da planta de Jacareí, estima-se que deixarão de ser emitidos 8 mil toneladas de CO2 por ano em relação à produção de hidrogênio cinza [menos sustentável], por exemplo”, disse Simon.

Além de vender hidrogênio verde para clientes em busca da descarbonização, a White Martins também tem metas de redução de emissões de gases de efeito estufa. A expectativa, afirmou Simon, é reduzir de imediato as emissões de escopo 2 (criadas indiretamente a partir da energia comprada) no Brasil em aproximadamente 45%, em linha com as metas globais da Linde, controladora da White Martins.

“A White Martins possui 230 MW [megawatts] de energia renovável em suas operações, que representam quase metade da demanda total de energia das nossas 75 plantas conectadas em todo o Brasil”, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 15/04/2026

IGP-10 SOBE 2,94% EM ABRIL E ACUMULA ALTA DE 0,56% EM 12 MESES, DIZ FGV

Dentro do indicador, o Índice de Preços ao Produtor Amplo subiu 3,81%, o Índice de Preços ao Consumidor avançou 0,88% e o Índice Nacional de Custo da Construção registrou alta de 0,88%

Por Cláudia Violante, Valor — São Paulo



Descarregamento de fertilizantes no porto de Paranaguá (PR) — Foto: Cláudio Neves / Portos do Paraná

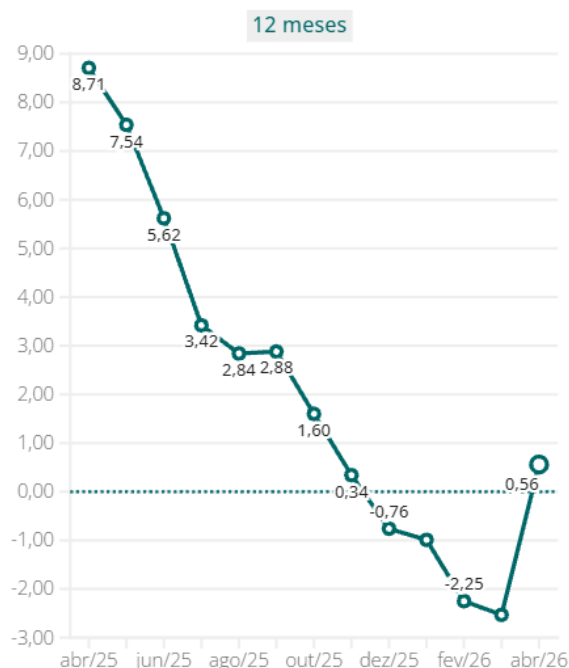
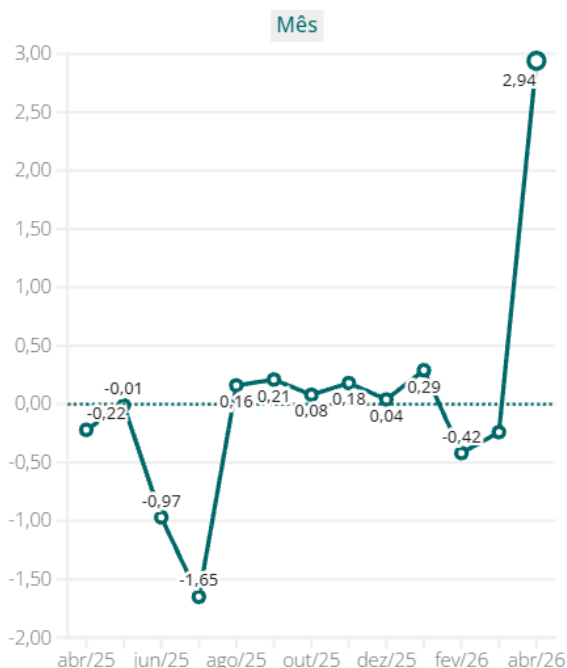
O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) subiu 2,94% em abril, depois de ter caído 0,24% em março, segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Com esse resultado, o índice acumula alta de 2,57% no ano e elevação de 0,56% nos últimos 12 meses. Em abril de 2025, o IGP-10 caíra 0,22% no mês e acumulava alta de 8,71% em 12 meses.

“A expressiva alta de 3,81% nos preços ao produtor decorre dos desdobramentos da guerra no Oriente Médio. Seus efeitos extrapolam os derivados de petróleo e atingem insumos relevantes de diversos setores da economia, como o ácido sulfúrico e os adubos ou fertilizantes. Além disso, fatores sazonais também pressionaram o setor agropecuário, tanto no IPA quanto no IPC. Os preços ao consumidor também foram impactados pelo conflito, com destaque para a gasolina como principal

influência. De forma semelhante, os custos da construção em março refletiram de maneira significativa os reajustes dos combustíveis e derivados de petróleo, os quais afetaram indiretamente os preços de produtos com elevado consumo de transporte, como cimento, massa de concreto e bloco de concreto”, afirmou Matheus Dias, economista do FGV Ibre.

IGP-10

Variações - em %



Valor | ValorData

no ano: 2,57% | 12 meses: 0,56

Fonte: FGV. Elaboração: ValorData

Em abril, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) subiu 3,81%, invertendo o comportamento observado em março, quando registrou queda de 0,39%. Pelos diferentes estágios de processamento, o grupo de Bens Finais subiu de 0,59% em março para 1,15% em abril. Da mesma forma, o índice correspondente a Bens Finais (ex), que exclui os subgrupos de alimentos in natura e combustíveis para o consumo, aumentou de 0,16% em março para 0,53% em abril. A taxa do grupo Bens Intermediários teve avanço de 1,95% em abril, ante queda de 0,33% em março. O índice de Bens Intermediários (ex) (excluindo o subgrupo de combustíveis e lubrificantes para a produção) aumentou 1,19% em abril, após queda de 0,03% mês anterior. O estágio das Matérias-Primas Brutas registrou alta intensa em sua taxa de variação em relação ao mês anterior, passando de -1,11% em março para 7,01% em abril.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,88%, ante 0,03% de março. Entre as oito classes de despesa que compõem o índice, sete apresentaram crescimento nas suas taxas de variação: Transportes (0,06% para 2,31%), Alimentação (0,37% para 1,41%), Educação, Leitura e Recreação (-2,16% para -0,60%), Vestuário (0,07% para 0,40%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,18% para 0,31%), Despesas Diversas (0,88% para 1,10%) e Habitação (0,31% para 0,35%). Em contrapartida, o grupo Comunicação (0,11% para 0,03%) apresentou recuo em sua taxa de variação.

E o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou alta de 0,88%, acima da taxa de 0,29% observada em março. Dentre os três grupos constituintes do INCC, Materiais e Equipamentos acelerou de 0,28% para 0,98%; Serviços avançou de 0,25% para 0,83%; e Mão de Obra aumentou de 0,31% para 0,77%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/04/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ERNESTO SAMPAIO, DA CDSS: “ESPAÇO PARA MAIS 1 TECON NO SUDESTE”

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 15/04/2026 - 20:31



Autoridade portuária espera que Infra S.A faça revisão final da modelagem da área SSB01 para que processo de arrendamento do terminal multipropósito siga para TCU e tenha leilão ainda em 2026

O diretor-presidente da Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), Ernesto Sampaio, defende que a alta demanda existente viabiliza a construção de mais um terminal de contêineres na região Sudeste, além do projeto do Tecon Santos 10, no Porto de Santos (SP). A modelagem em curso para o arrendamento do terminal SSB01, principal projeto de expansão em São Sebastião,

prevê uma instalação portuária multipropósito, para movimentação de contêineres e de granéis sólidos.

“Existe espaço para termos mais um Tecon na região Sudeste. Ele vai desafogar terminais já instalados e se preparar para o crescimento de demanda que, certamente, vai ocorrer”, disse Sampaio, durante a 30ª edição da Intermodal South America, em São Paulo (SP). Ele ressaltou à Portos e Navios que os portos vêm sendo cada vez mais demandados com relação à movimentação de contêineres, segmento de cargas que cresce cerca de 6% ao ano.

A expectativa da CDSS quanto ao SSB01 é que se confirme a previsão do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) de que o leilão possa ser realizado no último trimestre de 2026. “Esperamos que a Infra S.A faça a revisão final da modelagem para que ela siga para o TCU [Tribunal de Contas da União] e depois vá para leilão”, comentou Sampaio.

A última versão que foi para consulta pública prevê a construção de um píer para atracar dois navios de grande porte e mais um píer para receber navios tipo Panamax para a movimentação de granéis sólidos. Sampaio destacou que o canal de São Sebastião tem profundidade natural para receber navios ‘com o maior calado do mundo’.

“Esperamos que a revisão aconteça com brevidade para que ele vá para leilão o mais rápido possível. O leilão permitirá o investimento do principal ativo para o Porto de São Sebastião crescer, que é a construção de um novo píer de atracação de navios”, acrescentou o diretor-presidente da autoridade portuária de São Sebastião.

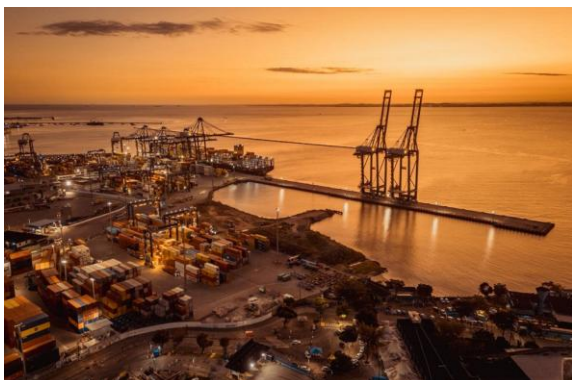
A modelagem atual prevê movimentação de 1,35 milhão contêineres/ano, no pico de operação. A obra total, incluindo toda parte terrestre e marítima, terá duração entre seis e oito anos. O investimento previsto é de R\$ 2,5 bilhões na primeira fase de implantação do terminal e, ao longo dos 35 anos de vigência do contrato, mais R\$ 1,3 bilhão devem ser aplicados para a renovação de equipamentos e novos investimentos. Os recursos serão provenientes do capital privado dos eventuais arrendatários.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2026

COM SALVADOR, NORCOAST CHEGARÁ À 7ª ESCALA NA COSTA BRASILEIRA

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 15/04/2026 - 10:01



EBN, que iniciou operações em outubro de 2023, destaca oportunidades para cabotagem e serviços feeder no eixo Norte-Nordeste, além do potencial de desenvolvimento do modal no país

A Norcoast prevê, para o próximo dia 30 de maio, a inauguração de sua sétima escala, no Porto de Salvador (BA). A empresa brasileira de navegação (EBN) avalia que essa operação atende à demanda por distribuição de carga doméstica e por serviços feeder, reforçando sua presença no Nordeste, criando uma alternativa adicional para a movimentação de cargas no eixo entre a região e o Norte do país. Atualmente, a empresa escala Santos (SP), Paranaguá (PR), Itajaí (SC), Suape (PE), Pecém (CE) e Manaus (AM), em rotações de 35 dias.

Num primeiro momento, será feita uma nova parada em Salvador, sem incorporação de novos navios à atual frota da EBN, que hoje possui quatro embarcações com capacidade para 3,5 mil TEUs cada. A nova operação será realizada no Tecon Salvador, operado pela Wilson Sons. O terminal de contêineres movimentou 560.254 TEUs em 2025 e, atualmente, responde por 45,5% dos contêineres destinados ao comércio exterior do Nordeste. Na janela de atracação atual, o terminal conta com 14 serviços marítimos.

A Norcoast, que iniciou operações em outubro de 2023, entende que Salvador é um mercado que está em crescimento e possui tanto clientes que já são parceiros e que demandam escala em Salvador, quanto embarcadores em que há desejo de aproximação comercial. Outro aspecto que pesou foi o volume do feeder, com cargas que chegam do exterior e vão com destino final para Salvador. “São várias demandas que se juntaram e fizeram com que Salvador seja a escolha certa para esse ano”, comentou a CFO da Norcoast, Maria Gimena Scott.

A expectativa é que a operação permita à companhia ampliar sua atuação em setores estratégicos, com destaque para o entorno de Salvador e para o polo industrial de Camaçari (BA), localizado a cerca de 50 quilômetros do terminal, que concentra empresas químicas e petroquímicas, de pneus, automotivo, bens de consumo, papel e celulose e bebidas. Em 2025, o mercado de Salvador totalizou 99,5 mil toneladas, volume 4% superior em comparação a 2024, após altas de 12% em 2024 sobre 2023 e de 15% em 2023 sobre 2022.

Gimena disse à Portos e Navios que o porto possui um mercado em desenvolvimento que, certamente, terá mais carga chegando e saindo de Salvador. “A ideia é fomentar a saída de Salvador para outros portos. Existe carga saindo de Salvador para Manaus, mas, provavelmente, haverá para outros portos também”, projetou Gimena durante a 30ª edição da Intermodal South America, em São Paulo (SP). A CFO disse que Salvador é chave para manter o crescimento de dois dígitos por ano, em termos de volume, que a Norcoast vem alcançando.

A executiva destacou que, ainda que em ritmo um pouco mais lento do que poderia, a cabotagem é um dos poucos negócios que cresce nesse patamar no Brasil. Ela observa o feeder crescendo bastante, com empresas de longo curso apostando em diferentes portos do país. “Continuamos a desenvolver a cabotagem no Brasil. É um país gigante, que tem um potencial enorme para a cabotagem crescer. Vamos continuar desenvolvendo isso e levando a cabotagem para outras empresas”, afirmou Gimena.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2026

CÁBREA DE GRANDE PORTE É APOSTA PARA ACOMPANHAR AUMENTO DE VOLUMES DE CARGAS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 15/04/2026 - 00:36



Estrutura, parceria entre Camorim e Grupo Tomé, será construída em Manaus (AM) e receberá investimentos de R\$ 52 milhões. Operação da unidade está prevista para primeiro trimestre de 2027

O estaleiro Juruá, em Manaus (AM), está construindo uma das maiores cábrea da América Latina para o içamento, manobra e posicionamento de cargas de grande porte, estruturas submarinas e equipamentos de exploração. O projeto faz parte de uma parceria entre a Camorim Serviços Marítimos e o Grupo Tomé, com investimentos da

ordem de R\$ 52 milhões. A estrutura poderá ser utilizada em operações de instalação de plataformas, manutenção de infraestrutura marítima e apoio a projetos de petróleo e gás.

O escopo prevê que a cábrea terá capacidade de 750 toneladas de içamento e será dotada de oito pontos de ancoragem. Para a Camorim, a embarcação representa um salto tecnológico e operacional para o setor, ampliando a competitividade nacional em projetos de infraestrutura de grande escala. A expectativa é que o projeto entre em operação em março de 2027.

O diretor estratégico da Camorim, Plínio Salles, disse à Portos e Navios que a parceria busca aliar a experiência da empresa no setor marítimo com o expertise do Grupo Tomé no içamento e transporte de carga no modal rodoviário. As empresas entenderam que faltava um equipamento com essa capacidade para complementar a logística em operações do setor.

Ele acrescentou que não havia uma solução local para cargas com esse peso, o que começa a abrir uma nova logística possível, que começará a ser montada a partir de agora. “As bobinas e outras cargas vêm aumentando de tamanho e de volume e entendemos que faltava um equipamento para lidar com segurança com essas cargas”, contou Salles, durante o primeiro dia da 30ª edição do Intermodal South America, em São Paulo (SP).

Salles ressaltou à reportagem que será uma balsa marítima preparada para atuar dentro dos portos ou no ambiente offshore. O diretor explicou que a intenção é ter essa balsa disponível para operar em qualquer local do Brasil, podendo operar desde na região Norte, onde está sendo construída, como poderá vir para projetos no Sudeste.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2026

ULTRACARGO INICIA OPERAÇÃO DE BIODIESEL POR Balsa EM VILA DO CONDE

Da Redação Portos e logística 14/04/2026 - 22:17



A Ultracargo informou que recebeu pela primeira vez biodiesel via modal fluvial em seu terminal de Vila do Conde, em Barcarena, no Pará. De acordo com a empresa dos setores de logística de transporte e de armazenagem de grãos líquidos, a operação marca o início da substituição do transporte rodoviário pelo aquaviário, com mais eficiência, redução de custos e menor impacto ambiental.

Segundo a companhia, o recebimento do biocombustível no terminal é resultado de um projeto de engenharia concluído em 2025: a implementação de

um sistema de pigagem nas linhas de píer. Essa tecnologia, explicou a Ultracargo, permite a limpeza completa da tubulação entre as operações, possibilitando que o biodiesel, que chegava apenas por caminhões, use a infraestrutura que antes era restrita ao óleo diesel.

A empresa explicou que esse tipo de movimentação garante redução de custos porque na nova rota é possível aproveitar o frete de retorno, já que os comboios de balsas que partem de Vila do Conde rumo a Miritituba e Itaituba levando diesel e gasolina voltavam vazios. Agora, essas embarcações retornam com biodiesel produzido no Mato Grosso, onde o preço do produto é menor.

Douglas Marques, diretor executivo de Operações da Ultracargo, explicou que o modelo de operação adota o conceito de corredores logísticos integrados que a empresa já opera com em outras regiões, como nos fluxos entre Itaqui e Palmeirante e Paulínia e Rondonópolis. Segundo ele, com frete de retorno, o custo logístico é reduzido.

A empresa destacou que, além da vantagem financeira, o modal fluvial traz benefícios para a agenda ESG da companhia, já que o transporte por balsa é menos poluente que o rodoviário. Segundo a Ultracargo, um comboio de balsas tem capacidade equivalente ao de cerca de 100 caminhões de grande porte.

Além disso, há ganhos com menos tempo na operação porque enquanto o descarregamento de 100 caminhões é feito em cerca de dez dias, o volume equivalente que chega ao terminal em balsas pode ser processado em dois. A Ultracargo informou que a expectativa é que o novo fluxo ganhe escala nos próximos meses e que Vila do Conde seja usado como hub para a distribuição de biocombustíveis no Norte do país.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/04/2026

MPOR E ABDIB FIRMAM PARCERIA PARA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Da Redação Portos e logística 14/04/2026 - 22:25



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) assinará, nesta quarta-feira (15), um protocolo de intenções com a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura logística nos setores de portos, aeroportos e hidrovias. O objetivo é avaliar principalmente mecanismos relacionados a financiamento e garantias e, segundo o Ministério, o acordo, com duração inicial de dois anos e possibilidade de prorrogação, é apenas colaborativo, sem previsão de repasse de verbas ou obrigações imediatas.

De acordo com a pasta, o objetivo do protocolo é aprimorar a integração institucional, o planejamento estratégico e a atração de investimentos para projetos de infraestrutura e de logística de transporte. Um dos objetos da parceria será a realização de diagnóstico sobre a governança dos portos públicos. Além disso, entre os estudos técnicos previstos, está um sobre a ampliação da participação do modal aéreo no transporte de carga e de passageiros. O foco, explicou o Mpor, será no fortalecimento de programas como o AmpliAR e o Investe Mais Aeroportos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/04/2026

MAERSK INSTALARÁ NOVOS CENTROS LOGÍSTICOS TERRESTRES EM RIO GRANDE E PARANAGUÁ

Da Redação *Portos e Logística* 14/04/2026 - 22:55



A Maersk anunciou, nesta terça-feira (14), que instalará em Rio Grande (RS) e em Paranaguá (PR) centros logísticos e de armazenamento para atender à crescente demanda de clientes que movimentam cargas do agronegócio, produtos refrigerados e cargas industriais. De acordo com a empresa, as cidades foram escolhidas por estarem em corredores de exportação de alto volume e pela proximidade com importantes centros de produção.

A companhia informou que os novos centros logísticos ficarão próximos aos portos de Rio Grande e de Paranaguá, com acesso

rodoviário direto aos principais polos de distribuição regional. O objetivo é ter mais agilidade no escoamento de contêineres, com mais eficiência no transporte terrestre e redução de gargalos durante os picos sazonais. Na cidade gaúcha, o depósito será usado também como suporte à rede de cabotagem operada pela Aliança Navegação e Logística.

De acordo com a Maersk, os novos depósitos atendem à demanda de clientes por infraestrutura próxima aos portos para reduzir tempos de permanência, aumentar a capacidade durante os picos de exportação e oferecer soluções que conectem os serviços marítimos, terrestres e de pátio. Além disso, têm como objetivo aumentar a capacidade de operação com contêineres refrigerados para atender à demanda do agronegócio.

Em Rio Grande, o centro logístico ficará a 2,5 quilômetros do porto em área de aproximadamente 70.000 metros, incluindo depósito multipropósito projetado para operações de alto volume, manuseio de contêineres secos e refrigerados e armazenagem de contêineres vazios e cheios. Além disso, contará com serviços de carga cross-docking e atividades de suporte operacional.

Em Paranaguá, o depósito atual será ampliado de 3.160 metros quadrados para , 6.000 metros quadrados, com objetivo de reduzir congestionamentos e melhorar o processamento de cargas de exportação. Será ampliada também a capacidade para movimentar cargas secas, refrigeradas e outras dos fluxos de exportação.

De acordo com a empresa, as unidades foram projetadas com especificações para melhorar o manuseio de contêineres e a circulação de caminhões e terão tomadas para contêineres refrigerados. Além disso, informou a Maersk, as instalações incluem estruturas eficientes em energia e otimizações operacionais para reduzir o consumo de combustível e movimentos desnecessários, além de sistemas de tratamento de resíduos e reuso de água.

Segundo a companhia, as instalações oferecerão serviços de inspeção, limpeza, reparo de contêineres e suporte operacional, para reduzir o tempo de permanência e de movimentação. A expectativa é integrar as operações de pátio com o transporte terrestre, atividades relacionadas à alfândega e os serviços marítimos.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 14/04/2026

AÇU TERÁ CONDOMÍNIO LOGÍSTICO E PÁTIO PARA CAMINHÕES PARA REFORÇAR APOIO A OPERAÇÕES PORTUÁRIAS

Da Redação *Portos e Logística* 14/04/2026 - 22:34



O Porto do Açu e a BMJ Par, grupo de investimento em infraestrutura e desenvolvimento imobiliário, anunciaram nesta terça-feira (14) que firmaram parceria para investir R\$ 250 milhões na construção do Condomínio Logístico do Açu (CLA) e do Truck Center do Açu (TCA), em área de 300 mil metros quadrados no espaço do complexo portuário de São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro. Segundo as empresas, o objetivo é aumentar a infraestrutura de apoio às operações portuárias e a logística de acessos terrestres, e a expectativa é de que as obras sejam

concluídas no segundo semestre de 2026.

De acordo com as companhias, o CLA e o TCA ficarão em áreas contíguas, próximas aos principais terminais do porto. O diretor de terminais e logística do Porto do Açu, João Braz, assegurou que a melhora na infraestrutura logística terá impacto na redução de custos, no aumento da eficiência operacional e na competitividade de empresas instaladas no complexo.

Maicon Correa, um dos donos da BMJ Par, definiu a parceria como importante para a ampliação e melhoria das atividades do Porto do Açu, um dos principais polos industriais e energéticos do país. “Acreditamos que a nova infraestrutura contribuirá para sustentar a sua expansão e atrair novos negócios”, disse.

A administração do complexo explicou que o Condomínio Logístico do Açu será uma retroárea industrial não alfandegada destinada a empresas que precisem de espaço para armazenagem, apoio operacional e de bases logísticas próximas aos terminais. Segundo a companhia, a estrutura será instalada nas proximidades dos terminais portuários para agilizar as operações.

O projeto prevê que, quando estiver concluído, o CLA terá 200 mil metros quadrados, com pátios, galpões e escritórios modulares. O empreendimento oferecerá ainda a possibilidade de desenvolvimento de estruturas sob medida para atender às necessidades específicas de cada empresa. O investimento total estimado no Condomínio é de aproximadamente R\$ 200 milhões.

Já o Truck Center do Açu, com investimento previsto de cerca de R\$ 50 milhões, funcionará como pátio de triagem e apoio para caminhões que acessam o complexo. A primeira fase terá cerca de 50 mil metros quadrados e mais de 240 vagas para carretas, com expansão prevista para 100 mil metros quadrados e de aproximadamente 500 vagas.

Segundo as empresas parceiras, a estrutura terá sistema de controle de acesso e monitoramento contínuo 24 horas, áreas de espera, restaurante, vestiários, wi-fi, sala de convivência, áreas de descanso e espaço para primeiros socorros, além de locais destinados a transportadores e prestadores de serviços. Está prevista ainda a instalação de borracharia, oficina mecânica, lava-rápido, postos de serviços automotivos e ponto de abastecimento de combustível para atender aos veículos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/04/2026

ROB SMEETS - PORTO DE ANTUÉRPIA-BRUGES

Executivos 14/04/2026 - 23:13

O Conselho de Administração do Porto de Antuérpia-Bruges anunciou, nesta terça-feira (14), que Jacques Vandermeiren não é mais o CEO do complexo portuário e será substituído interinamente por Rob Smeets, que é o atual COO da empresa. A mudança na liderança faz parte do plano que prevê a mudança de estratégia, com foco agora em eficiência de custos e criação de valor sustentável, e a



expectativa é de que quem assumir o cargo em definitivo mostre capacidade de implantar desde o início as novas diretrizes administrativas e operacionais.

O anúncio da troca de comando foi feita por Johan Klaps, presidente do Conselho de Administração do porto, que agradeceu a Vandermeiren por sua contribuição à consolidação do complexo no mapa mundial. Segundo ele, sob a liderança do antigo CEO, foram dados passos importantes em termos de inovação e em sustentabilidade do setor.

Entre as conquistas durante o período de Vandermeiren à frente da empresa, Klaps destacou a fusão entre os portos de Antuérpia e Zeebrugge, que chamou de jornada histórica e que, segundo ele, deixou a organização unificada e forte. “Em nome do Conselho de Administração, gostaria de expressar meu profundo apreço pela contribuição de Jacques nos últimos anos. Todo o Conselho agradece por seu comprometimento, empenho e realizações”

Jacques Vandermeiren, que era CEO de 2017, disse que o momento é o início de uma nova era para ele e para a empresa e afirmou que se dedicou de “corpo e alma” ao trabalho, assegurando que, como nasceu em Antuérpia, o porto sempre teve lugar especial em seu coração. “Foi um privilégio transformar essa organização numa empresa moderna, dinâmica e de alto desempenho. Tenho orgulho do caminho que trilhamos em conjunto com toda a equipe”.

Rob Smeets, que será o CEO interino até a escolha do substituto de Vandermeiren, agradeceu ao antecessor por sua liderança, que classificou como inspiradora. “Assumo meu papel como CEO interino com total dedicação, tendo como foco principal a continuidade para nossos funcionários e clientes”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/04/2026

ABIHV DIVULGA NOTA TÉCNICA SOBRE COMPETITIVIDADE DE COMBUSTÍVEIS LIMPOS

Da Redação Portos e logística 14/04/2026 - 22:59



A Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV) divulgou a nota técnica “Combustíveis Limpos e de Transição: Análise Comparativa”, estudo que compara a competitividade econômica de alternativas sustentáveis com a de combustíveis fósseis, com foco nos horizontes de 2025 e 2030. No documento, a entidade avalia que a transição energética global vai além da agenda ambiental e pode ser oportunidade de reindustrialização para o Brasil, com potencial de atrair investimentos, gerar empregos qualificados e fortalecer a indústria nacional.

A nota técnica indica que, embora combustíveis fósseis apresentem vantagem de custo no curto prazo, a competitividade das alternativas limpas avança e informa que o preço do hidrogênio verde pode cair até 2030 em regiões com alta disponibilidade de energia renovável, como o Brasil. O estudo ressalta o impacto da precificação de carbono na dinâmica de mercado e assegura que, como seu valores estão em torno de 100 dólares por tonelada de CO₂, o produto sustentável tende a atingir paridade econômica com o de origem fóssil, reduzindo o chamado “prêmio verde” e ampliando as possibilidades de sua adoção em larga escala em setores industriais e de transporte.

Outro ponto destacado na nota técnica é sobre a logística e o comércio internacional, com indicação de que a amônia verde pode ser a principal alternativa para a exportação de hidrogênio de baixo carbono. As razões seriam sua maior densidade energética e a infraestrutura já consolidada, enquanto o hidrogênio em estado puro tende a ser mais competitivo em mercados regionais.

O estudo da ABIHV considera que o Brasil tem condições próprias para liderar esse mercado, por causa da matriz elétrica majoritariamente renovável, da abundância de recursos naturais e da infraestrutura portuária. A análise prevê que o início da cobrança em 2026 do Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) vai impulsionar a demanda por produtos de baixa emissão, o que tende a aumentar as oportunidades para o país no comércio internacional.

A ABIHV recomenda a redução do custo de capital dos projetos, o avanço na implementação de um mercado regulado de carbono e o desenvolvimento de hubs industriais integrados de hidrogênio e seus derivados como essenciais para transformar essas vantagens em competitividade efetiva. A publicação apresenta informações técnicas e traça objetivos para orientar formuladores de políticas públicas, investidores e empresas que buscam se posicionar diante da transição energética e das novas exigências de competitividade global.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/04/2026

CMA CGM ANUNCIA COMPRA DO LIBANÊS GRUPO FATTAL, DO SETOR DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO

Da Redação Portos e logística 14/04/2026 - 23:19



A empresa de navegação CMA CGM anunciou nesta terça-feira (14) ter firmado acordo para a compra do libanês Grupo Fattal, especializado em armazenamento e distribuição de mercadorias com atuação no Oriente Médio e no Norte da África. As companhias ressaltaram, no entanto, que a conclusão da transação depende de aprovações regulatórias e está prevista para o terceiro trimestre de 2026.

Fundado em 1897, o Grupo Fattal opera em oito países e é especializado em armazenagem e distribuição de mercadorias além de serviços de logística de transporte.

A empresa atua principalmente nos segmentos de bens de produtos eletrônicos, farmacêuticos e de saúde e perfumes, maquiagem e cosméticos.

Rodolphe Saadé, presidente e CEO do Grupo CMA CGM, explicou que a aquisição faz parte da estratégia do grupo de se tornar líder em soluções logísticas e da cadeia de suprimentos de ponta a ponta. Segundo ele, ao incorporar a plataforma de distribuição da Fattal, a companhia visa se aproximar dos mercados finais e dos consumidores.

De acordo com o executivo, a compra visa ainda consolidar a presença da CMA CGM nos mercados do Oriente Médio e do Norte da África. “Essa transação reflete também nossa confiança no Líbano e nosso compromisso em apoiar seu desenvolvimento a longo prazo”, afirmou Saadé.

Caroline Fattal, presidente do Conselho do Grupo Fattal, disse que os acionistas da empresa decidiram vendê-la para o Grupo CMA CGM por acreditarem que ele manterá os compromissos com seus clientes. “Temos certeza de que ele se manterá fiel à missão de agregar valor e garantir a força e o sucesso a longo prazo do Grupo, de seus colaboradores, seus fornecedores e das comunidades a que atende”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/04/2026



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 064/2026
Página 77 de 77
Data: 15/04/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 15/04/2026